

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

DISSERTAÇÃO

**Concepções de Educação para o Ensino Médio: um estudo
sobre o conceito de formação humana no Instituto
Politécnico da UFRJ em Cabo Frio na perspectiva de seus
professores.**

Laís Santos de Paula

2018



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO: UM
ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO HUMANA NO
INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO NA
PERSPECTIVA DE SEUS PROFESSORES.**

LAÍS SANTOS DE PAULA

Sob a orientação do
Prof. Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica, RJ
Agosto de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P324c Paula, Laís Santos de, 1993 -
Concepções de Educação para o Ensino Médio: um estudo sobre o conceito de formação humana no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio na perspectiva de seus professores. / Laís Santos de Paula. - 2018.
140 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa. Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2018.

1. Educação Politécnica. 2. Ensino Médio Profissionalizante. 3. Políticas Educacionais. I. Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

LAIS SANTOS DE PAULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Educação.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/08/2018.

Prof. Dr. Fernando Cesar Ferreira Gouvea
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(Orientador)

Prof(ª). Dr(ª). Amália Cristina Dis da Rocha Bezerra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof(ª). Dr(ª). Regina Maria de Oliveira Ribeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Seropédica (RJ)
Agosto/2018

Dedicatória

*Aos que acreditam quando ninguém mais crê;
Aos que insistem e persistem no que é considerado impossível.*

AGRADECIMENTOS

Desde que entrei para o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, em 2008, conheci muita gente na área da Educação que vive por um ideal e se move pela esperança, a essas pessoas sou profundamente grata. Algumas histórias e testemunhos me sustentaram ao longo dos anos no Mestrado e a esses quero fazer um agradecimento especial:

Ao Professor Fernando Gouvêa, que acreditou em mim e no IPUFRJ desde o processo seletivo para entrada no PPGEduc e que jamais permitiu que eu desistisse do que acreditava ao longo do caminho. Quero seguir sendo grata concretamente quando, diante de sonhos e medos, ser para tantos o que o senhor tem sido para mim;

À Professora Regina Ribeiro, pela parceria engrandecedora desde a graduação e pela amizade que, em tantos momentos, tem me despertado para a vida. Obrigada por todo aprendizado compartilhado;

À Professora Amália Bezerra, pela generosidade e gentileza e por todas as contribuições indispensáveis feitas nesse trabalho;

Ao Professor Cosme Maciel, que desde a Monografia vem me apoiando, orientando e compartilhando generosamente tudo o que viveu e aprendeu sobre o IPUFRJ, como professor da escola e como pesquisador. Obrigada pela parceria sempre fiel ao longo dessa trajetória;

Ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFRRJ, pelas oportunidades;

Ao meu companheiro, André Garoncio, que tem lutado diariamente comigo para que possamos viver todos os nossos sonhos e alcançar todos os nossos ideais;

Ao Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, por ter existido. Muito obrigada a todos os professores, colaboradores, alunos, funcionários, a tudo e todos que tornaram essa escola possível e real. Vocês foram os primeiros a me ensinar a acreditar e a insistir.

Meu coração vai doer todas as vezes que me perguntarem: mas porque acabou? Vai doer ainda mais, todas as vezes que um aluno meu me disser que queria uma escola que reconhecesse suas vivências, que estimulasse a produção artística e cultural na formação profissional, uma escola que fosse um espaço para a construção de conhecimento e não um teste de sobrevivência. Meu coração vai doer todas as vezes que disser que eu conheci uma escola assim e que ela fechou porque não existe nesse país instituições públicas que priorizem e valorizem essa escola dos sonhos.

Mas, meu coração estremece quando eu me lembrar de cada nome dito aqui, porque, cada um deles, significa uma luta real por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Minha gratidão a vocês é eterna.

Tem forma
Tem cor
Tem cheiro!
Cheiro bom
Cheiro de gente.
Gente pensando
Gente fazendo!

Eu posso tocar e eu já toquei:
- É lindo! Eu vivi! Eu senti! Eu politecnei!
Pra entender mesmo o que é politecnia é preciso politecnar.
Parecia irresistível... É irresistível!
Ah, que saudade do Politécnico!
E eu posso dizer: do MEU Politécnico.
Jamais esquecerei!

Em meio á saudade, busco novamente sonhos e planos
Que antes pareciam ser tão possíveis
Pareciam estar tão perto de nós
O que mudou desde que saí?
É preciso continuar a politecnar!
Ei politécnicos
Vamos politecnar por aí?

(Politecnia. Laís de Paula – 26 de fevereiro de 2012)

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objeto central de pesquisa a trajetória institucional do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio/RJ e sua luta pela regularização das suas atividades escolares. Falamos de uma instituição instituída pela realidade concreta da sua experiência como escola, mas não legalizada pelos órgãos responsáveis pelo financiamento e trâmites legais perante ao Ministério da Educação. A escola foi criada em 2008 pela iniciativa do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, pertencente à Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e teve suas atividades encerradas no ano de 2016 pelo Conselho Universitário da UFRJ. Nesse sentido, pretendemos compreender o caminho no qual se deu esse fato que, quando contraposto à prática, apresenta-se como problema no seguinte sentido: o que faltou para tornar legal o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio? Pretendemos dessa maneira analisar em que momento histórico o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio é pensado e para qual realidade histórica essa escola é instituída. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos de Demerval Saviani (1989; 2003; 2007), Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2012) e pela produção dos ex-professores do IPUFRJ em suas dissertações de mestrado e tese de doutorado, principalmente Cosme Maciel (2014), Maria Gabriella Silva (2014), Júlia Turrini (2015) e Vitor Bemvindo (2016). Orientados pela metodologia da História Oral, em um primeiro momento, olhamos por meio dos documentos oficiais da escola, atas do CONSUNI e pelos trabalhos dos ex-professores anteriormente mencionados, para a trajetória da escola em seus anos de funcionamento. Por fim, colaboramos com essa versão sobre a história dessa instituição a partir de entrevistas e questionários, adentrando nas relações políticas que constituíram esse processo, evidenciando os meandros nos quais foram estabelecidos os acordos para o funcionamento dessa instituição e o protagonismo da ação docente na efetivação de uma proposta de formação humana omnilateral.

Palavras-chave: Educação Politécnica, Ensino Médio Profissionalizante, Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The following work has as main research object Polytechnic Institute of UFRJ in Cabo Frio's institutional trajectory and its fight for its school activities regularization. We talk about an institution instituted by a concrete reality of its experience as a school, but not legalized by the responsible financing and legal proceedings agencies towards the Education Ministry. The school was created in 2008 by UFRJ-Mar interdisciplinary core's initiative, which belongs to the Federal University of Rio de Janeiro University's Extension, in partnership with Cabo Frio's City Hall and ceased its activities in 2016 by UFRJ's University Council. In this conception, we intend to understand the way this fact has been given, because when opposed to reality, shows itself as a problem by the following reason: what is missing to UFRJ's Polytechnic Institute in Cabo Frio become legal? We intend to analyze in this way when the Polytechnic Institute of UFRJ in Cabo Frio is thought and for what historical reality is it instituted. The theoretical reference is based on Demerval Saviani (1989; 2003; 2007), Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta and Marise Ramos (2012) studies and by the ex-professors of IPUFRJ's productions in their master's dissertations and doctoral thesis, mainly Cosme Maciel (2014), Maria Gabriella Silva (2014), Júllia Turrini (2015) and Vitor Bemvindo (2016). Guided by the Oral History methodology, firstly we looked through the school's official documents, CONSUNI's record and by the ex-professors previously mentioned productions, to the school's trajectory in its functioning years. Lastly, we collaborated with this version of the history of this institution from interviews and questionnaires, entering into political relations which constituted this process, highlighting the intricacies which settled the agreements for this institution operation and the protagonism of the teaching action in the accomplishment of an omnilateral human formation proposal.

Keywords: Polytechnic Education, Vocational High School, Education Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Pesquisador e Objeto: o “meu” Politécnico	1
História e Memória	3
O Problema: um instituto não legalizado.....	6
Referencial Teórico Básico	8
CAPÍTULO I -O Atual Contexto das Políticas Educacionais para o Ensino Médio Profissionalizante	13
1.1 Discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/9615	
1.2 Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	17
1.3 A Proposta de Ensino Médio Integrado: a discussão em torno do conceito.....	18
1.4 Questões Recentes:	19
1.4.1. O Projeto da Reforma: A Lei 6840/2013.....	20
1.5 Uma Educação pelo Trabalho: possibilidades de um ensino para além das propostas de educação para o trabalho.	23
CAPÍTULO II - Trajetória Institucional do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio: o sonho na realidade	25
2.1 Inauguração	27
2.2 Dos Antecedentes	29
2.2.1 O Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e o Festival UFRJ-Mar	29
2.2.2 O Colégio Municipal de Pescadores.....	31
2.3. Da Proposta e das Parcerias do IPUFRJ em Cabo Frio	32
2.4 Politecnia e Formação Omnilateral	38
2.4.1 Pedagogia de Projetos, Interdisciplinaridade, Teoria Histórico-Cultural	41
2.5 Enfrentamentos do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ	43
2.6 O processo de institucionalização do IPUFRJ: limites e contradições para sua concretização	47
Capítulo III - “Professor Politécnico”: a trajetória do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio segundo os seus professores	54
3.1. Caracterização dos docentes que participaram da pesquisa	55
3.2 Sobre os idealizadores do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio	59
3.3. Construção do Projeto Político Pedagógico	65
3.4. Sobre as Parcerias estabelecidas	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICE	82
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

Pesquisador e Objeto: o “meu” Politécnic

A poesia, que se faz presente no início de trabalho, foi escrita por mim em 2012, ano em que ingressei no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, momento em que me deparei com uma realidade diferente, até divergente, da que vivi nos anos do Ensino Médio. Eu fui aluna do Instituto Politécnic da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Cabo Frio (IPUFRJ) durante os primeiros anos de funcionamento da escola: 2008, 2009 e 2010. Não somente vivi a proposta de educação dessa escola, mas, participei ativamente da sua construção junto com tantos outros colegas, professores, colaboradores, pais e servidores; por isso digo: “o ‘meu’ Politécnic!”. Um sentimento expresso e compartilhado por tantos, que também se apropriaram desse lugar, dessa experiência, desse sonho Politécnic.

Introduzo esse texto dessa maneira para que fique evidente ao leitor o caráter dessa relação pesquisador-objeto. Existe como referência um sentimento de aluna que abraça essa instituição, portanto, existe uma relação de militância face a este projeto político-pedagógico. As exigências da pesquisa científica me obrigam a expor essa intimidade com o objeto para então estabelecer uma relação de estranhamento, como parte do processo, entre esta que me é tão comum.

O tema desta pesquisa, é um desdobramento do trabalho iniciado com a Prof. Regina Maria de Oliveira Ribeiro na graduação, como pesquisa monográfica no curso de História. Conforme destaca, generosamente, o Prof. Vitor Bemvindo (2016, p.221), “é sem dúvida um elemento que sinaliza os resultados positivos do trabalho feito no Instituto Politécnic” e traz um marco a ser analisado em outro momento que é o retorno dos ex-alunos à escola. O meu trabalho monográfico trata-se do primeiro trabalho acadêmico realizado por uma ex-aluna do IPUFRJ, e não é um caso isolado, esperamos poder falar da conclusão dos trabalhos de outros colegas que já manifestaram seu interesse pelo tema.

Parte dos dados desta pesquisa são fruto do trabalho desenvolvido na monografia intitulada “Aprendizagem Histórica no Instituto Politécnic da UFRJ em Cabo Frio: um diálogo entre concepções e expectativas de formação humana”, apresentada em 2015. Nesse ano, a escola ainda estava em funcionamento, o que permitiu que eu pudesse realizar um trabalho etnográfico, com pesquisa de campo, entrevistas, conversas informais, tirei fotografias e participei das atividades desenvolvidas no Instituto Politécnic. Portanto, aproveitei o

necessário de todo o material coletado, mas as novas questões colocaram a necessidade de inserir de forma mais efetiva a ação dos professores no processo de construção da trajetória institucional da escola, que ocorre via cotidiano e não via documentação.

Volto ao IPUFRJ com o olhar de quem precisa compreender os meandros daquilo que tanto tenho apreço, para reconhecer cientificamente o valor que a experiência com a escola me conferiu. Confirmar as hipóteses permite que outros, que não viverão a escola, possam também ter sua experiência com ela. Não mais como aluna, mas, agora como quem tem muitas dúvidas e muitas perguntas, gostaria de que o convite feito no final da poesia os inquietasse ao longo desse trabalho: que quer dizer: “*Ei politécnicos, vamos politecnar por ai?*”.

Conforme Michel de Certeau (1970, p.484), “há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social”. Nesse sentido, nossa escolha não é neutra nem no que diz respeito ao envolvimento com o objeto, nem aleatória ao momento histórico no qual estamos inseridos. No curso da história da educação brasileira, vivemos um período no qual diversos direitos conquistados pela classe trabalhadora estão sendo ameaçados por políticas educacionais despóticas e autoritárias. Desde a consolidação do golpe parlamentar contra o governo Dilma Rousseff, eleito democraticamente pelo voto da população, um governo ilegítimo busca implementar uma série de reformas atacando, sobretudo, a educação pública.

Há muito já discutíamos sobre a falência do sistema educacional brasileiro e nos questionávamos sobre o lugar do Ensino Médio na Educação Básica, mas diante de propostas como a reforma do Ensino Médio, imposta sem nenhuma discussão com a sociedade através da medida provisória n. 746/2016, e a de emenda constitucional 241/2016, que impõe um congelamento dos investimentos sociais por vinte anos, entendo que é urgente colocar em pauta propostas político-pedagógicas como a do IPUFRJ que obteve resultados tão positivos a serem apresentados ao longo dessa pesquisa, porém, uma proposta que não encontrará espaços para se legitimar face ao que se propõe o atual governo.

Isto posto, esse trabalho não pretende ser um álbum de fotografias, um livro de depoimentos ou um megafone ligado, mas, sim, uma pesquisa pautada, teórico e metodologicamente, na História Social, sobre a trajetória institucional do IPUFRJ, face ao protagonismo dos professores no processo de consolidação da proposta. Uma pesquisa de análise histórico-crítica e também propositiva, no sentido de, analisando a conjuntura das políticas educacionais para o Ensino Médio Profissionalizante, ser capaz de sinalizar expectativas para projetos pedagógicos que busquem a construção de um ensino que vise à

formação omnilateral do indivíduo, no entender de Maria Ciavatta (2014): “um ensino que vise à formação omnilateral compreende formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica, sem ignorar aspectos da potencialidade humana” (p. 190).

Para além do não esquecimento desta experiência pedagógica, a pesquisa se justifica por ser uma memória presente, forte e militante, por isso, segue impregnado o meu fazer pedagógico. Por outro lado, entendo que existe o risco de tal experiência ser ignorada, calada e sufocada. Desta forma faz necessário trabalhar a trajetória do IPUFRJ, marco histórico na educação politécnica no Brasil, fato concreto que não ficou para trás e exige um desdobramento, uma interlocução direta com as perspectivas traçadas no presente sobre o futuro da educação no nosso país; portanto, minha militância.

A escolha metodológica pela História Oral se justifica pelo forte sentido e presença marcante dos usos da memória nesse trabalho, mas esse tópico merece ser explorado isoladamente, após as considerações acerca do problema central e objetivos dessa investigação.

História e Memória

O que me preocupa acima de tudo e gostaria de tornar claro sobre essa relação: a pesquisadora deseja escrever a história das suas memórias sobre a instituição ou a pesquisadora, que já foi aluna, quer escrever a história da instituição fazendo uso das memórias individuais e coletivas como ferramenta de trabalho?

De acordo com Jacques Le Goff no Prefácio de “Apologia da História ou o Ofício do Historiador” (2001, p.24), “a história é busca, portanto escolha”. Escrever sobre a história do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, mais precisamente, sobre sua trajetória institucional, envolve um reconhecimento dessa prática como autêntica e como a análise das fontes demonstrarão, um ato corajoso por parte dos professores que assumiram a responsabilidade de transpor a teoria a uma realidade concreta e de tornar uma utopia, um sonho, em fato histórico.

Em um esforço de alertar sobre as mudanças e transformações dos conceitos de história e memória na contemporaneidade e contribuir com a historiografia a respeito de tais conceitos, Pierre Nora adverte a nós, historiadores ou amantes da história, refletir sobre seus usos: “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (NORA, 1993, p.9).

Para os objetivos desse trabalho, faz-se, portanto, a necessidade de estabelecer esses dois conceitos como basilares dessa pesquisa, tornando claro como nós os entendemos e nos propusemos trabalhar por meio deles. Antes mesmo de ser uma discussão metodológica, entendemos que “história e memória” dizem respeito à relação pessoal desta pesquisadora com seu objeto, discussão esta que permite dimensionar criteriosamente a distância necessária. Portanto, uma relação que precisa ser colocada frente aos critérios científicos da objetividade e do distanciamento crítico.

A fim de elucidar nosso entendimento sobre Memória e História, nos ajuda Nora:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (1993, p.9)

Esse trabalho tem como objeto central de pesquisa a trajetória institucional do IPUFRJ que visava à institucionalização das suas atividades escolares. Falamos de uma instituição instituída pela realidade concreta da sua experiência como escola, mas não legalizada pelos órgãos responsáveis pelo financiamento e trâmites legais perante ao Ministério da Educação. Pretendemos compreender o caminho no qual se deu esse fato que, quando contraposto à prática, apresenta-se como problema no seguinte sentido: o que faltou para tornar legal o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio?

A cidade de Cabo Frio, localizada na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, é um dos principais polos turísticos, sendo considerada uma das maiores economias da região, movimentada tanto pelo comércio turístico e imobiliário, mas, principalmente, pelos royalties provenientes da exploração de petróleo na Bacia de Campos, localizado em frente ao litoral cabofriense. A cidade já foi muito famosa pela produção de sal, uma atividade econômica que, assim como a pesca artesanal, foi sucateada e abandonada com o crescimento desregrado da especulação imobiliária sobre o território e a poluição da Lagoa do Araruama. Nesse sentido, conforme veremos no capítulo seguinte, os interesses da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela região começaram na década de 1980 e a partir de então alguns projetos da extensão iniciaram atividades de pesquisa chegando a estabelecer convênios com algumas prefeituras para desenvolver trabalhos no campo da educação, como foi o caso da Escola de Pescadores de Macaé e o IPUFRJ.

Existe um elemento muito característico que pertence a esse processo de construção da história institucional do Instituto Politécnico que é a personificação das ações, uma vez que esse processo ocorreu pelas mãos e relações pessoais de determinados sujeitos e não por vias documentadas, não por meio de processos legitimados de criação de uma instituição escolar. Quer dizer que não estamos falando de uma escola sustentada por assinaturas, mas pelas relações políticas e pelo movimento próprio da história de cada sujeito que contribuiu na sua construção. Quando nos reportamos à Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio, por exemplo, é a pessoa da Professora Laura Barreto a quem nos referimos. Quando ao Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, grupo responsável pelas atividades no IPUFRJ por parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é, na verdade, à figura do Professor Fernando Amorim. Cabe esclarecer que O Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar é um projeto da Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro que ficou responsável pelas atividades do IPUFRJ até a criação do NIDES - Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social, em 2013. Veremos mais sobre isso no primeiro capítulo desse trabalho.

Ao longo do trabalho essa questão deverá ficar melhor esclarecida, mas cabe trazê-la nesse momento para demonstrar o quanto essa história que nos propusemos investigar é um movimento de memórias individuais e coletivas que muitas vezes os documentos oficiais não dão conta. Entendemos que alguns marcos na história dos sujeitos envolvidos se cruzam e constroem a história do IPUFRJ e eles nos interessam à medida que escolhemos construir esse trabalho a partir da História Social. É olhando para essas práticas culturais, ou seja, para o movimento desses indivíduos demarcado pelo momento histórico que viveram, limitados pelos processos políticos e econômicos da sociedade contemporânea, é que se estrutura essa pesquisa.

Dessa forma, concordando com Le Goff, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros”:

Em primeiro lugar, porque há pelo menos duas histórias [...]: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiados de ofício [...], corrija esta história tradicional falseada (2003, p.29).

Existe um movimento que se organiza com o objetivo de recorrer às memórias individuais e coletivas, como também aos documentos oficiais, atas de reuniões, entre outros, sobre o IPUFRJ, a fim de construir, cientificamente, em diálogo com a academia, a história da escola. É um ato em favor da história da educação brasileira no sentido de, ao reconhecer as contradições e limitações desse ensino público, gratuito, de baixa qualidade, propor a

construção de uma formação humana politécnica, omnilateral. Esse movimento é destacado pelo Prof. Dr. Vitor Bemvindo em sua tese sobre a formação proposta pela escola:

O coletivo da escola passou então a se reunir para traçar estratégias de luta e resistência. Entre as decisões tiradas das assembleias, estava a importância de produzir academicamente sobre a experiência que estávamos vivenciando no Politécnico, como forma de respaldá-la nos meios acadêmicos e sustentá-la filosoficamente (BEMVINDO, 2016. p.216).

Esse movimento corresponde a uma série de publicações em formato de artigos, participações em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com pôsteres e comunicações orais, dissertações de Mestrado e, agora, recentemente, uma tese de Doutorado, todos por parte de ex-professores da escola em consonância com as atividades que buscavam a institucionalização do IPUFRJ. Alguns trabalhos se destacam nessa pesquisa pois contribuem de sobremaneira com nossos objetivos e que a orientam teoricamente: a dissertação de Mestrado do Prof. Cosme Almeida Maciel, defendida em 2014, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), intitulada “Educação integral em tempo integral: concepção e prática no Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Cabo Frio – RJ e a tese de Doutorado do Prof. Vitor Bemvindo, defendida em 2016, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada “Por uma História da Educação Politécnica: Concepções, Experiências e Perspectivas”;

O Problema: um instituto não legalizado

A escola foi criada em 2008 em parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e com a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro¹, porém, a partir do ano de 2011 as parceiras foram desfeitas e a UFRJ passou a manter, com seus próprios recursos, o Instituto Politécnico. No ano de 2015 os problemas com o repasse de verbas e os cortes na educação absorvidos pela Universidade tornaram crítica a realidade da escola; para sua manutenção, coordenadores, professores, alunos e toda a comunidade escolar buscaram promover um diálogo entre o Instituto Federal Fluminense e a UFRJ para que se estabelecesse uma parceria. Conforme Bemvindo (2016, p. 271), inicialmente havia expectativas sobre o seguinte convênio:

Uma alternativa que se mostrou viável foi a elaboração de um convênio com o Instituto Federal Fluminense para a criação de um Centro de Referência de Formação de Professores para o ensino profissional que teria o Instituto Politécnico como o laboratório da formação prática de docentes. Esse

¹Cf. Documentos do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio.

convênio garantiria também a incorporação administrativa do Instituto Politécnico ao IFF, que passaria ser responsável também por parte do repasse de recursos, compartilhando a gestão acadêmica com a UFRJ.

De acordo com os capítulos que seguem nesse trabalho, veremos que essas expectativas foram frustradas com o desfecho do processo de institucionalização do IPUFRJ dentro do Conselho Universitário da UFRJ. Apesar dos problemas então enfrentados pela escola, foram formadas 3 (três) turmas em cada curso técnico que ofereceu: Cultura Marítima, Audiovisual e Química, além de ter produzido durante os anos que vinha funcionando um grande acervo que remonta à sua história e à prática de ensino.

O projeto político-pedagógico do IPUFRJ, construído ao longo dos anos pela equipe da escola, capitaneado pelo Professor Fernando Amorim, desde a sua primeira versão foi claro com relação a que modelo educacional ele servia, uma proposta de educação inspirada nas teorias marxistas, nesse sentido, situado politicamente no campo da esquerda. Portanto, ao selarem-se as parcerias, não é possível mensurar a que ponto estava clara essa dimensão política do projeto, e acredito que a inovação pedagógica vista em um ensino médio integral, interdisciplinar, orientado pela pedagogia de projetos, tenha sido a principal motivação para se estabelecer uma parceria entre essas instituições.

A escola, que teve suas atividades encerradas no ano de 2016, tinha como horizonte a formação plena do indivíduo, tendo o trabalho como princípio educativo. A “inspiração politécnica” diz respeito ao conceito de Karl Marx sobre formação omnilateral, portanto, toda escolha metodológica adotada pelo Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ está alicerçada numa concepção marxista de formação humana. Demerval Saviani (2003, p.132) nos chama atenção para o principal aspecto da discussão sobre o conceito de Politecnia: o trabalho; sendo o nosso ponto de referência “a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral”. Trabalho e trabalho como princípio educativo se referem, conforme a teoria do materialismo histórico-dialético, à essência da humanidade, ao como ser “ser humano”: “ora, o que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência” (SAVIANI, 2003, p.132). A escola, portanto, tem por função social formar o indivíduo para o mundo do trabalho, ou seja, formar o ser social.

Quem quer bancar essa proposta de educação? Até o ano de 2011, quando encerraram-se todas as parcerias e a Universidade passou a assumir as atividades do Instituto Politécnico sozinha, os entraves políticos que comprometem essas parcerias foram surpreendidos com os

cortes na educação que assolaram as Universidades Federais nos anos que se seguiram e com a crise política e econômica que se instaurou.

Portanto, é possível construir a história dessa escola pelo o que nos dizem os documentos oficiais, as atas do Conselho Universitário, assim como seu regimento; mas, podemos ir além e preencher as lacunas existentes nas versões contidas nessas documentações e nos questionarmos sobre os meandros das parcerias estabelecidas com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e com a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro e por meio da História Oral, buscar compor a trajetória institucional do Instituto Politécnico. Esse é o maior interesse e objetivo principal desse trabalho, investigar as relações políticas nas quais se estabeleceram as condições para a existência do Instituto Politécnico da UFRJ enquanto instituição de ensino. A partir do exposto, desdobre, então, as seguintes questões específicas:

1. Por que, tanto a Prefeitura Municipal de Cabo Frio quanto a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e agora a atual (2016) Reitoria da UFRJ, retiraram seus investimentos sobre a escola mesmo com os bons resultados obtidos durante os seus 8 (oito) anos de funcionamento?
2. Em que medida a experiência vivida no IPUFRJ, a partir da construção do seu projeto-político pedagógico, nos permite inferir acerca dos caminhos propostos pelas atuais políticas educacionais para o Ensino Médio e Ensino Médio Profissionalizante?

Logo, operam como objetivos dessa pesquisa: **Caracterizar** a proposta contida no Projeto Político Pedagógico do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio de acordo com a sua concretude na prática e o que se pode observar da construção da sua história; **Investigar** a motivação político-ideológica que levaram ao firmamento e ao desmanche com as parcerias entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro; **Analisar** a ação docente ao longo da construção desse projeto educacional em contraponto a ausência das instituições educacionais.

Referencial Teórico Básico

Para compreender e analisar a proposta pedagógica do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, entendo ser necessário, situar os conceitos utilizados para construir e estruturar a proposta pedagógica dessa instituição escolar. Entendendo a Politecnia como a base e como o

conceito que norteará as relações entre os outros conceitos adotados para a realização das atividades na escola, fica claro que o IPUFRJ é uma escola de base marxista.

Nesse sentido, é importante compreender que o que se propõe por escola em tempo integral e currículo organizado por áreas de conhecimento tem significado diferente do que o que vem sendo encontrado nas propostas de Reforma do Ensino Médio pelo Ministério da Educação e os diversos programas e escolas de formação técnica que têm oferecido o Governo Federal. De acordo com Maciel:

Hoje, no Brasil, o discurso oficial da educação integral está permeado por uma visão neoliberal, cujo cerne é a manutenção da desigualdade, da propriedade privada, da reprodução capitalista que atende aos interesses dos grandes empresários. O trabalho, quando aparece como elemento do processo educativo – com raras exceções – figura na perspectiva do treinamento, adestramento para desempenhar funções simples na produção, não se caracterizando como elemento relevante para a formação humana, na busca por uma educação integral. (2014, p.52)

Nesse sentido, entendemos que os estudos de István Meszáros são necessários para compreendermos de que lugar o projeto político pedagógico do IPUFRJ olha para o Ensino Médio Profissionalizante. E para compreender o atual cenário no qual se encontram as políticas educacionais para essa etapa da Educação, entendo ser necessária uma reflexão em diálogo com diversos autores e áreas.;

No campo da teoria sobre a História Social e a História Oral tenho me apropriado do trabalho de alguns autores como Michael Pollack, em “Memória, esquecimento e silêncio”; Denice Catani em “A memória como questão no campo da produção educacional: uma reflexão”; Janaína Amado e Marieta Ferreira em “Usos e abusos da história oral” e Jacques Le Goff, em “História e Memória”.

Os trabalhos realizados por Demerval Saviani são de extrema importância para esse estudo, uma vez que é ele um dos principais autores a desenvolver o conceito de Politecnia, de Marx, na área da Educação. Disserta sobre a centralidade do trabalho no processo de ensino, tendo a *politecnia* como protagonista desse processo, visto que “a noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.” (SAVIANI, 2003, p.136). A sua obra “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” está definida como referencial básico para orientar todo o meu trabalho no que diz respeito, principalmente, ao levantamento historiográfico pensado em um dos objetivos específicos.

Destacando as discussões sobre Politecnia, são relevantes os trabalhos de Guadêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, para alargar a discussão sobre formação omnilateral,

trabalho e educação, formação técnica e intelectual. A fim de compreender os conceitos norteadores do projeto político pedagógico do IPUFRJ, segui a leitura e análise dos artigos e dissertações dos ex-professores da escola, principalmente os trabalhos de Maria Gabriella Pinheiro, Cosme Maciel, Júlia Turrini e Vitor Bemvindo. Neles, a teoria histórico-cultural da atividade, está refletida e baseada nos trabalhos dos pensadores soviéticos Vygotsky, Leontiev e Davydov, um conceito necessário à estrutura pedagógica do Instituto Politécnico, uma vez que esse conceito se baseia no materialismo histórico e dialético, partindo da realidade objetiva para entender o processo de desenvolvimento humano. Dessa maneira, compreende que a partir de processos externos e internos se dá a apropriação do conhecimento, ou seja, por meio da interação social e mediante interiorização dos signos por parte do indivíduo. Outros autores que aparecem nos trabalhos realizados sobre o IPUFRJ são João Luiz Gasparin e José Carlos Libâneo, nos quais não haverá espaço para aprofundamento nessa pesquisa, mas são nomes que considero importantes destacar para, ao menos, situar de onde fala a proposta contida no projeto político pedagógico do Instituto Politécnico.

O mesmo é o caso do conceito de interdisciplinaridade, também presente como componente da proposta do IPUFRJ. Os fundadores do Instituto Politécnico se baseiam numa discussão feita por Ivone Yared, onde o conceito é entendido como a interação existente entre duas ou mais disciplinas. Para a proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio “essa interação pode ir da simples comunicação de ideias a integração mútua dos conceitos diretores da epistemologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes ao ensino e a pesquisa.” (FAZENDA, 1979, p.. 27). Nesse sentido, compreendem que o sujeito no processo de ensino-aprendizagem “é plenamente ativo, protagonista”. Porém, se faz necessário problematizar o uso da ideia de interdisciplinaridade numa proposta de educação omnilateral, uma vez que seria possível compreendê-la, apenas, como uma etapa inicial no processo formativo.

Sobre a Pedagogia de Projetos, de acordo com o que destaca Cosme Maciel em seu trabalho sobre o IPUFRJ, os elementos apresentados para a compreensão de uma Pedagogia de Projetos são poucos. Para tanto, o autor cita a compreensão feita por ele, Porto e Pinheiro, sobre a definição dada pelos autores do Projeto Político-Pedagógico da escola a esse conceito: “A pedagogia de projetos auxilia na proposta pedagógica do Instituto na medida em que se constitui o caminho pelo qual o aluno vai percorrer para construção de um produto socialmente útil.” (MACIEL, PORTO, PINHEIRO; 2011, p.3).

Conforme já mencionado anteriormente, outros autores fundamentais para estudar a escola são os ex-professores que desenvolveram dissertações de mestrado e teses sobre a proposta político-pedagógica do IPUFRJ, principalmente o Prof.º Me. Cosme Leonardo Almeida Maciel, como também o trabalho da Prof.ª Ma. Maria Gabriela Pinheiro e do Prof.º Dr.º Vitor Benvindo.

No primeiro capítulo, traçamos um breve panorama histórico sobre o ensino médio profissionalizante no atual sistema educacional brasileiro, dando destaque, de acordo com os interesses deste trabalho, a como se deram ao longo das últimas décadas a relação entre trabalho e educação nas políticas educacionais, entendendo que o ensino médio profissionalizante não é o único que desenvolve os atributos da área, mas todo o sistema educacional brasileiro está pensado para atender uma formação voltada a lógica do mercado de trabalho ou está determinado a servir esse mercado. Pretendemos dessa maneira poder analisar em que momento histórico o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio é pensado e para qual realidade histórica essa escola é instituída.

A história do IPUFRJ, centro do segundo capítulo, foi construída com base nos documentos oficiais da escola. Apresentamos desde os antecedentes históricos que inspiraram a construção da proposta da escola, bem como as parcerias políticas que propiciaram a inauguração do IPUFRJ e alguns marcos importantes para sua institucionalização. Também exploramos os conceitos norteadores do projeto político pedagógico. Nesse primeiro momento não buscamos as fontes orais para a construção do capítulo, tendo em vista que no terceiro e último capítulo desse trabalho, adentraremos nas relações políticas que construíram a trajetória institucional desta escola, evidenciando os meandros nos quais foram estabelecidos os acordos para o funcionamento dessa instituição e o protagonismo da ação docente na efetivação de uma proposta de formação humana omnilateral.

Compreendido o objeto dessa pesquisa, conforme desenvolvemos ao longo da introdução, este trabalho tem uma proposta que não se encerra na narrativa ou na análise das fontes orais ou documentais, mas quer também olhar para as atuais políticas educacionais e perceber como é possível a construção de modelos político-pedagógicos alternativos ao modelo atual, ou, como é possível institucionalizar um modelo de educação que contemple as demandas da classe trabalhadora e sirva aos seus interesses na realidade histórica na qual estamos inseridos. Nesse sentido, contemplando as falas dos atores políticos envolvidos na trajetória institucional do IPUFRJ, o capítulo 3 tem a pretensão de caracterizar o processo de institucionalização da escola por meio da fala dos professores que estiveram envolvidos diretamente na coordenação

pedagógica, na coordenação dos cursos técnicos e no momento de construção do projeto político pedagógico.

Por meio dessas falas, pretendemos evidenciar o caráter das relações políticas que perpassaram as decisões e os argumentos para tomadas de decisões das atividades do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. Analisando a atual conjuntura política e econômica do país na qual estão inseridos esses atores gostaríamos de poder precisar quais seriam as possibilidades de institucionalização da escola a partir do que existe hoje de possibilidade ou se não, evidenciar o que não existe de possibilidade. Entendemos que o espaço não permitirá um aprofundamento, mas, gostaríamos de ainda neste trabalho, apontar algumas questões.

CAPÍTULO I -O Atual Contexto das Políticas Educacionais para o Ensino Médio Profissionalizante

Em busca de aumentar as chances de emprego das classes populares do país, com baixo nível de profissionalização, e oferecer mão de obra qualificada às empresas que movimentam grande parte do capital brasileiro, as políticas educacionais vêm criando nas últimas décadas diversos programas de cursos técnicos; tendo, no governo do Partido dos Trabalhadores, ganhado destaque, visando novas perspectivas para a formação profissional no país. São os “ETECs, ETs e TECs” da vida, como disse uma aluna de um Colégio Técnico onde desenvolvi algumas atividades ligadas à graduação. Nas palavras dela, e vale a reflexão, “o morador da favela, majoritariamente pobre e negro, só recebe incentivo pra fazer curso técnico, porque a verdade é que é pra eles que sempre foi dada a reponsabilidade do trabalho pesado.”. Na sua fala sobre as escolas técnicas criadas pelas iniciativas governamentais no campo da formação profissional integrada ao Ensino Médio, o tom irônico na pronúncia das abreviaturas é uma crítica às propostas de escola técnica que, na verdade, funcionam segundo um mesmo objetivo.

Vale assinalar que o contexto dessa fala foi uma atividade desenvolvida na turma do 2º ano do Ensino Médio do curso técnico de Hospedagem e consistia em traçar um panorama histórico das relações entre a polícia e as camadas populares, trabalhando o conceito de “classes perigosas”. Nesse momento a discussão centrava-se no significado do trabalho no status social dos indivíduos.

Nem ela e nem nós acreditamos no potencial desses programas de educação profissional como chave de transformação da realidade das classes populares do nosso país. É um primeiro passo importante, mas que contém problemas graves no que diz respeito ao tipo de educação que busca oferecer a essa população, tendo como contraponto, os interesses próprios da classe e a educação que as classes médias e alta do país têm acesso.

Não é possível negar as questões históricas que forjaram as relações políticas, econômicas, culturais e sociais no Brasil, que vêm da casa grande e das senzalas até os nossos dias. Educação técnica, manual, “de peão” para as camadas populares e educação intelectual, acadêmica e “cultura” para os privilegiados. Sem ser possível me estender nessa discussão, o que gostaria de destacar é que é contra a esses modelos de educação para o trabalho, ou seja, que buscam atender as demandas do mercado, oferecidos às classes populares que a proposta político-pedagógica do IPUFRJ se posiciona.

É imperioso esclarecer que, antes da Reforma do Ensino Médio, introduzida por uma Medida Provisória (fato inusitado no recente período democrático pós-1985) e transformada na Lei nº 13.415 de 16/02/2017, alguns questionamentos já alimentavam nossas intenções de pesquisa, questionamentos esses que valem a pena ser recuperamos na intenção de traçar um breve panorama sobre o atual contexto das políticas educacionais para a etapa de ensino a qual se dedica essa análise.

Escola em tempo integral e currículo organizado por áreas de conhecimento podem ter sentidos variados, indo da solução ao problema no que diz respeito à organização do Ensino. Quando o Projeto de Lei (PL) nº 6840/2013 apresentou essas propostas para o Ensino Médio, uma série de preocupações mobilizaram os educadores a tecerem críticas que refletiam as possibilidades do PL frente à realidade do Ensino Médio no Brasil. A discussão é intensa e extensa porque o lugar do Ensino Médio na Educação Básica, bem como seu sentido e significado, ainda é um ponto de interrogação para as políticas educacionais desse país. Conforme Lucília Machado (1989, p.33)

E a escola média? Qual é o seu lugar e a sua especificidade? Todas as expressões utilizadas para expressar esse nível de ensino tornam-se polissêmicas, dada a dificuldade de defini-lo. O Ensino Médio fica como espécie de nó, no centro da contradição: é profissionalizante, mas não é; é propedêutico, mas não é. Constitui, portanto, o problema nevrálgico das reformas de ensino, o nível de ensino que revela em maior medida, o caráter de abertura ou de restrição do sistema educacional de cada nação. Não existe clareza a respeito dos seus objetivos e métodos e geralmente costuma ser o último nível de ensino a ser organizado. O conflito localiza-se, principalmente, no interior do ensino intermediário, cujo conceito está em plena evolução.

Segundo Marise Ramos, além de nunca ter saído da pauta da política educacional brasileira, a educação profissional também nunca perdeu duas de suas marcas originais: a característica economicista, que a vincula muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e a aponta como meio de preparar as pessoas para esse mercado, e a característica da dualidade, que a situa como a educação destinada à classe trabalhadora e aos filhos da classe trabalhadora. "O que se modifica ao longo da história da educação profissional é como esses aspectos vão se transformando à luz do modelo de acumulação do capital e a forma como eles se configuram nos países de capitalismo dependente, como o Brasil", avalia.

Considerando ser necessário pensar o ensino em tempo integral e a organização do currículo por áreas de conhecimento por meio de pontos de vistas diferentes, torna-se de extrema relevância colocar a proposta de organização do Ensino Médio no Instituto Politécnico

da UFRJ frente às medidas propostas pela Medida Provisória que instituí a Reforma do Ensino Médio pela Lei nº 13.415 de 16/02/2017, mantendo o texto do Projeto de Lei 6840/2013, apresentado pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), propondo mudanças no formato do Ensino Médio desde 2013.

Enquanto uma experiência inovadora, no que tange à organização e construção do conhecimento, o IPUFRJ contribui com novos elementos para pensarmos as possibilidades da Educação Básica na formação do indivíduo frente às práticas educativas instituídas que corroboram para a produção e reprodução de desigualdades sociais na contemporaneidade. Estruturando-se a partir de uma proposta de “Educação Integral em Tempo Integral” (MACIEL, 2014), com suas atividades pedagógicas norteadas por 4 (quatro) áreas de conhecimento, o IPUFRJ pensa o lugar do Ensino Médio por outro ponto de vista, uma educação emancipadora que objetive a formação omnilateral do indivíduo, colocando em questão a viabilidade do novo em meio a um sistema educacional consolidado há décadas.

1.1 Discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96

Em sua tese de doutorado, o Prof. Vitor Bemvindo, ex-professor do IPUFRJ, construiu uma versão da história da educação politécnica, indo do seu referencial teórico, passando pelas experiências do “Socialismo Real”, até a trajetória do conceito na legislação educacional brasileira, inserindo, por fim, o IPUFRJ como parte desse processo histórico. Em sua análise ele sinaliza que as possibilidades de avanço nas políticas educacionais para o Ensino Médio Profissionalizante só foram possíveis graças a uma grande mobilização de diversos setores progressistas que, no início do governo Lula, pressionaram o Ministério da Educação e a base do governo para tentar reverter os retrocessos impostos pela administração anterior.

A esses retrocessos, ele faz referência a um processo que se inicia quando, no período de redemocratização do país, se propõe a construção da LDBEN. No contexto da Assembleia Constituinte, dedicada a formular o novo conjunto de leis para reestabelecer a ordem democrática do Brasil, após anos de regime militar, vivia-se um período de efervescência de teorias educacionais que faziam oposição aos interesses neoliberais nesse período de definição das novas diretrizes governamentais. Foi nesse contexto que se puseram em marcha os debates em torno da politecnicidade no Brasil. Conforme Saviani (2007, p.402):

Uma particularidade da década de 1980 foi precisamente a busca de teorias que não apenas se constituíssem como alternativas à pedagogia oficial, mas que a ela se contrapusessem. Eis o problema que emergiu naquele momento: a necessidade de se construírem pedagogias contra-hegemônicas, isto é, que em lugar de servir aos interesses dominantes se articulassem com os interesses dominados.

As discussões iniciadas sobre a LDBEN recebem da academia o aporte teórico para a construção de uma nova perspectiva de ensino médio no país. Conforme aponta Bemvindo, as teses de Saviani, um dos principais fomentadores da discussão acadêmica, “tiveram ampla aceitação no campo intelectual marxista, tendo a adesão de uma série de intelectuais como Gaudêncio Frigotto, Lucília Machado, Acácia Kuenzer, Paolo Nosella, Celso Ferretti, entre outros.” (BEMVINDO, 2016, p.173). A proposta de ensino médio proposta por esse grupo visava romper com essa lógica dualista da educação no Brasil, cuja referência fundamental para sua construção era a educação politécnica. Conforme o texto de Bemvindo, “as políticas de educação para o ensino médio eram marcadas por um nó, criado pela ambiguidade conceitual posta historicamente para esse nível de formação no Brasil” (2016, p.175).

A indefinição do caráter do segundo grau no sistema educacional brasileiro em reconstrução, permite uma ressignificação do ensino médio a partir da concepção de educação politécnica. Assim, essa proposta de educação, feita no contexto de elaboração da LDBEN, na década de 1990, fica marcada pela situação a qual tenta resolver. “Com efeito, para Saviani, a politecnia fica adstrita ao ensino médio (posicionamento, aliás, compartilhado pela maioria dos autores, fazendo-se de continuidade entre o primeiro e os terceiros graus)” (RODRIGUES, 1998, p.45). As discussões acerca desse projeto de lei perduraram até 1996, havendo uma substituição do projeto inicial, assim, o texto final da LDBEN não condizia, em parte, com as reivindicações e discussões sobre educação politécnica protagonizada pelos intelectuais acadêmicos.

Apesar de ser consenso entre os autores à época e mesmo hoje, no campo de Trabalho e Educação, ao contrário das experiências do socialismo real, em que a concepção de educação politécnica diz respeito a todo o sistema de formação escolar, no Brasil, o conceito fica restrito ao Ensino Médio. Como Bemvindo, entendemos que isso ocorre por conta da discussão de um nível formativo que não tinha e que não tem caracterização clara, mais ainda, o entendemos como uma brecha possível para inserir a discussão de forma mais aprofundada, com horizonte à ressignificação de todo o sistema educacional brasileiro. Porém, até aqui, é em torno do ensino médio que se dá a disputa sobre essa concepção de educação. Na busca por uma formação humana em sua totalidade, afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, P. 35):

Se o saber tem uma autonomia relativa em face do processo de trabalho do qual se origina, o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. [...] Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim, politécnicos.

1.2 Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Nesse contexto, logo após a aprovação da Constituição de 1988, foi apresentado o projeto de lei n. 1.258/88, que pretendia regulamentar as diretrizes e bases da educação no Brasil. Os autores do campo de Trabalho e Educação destacam que os debates à época em torno do lugar e do sentido do Ensino Médio no sistema educacional brasileiro concentraram-se, de maneira especial, no conceito de politecnia.

O primeiro projeto de LDBEN, apresentado por Octávio Elísio, teve como base um texto de Dermeval Saviani, de 1988, que, conforme Gaudêncio Frigotto (1998, p.13), “apresenta subsídios para o debate para a nova LDB, tomando como eixo de análise a concepção de educação politécnica em contraposição à tradição tecnicista e fragmentária de educação”.

Apesar do momento privilegiado para inserir, no âmbito da Assembleia Constituinte, a concepção marxista de educação politécnica, houve forte reação dos setores conservadores, das associações de instituições privadas de ensino e de ensino religioso. Conforme a redação do projeto de lei: “a educação escolar de 2º grau será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (BRASIL. 1991, art. 38 apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 25).

Sobre o posicionamento do deputado Octávio Elísio, Bemvindo (2016, p.179) esclarece que apesar do mesmo admitir que o texto apresentado fazia parte de um compromisso assumido com Saviani, ao mesmo tempo, não estava completamente de acordo com a posição de Saviani e defendia uma divisão entre as formação geral e profissionalizante, sendo apenas essa última referenciada pela politecnia, o que não ia de encontro aos princípios da Educação Politécnica pautada nas concepções marxistas de educação. Apesar disso, constava claramente no art.47 do projeto:

que o ensino de 2º Grau constitui a segunda etapa do ensino básico e tem como objetivo propiciar aos jovens a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo, suas relações com a sociedade, bem como o conhecimento do processo de formação da sociedade brasileira (ELÍSIO, 1991, p. 30).

Mais tarde, o deputado Jorge Hage, apresentou um substitutivo ao projeto de Elísio, também favorável a coexistência de duas modalidades de ensino médio, como já era configurada a realidade dessa etapa da formação escolar no sistema público de educação. Hage argumentava que a LDBEN não deveria contemplar a concepção de educação politécnica em favor da “pluralidade de concepções pedagógicas, de experiências”, evitando modelos únicos. Segundo ele: “tudo é válido: ensino técnico especializado, geral, acadêmico, todas as concepções de educação têm que coexistir, e a opção tem que ficar a cargo da família e do educando” (HAGE, 1991, p. 47).

Nesse ponto, os dois projetos de LDBEN que chegaram ao Senado já não contemplavam as dimensões unitárias do ensino médio, e a concepção de politecnia havia sido derrotada. A LDBEN aprovada, somente em 1996, não representava nem de longe o texto original de Saviani, nem dialogava com as discussões feitas sobre politecnia no âmbito da sua elaboração. Ao final, a LDB aprovada é um substitutivo do senador Darcy Ribeiro ao projeto da Câmara que, conforme Frigotto, “representou um golpe aos educadores e um serviço que o senador Darcy Ribeiro prestou ao governo incapaz que fora de fazer uma proposta própria.” (FRIGOTTO, 1998, p.14).

De acordo com a abordagem de Lúcia Neves, a reestruturação obedeceu a lógica neoliberal que entrava em vigor no país, favorecendo a expansão da educação tecnológica de nível superior em detrimento da real demanda, no campo educacional de massas, que defendia a escolarização média como etapa final da educação básica, de caráter integral e unitário. A aprovação da LDB, 1996, inaugura uma nova dualidade no sistema educacional brasileiro: “um tipo de ensino médio de preparação para o trabalho e outro tipo de ensino médio para a continuação dos estudos na educação escolar de nível superior” (NEVES, 2008, p. 185).

1.3 A Proposta de Ensino Médio Integrado: a discussão em torno do conceito

Segundo Ramos (200), a concepção de ensino técnico de nível médio antes da LDBEN de 1996 era fortemente marcada pela divisão social e técnica do trabalho, que configura um dualismo característico da organização educacional brasileira que vem sendo construído historicamente, como reflexo das condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo no país.

Sobre isso, explica Maria Ciavatta (2014, p.197):

[...] não se faz a transposição da educação politécnica das sociedades socialistas para um sistema secularmente dominado pelo capital como a educação no Brasil. As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está

universalizada em acesso e em qualidade para toda a população [...] e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos.

As questões em torno do termo “integrado” merecem destaque após algumas referências sobre as disputas quando na elaboração do texto da LDBEN. No período anterior a LDB, onde a educação brasileira estava submetida legalmente a reforma do ensino dada pela Lei n. 5.692/71, “o ensino médio era integrado à educação profissional no sentido que significava a possibilidade de a formação básica e a profissional acontecerem numa mesma instituição de ensino, num mesmo curso, com currículo e matrículas únicas” (CIAVATTA, 2014, P. 197). O termo “integrado” passa a ser utilizado pela Lei n. 9.394/96 como uma das formas pela qual o ensino médio e a educação profissional podem se articular

1.4 Questões Recentes:

A aprovação da LDBEN, em 1996, e do Decreto n. 2208/97 demonstraram que a concepção de formação profissional que viria a ser parte das políticas públicas daqueles governos de orientação neoliberal seria a educação para o trabalho simples, que desassocia o trabalho intelectual do manual, ignorando a dimensão ontológica do mesmo. Já na primeira década do século XXI, após a revogação do decreto 2208/97 e a aprovação do 5154/04, as discussões em torno à formação profissional de base unitária foram retomadas, devido à permissão da forma integrada do ensino médio e da educação profissional.

Mais recentemente, nos primeiros anos da década, a defesa da concepção de formação profissional integrada ao ensino médio ganhou novo fôlego, com as discussões em torno às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O documento foi aprovado pela Câmara de Educação Básica, no dia 9 de maio de 2012. O documento sugere a seguinte definição para a formação integrada:

Assim, quando se fala em formação integrada ou no Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em quaisquer das suas formas de oferta, o que se quer dizer com essa concepção, é que a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, tais como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, seja na formação inicial ou qualificação profissional, seja na Educação Profissional Técnica e ou na Tecnológica, bem como nos demais cursos superiores. Significa enfocar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e vice-versa, objetivando a formação de trabalhadores capazes de atuar democraticamente como

cidadãos, na posição de dirigentes ou de subordinados. Para tanto, como está definido no inciso IV do art. 35 da LDB, é preciso propiciar aos alunos a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (CONSELHO, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, surgiram uma série de grandes desafios que concernem à aplicação prática desses princípios na construção de uma modalidade de ensino profissional que ofereça aos trabalhadores uma educação integral. O primeiro desses desafios está ligado à disseminação dessa concepção de educação profissional, que ainda disputa espaço com as modalidades concomitante e subsequente. Além disso, num contexto de ampliação de investimentos na educação profissional, durante os governos Lula e Dilma, renunciado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tornou-se importante lutar para que a formação integrada seja prioritária no recebimento de recursos e de apoio administrativo, para que as conquistas não se tornem meras instruções burocráticas.

Além disso, entre esses desafios, está a estruturação de uma prática pedagógica fundamentada na formação integrada. É importante ressaltar que são raras e esparsas as experiências que realmente tenham levado em consideração a integração efetiva das formações geral e profissional, sendo necessário, portanto, construir-se um referencial para que o ensino médio integrado se desenvolva.

Nesse contexto, as esparsas iniciativas que se utilizem dessa modalidade de formação profissional precisavam ser estudadas e analisadas com detalhamento, com intuito de construir novos horizontes para a formação de trabalhadores no Brasil. Uma dessas iniciativas é a do Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Cabo Frio (IPUFRJ), objeto dessa pesquisa, evidenciando sua proposta de formação profissional integrada ao Ensino Médio, de base contra-hegemônica, tendo a politecnia como referência.

Compreender como o processo de institucionalização do Instituto Politécnico da UFRJ se insere no debate sobre o ensino médio integrado, referenciado na perspectiva da educação politécnica, é um dos objetivos deste artigo.

1.4.1. O Projeto da Reforma: A Lei 6840/2013

De acordo com os documentos oficiais da escola, ao organizar as atividades de ensino em regime de tempo integral, tem-se como objetivo que os alunos vivenciem “uma rotina pedagógica que prescindir das limitações estabelecidas nos domínios específicos das diferentes disciplinas”, uma vez que se optou “por referências mais amplas, de forma a favorecer o

intercâmbio e a complementaridade entre os saberes”. Ou seja, “o tempo integral é posto como uma demanda necessária, inerente à proposta de organização do conhecimento” (MACIEL, 2014, p.98). Para tanto, as atividades pedagógicas do Instituto Politécnico congregam 4 (quatro) áreas do conhecimento: PCSA – Práticas de Comunicação Social e Artes; PDAT – Práticas Desportivas Aquáticas e Terrestres; RS – Relações Sociais; e CNTEC – Construção Naval e Outras Tecnologias. De acordo com os documentos da escola, essas atividades se desenvolvem por meio de projetos que, “de inspiração tutorial e politécnica [...] buscam privilegiar a autonomia intelectual dos alunos, acolhendo a prática como ponto de partida para a construção do conhecimento” (Proposta de Consolidação do Programa Pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, 2007, p.5).

Vivemos um momento em que diversas propostas de Ensino Médio são oferecidas e que diferentes realidades e interesses demandam propostas para essa etapa da Educação Básica. Nesse contexto, as discussões acerca da Reforma do Ensino Médio vêm questionando o seu sentido na formação escolar do indivíduo, onde a organização do currículo tem lugar de destaque: Qual é a função do Ensino Médio? Uma revisão de todo conteúdo visto no Ensino Fundamental? Uma formação cujo objetivo é passar na prova do ENEM e nos outros vestibulares e sistemas de avaliação? Então, se o Ensino Médio agora está subordinado ao ENEM, o que se tem exigido de formação por meio dessa prova? Ou não, o Ensino Médio é para formar trabalhadores por meio de cursos técnicos? Ou ainda, o Ensino Médio como etapa final da educação básica, é um momento de aprofundamento de conhecimentos disciplinares, de formas de raciocinar e de criação de propostas pelos jovens para sua vida futura?

O fato é que o Ensino Médio é uma fase que está entre a formação escolar básica e o mundo do trabalho. O Projeto de Lei 6840/2013, apresentado pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), propôs mudanças no formato do Ensino Médio que alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tais propostas visam, principalmente, a instituir a jornada em tempo integral e dispor sobre a organização dos currículos em áreas de conhecimento. De acordo com o texto da Lei, a CEENSI compreende, a partir das Audiências Públicas, Seminários Estaduais e Nacionais promovidos, que o atual modelo de Ensino Médio “está desgastado, com altos índices de evasão e distorção idade/série

e de que, apesar dos investimentos e do aumento no número de matrículas, não conseguimos avançar qualitativamente nesse nível de ensino”².

Ainda de acordo com a CEENSI, o consenso identificado nos inúmeros debates e discussões promovidas a cerca da realidade do Ensino Médio foi de que o atual currículo “é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos” (PL 6840/2013.p.7). Ou seja, existe a ideia de que um dos problemas principais do Ensino Médio, enquanto etapa final da formação escolar básica, está no seu currículo, o que é usado como justificativa para as mudanças que o PL propõe com relação à organização dos conteúdos.

É possível identificar no texto do PL 6840/2013 a compreensão do Ensino Médio como a fase da Educação Básica que formará o cidadão brasileiro para o Mundo do Trabalho, seja ele o chamado Ensino Superior ou o Mercado de Trabalho propriamente dito. O trabalho, ou melhor, a demanda de trabalhadores pelo mercado, representa no texto, o lugar de onde se olha para o Ensino Médio. Desta forma, parece ser claro que as mudanças propostas, de fato, são “reformas” para uma etapa da formação escolar que vem sendo pensada há décadas por esse mesmo ponto de vista. A “necessidade de se ampliar a permanência do aluno na escola” a fim de adequar o desenvolvimento das possibilidades formativas juntamente com o estudo por áreas de conhecimento, “com a intenção de aumentar o interesse dos alunos” (PL 6840/2013), são medidas que não provocam mudanças e mantêm a organização e identidade de um Ensino Médio orientado para atender as demandas do mercado de trabalho.

Neste sentido, a pesquisa revelou que objetivos distintos podem ser visados por propostas aparentemente semelhantes, e, desta maneira, considerar outros pontos de vista nas discussões sobre o lugar do Ensino Médio na Educação Básica, permitem que novas perguntas sejam feitas. Os estudos investigativos realizados por meio dos documentos oficiais evidenciaram que, o projeto pedagógico do IPUFRJ, ao procurar estruturar-se com base no trabalho como princípio educativo, comprometido com um projeto educacional emancipador, apresenta uma preocupação não só de questionar a organização tradicional do ensino, mas, sobretudo, de entender e pensar a escola por outra perspectiva, tendo em vista a transformação do *status quo*. Enfatiza na sua proposta, uma formação que vai ao encontro da “infinitude” das potencialidades

² Constatação registrada no texto do Projeto de Lei 6840/2013. Cf. CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Projeto de Lei 6840/2013, da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio – CEENSI. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoes/Web/prop_mostrarintegra?codteor=1200428>.

humanas, “acolhendo a prática como ponto de partida para a construção do conhecimento” (IPUFRJ, 2009, p.38).

Cabe ainda ressaltar que, apesar do IPUFRJ de Cabo Frio não ter tido como parâmetro o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para seus critérios avaliativos, como propõe a PL 6840/2013, seus alunos obtiveram resultados positivos segundo as pesquisas da escola a época, que a exemplo do ano de 2013, teve o maior índice de aprovação na cidade de Cabo Frio. Esse resultado é uma consequência do trabalho desenvolvido pela escola, não um objetivo e essa diferença é imprescindível para a proposta do IPUFRJ.

1.5 Uma Educação pelo Trabalho: possibilidades de um ensino para além das propostas de educação para o trabalho.

Como destacam os documentos sobre a proposta pedagógica do Instituto Politécnico, é ainda um desafio para os educadores lidar com essa educação profissionalizante. Bemvindo, Maciel e Turrini (2013) apontam que desde as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir da década de 1990, um número significativo de produções acadêmicas buscou problematizar e discutir a formação profissional ligada ao Ensino Médio. Um lado defendia uma “educação profissional gerida ‘pelos homens de negócio’, com base nas necessidades do mercado e no controle autoritário dos meios de produção”; outro defendia a proposta de um ensino médio integrado à educação profissional em condições de “base unitária – que pressupõe a indissociação entre o trabalho manual e intelectual – e que aponte caminhos para uma educação omnilateral e politécnica” (2013, p.3).

Nesse sentido, é importante a discussão que Meszáros faz em “A Educação Para Além do Capital” para compreendermos o ponto de vista do IPUFRJ. Para o autor, não importa quão nobres e quão inovadoras sejam as propostas educacionais que busquem trazer soluções aos problemas identificados no sistema educacional vigente, se elas não rompem com a lógica do sistema capitalista, estão fadadas a fracassar; pois “podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral”(MESZÁROS, 2008. p.25). Ou seja, é necessário pensar possibilidades para a educação por um outro ponto de vista:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do

capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MESZÁROS, 2008, p.27).

Para o autor, a educação formal não é capaz de, sozinha, transformar a lógica da sociedade em que vivemos, mas certamente, é o mais importante e imediato mecanismo de ação contra o modelo hegemônico. Para isso, no âmbito educacional, “as soluções não podem ser formais; elas devem ser essenciais” (MESZÁROS, 2008, p.45). Dessa maneira, entendemos que apesar das iniciativas governamentais por meio de políticas educacionais que dizem servir para a transformação do quadro das desigualdades sociais brasileira, essas iniciativas partem do ponto de vista da lógica do capital e são pensadas para a manutenção dessa mesma lógica, sem ter efeitos profundos nos problemas que visam a resolver. Por isso, é uma educação PARA o trabalho, que visa a oferecer instruções técnicas para a realização da profissão que passará a exercer, ignorando as potencialidades intelectuais do indivíduo e o seu papel enquanto sujeito ativo nas relações sociais a partir da sua atividade profissional no mercado de trabalho.

Baseados nos conceitos de formação omnilateral e formação humana de base marxista, a proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio parte de outro ponto de vista. Sendo uma escola que oferecia cursos técnicos, estava preocupada principalmente em oferecer uma formação completa aos seus estudantes, que contemplasse tanto os potenciais das atividades manuais quanto das intelectuais, que tornasse esse indivíduo consciente de si e do mundo ao qual pertence. O curioso, como destacam Maciel, Bemvindo e Turrini é que nem Karl Marx e nem Friedrich Engels dedicaram um estudo exclusivo às questões relacionadas ao trabalho e à educação, então essa abordagem de formação humana parte de estudos que, atentos a essas obras, identificam os aspectos educacionais como elemento integrante de uma teoria mais complexa sobre o funcionamento da sociedade capitalista.

Penso que a abordagem do contexto educacional de criação da LDBEN e as possibilidades de criação de instituições que operassem um tanto em mãos distintas das demais no que concerne ao trabalho pedagógico assinalam o momento de estudar a trajetória do IPUFRJ em Cabo Frio.

CAPÍTULO II - Trajetória Institucional do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio: o sonho na realidade

Uma vez li que a história não ressuscita, ela enterra. Passei muito tempo acreditando nisso, mas agora eu acho que não é bem assim, ela se mantém viva e passa de geração em geração, então acho que realmente não teria como ressuscitar algo que nunca morreu.

(Aluna do 1º ano do Ensino Médio, 2015, IPUFRJ)

A epígrafe deste capítulo dá voz à reflexão desenvolvida por uma aluna do 1º ano do Ensino Médio, no ano de 2015, em seu Diário de Bordo³. Seu registro se refere às discussões sobre Memória, História, Resistência e Identidade que foram feitas tendo como ponto de partida o filme “Narradores de Javé”⁴ e visavam a apresentar e aproximar a turma da história da escola. Criar um espaço de identificação e relação com a história da escola, na qual estão ingressando, era um dos objetivos dos primeiros momentos do ano, momento em que o estudante entrava em contato com a proposta da escola.

Apesar do encerramento das atividades na escola no ano de 2016 e a frustração vivida por toda a comunidade escolar com a negativa do processo de institucionalização do Instituto Politécnico por parte da reitoria da UFRJ junto ao Conselho Universitário, os alunos que foram transferidos para o Instituto Federal Fluminense, no polo de Cabo Frio, para que pudessem concluir o Ensino Médio, os alunos já formados que esperam por seus diplomas, bem como os professores, pais e servidores, acreditam no marco histórico que foi o IPUFRJ. Por isso, gostaria de iniciar esse capítulo refletindo em cima do que foi escrito pela aluna: “não teria como ressuscitar algo que nunca morreu.”

De fato, não faltaram mãos dispostas a jogar terra sobre uma história de luta e resistência que começou em 2008, refiro-me aqui ao longo processo de institucionalização do Instituto Politécnico pela UFRJ que se estendeu por 8 anos e que, no ano de 2016, teve suas atividades encerradas por determinação do CONSUNI da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a reitoria do Prof. Dr. Roberto Leher. Veremos mais sobre esse pronto adiante. mas ainda que

³ O Diário de Bordo no Instituto Politécnico de Cabo Frio é um registro diário das atividades realizadas no cotidiano escolar.

⁴ Um filme nacional que conta a história de um vilarejo no sertão baiano chamado “Javé” que diante da ameaça de ser inundado devido á construção de uma usina hidroelétrica, busca por meio da produção de uma história oficial, provar que a cidade é patrimônio histórico exigindo sua preservação. NARRADORES DE JAVÉ. Produção de Eliane Caffé: Riofilme, 2003.1 DVD (100min), widescreen, color.

tenha morrido, ainda que tenha fechado suas portas, concordamos com essa aluna: falar da história do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio nada teria de uma tentativa de ressuscitá-lo, pois não se pode ressuscitar algo que está vivo, ao menos na memória. Tão vivo que resiste! Afinal, como veremos, ninguém quer ocupar o lugar de quem fechou o IPUFRJ na história oficial e na memória da comunidade escolar, “quem é o culpado” é um lugar de disputa política nessa trama.

Como apresentaremos ao longo desse trabalho, o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio não tinha a intenção de ser uma alternativa para os problemas enfrentados pelo Ensino Básico no Brasil, não queria propor correções ou ajustes nos processos de ensino-aprendizagem dos modelos tradicionais de ensino. É preciso compreender que o Instituto Politécnico de Cabo Frio desejava ser, por meio da sua proposta pedagógica, um outro ponto de vista sobre educação, um ponto de vista que não se pautava na lógica de uma formação para o trabalho, mas visava a uma formação pelo trabalho. Quer dizer, uma educação para a construção de alternativas político-sociais diferentes das atuais. Como a mesma aluna assinalou em outro trecho de seu Diário de Bordo: “A minha identidade é formada por minhas memórias, minha história e a história de outras pessoas e, portanto, está em constante mudança e desenvolvimento. Minha identidade, embora, seja minha individualmente, não é construída sozinha.”



Alunos do IPUFRJ em frente ao prédio da escola. Fonte: festivalufrjmar.wordpress.com

2.1 Inauguração

A escola iniciou suas atividades com 1 (uma) turma de 1º ano do Ensino Médio e 2 (duas) turmas de 6º ano do Ensino Fundamental, sem ter sede própria ainda, ocupava três salas no espaço da Escola Estadual Municipalizada Teixeira e Souza, no bairro Porto do Carro em Cabo Frio. O documento que instituiu a “Proposta de Consolidação do Programa Pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio” de 2007, assim previa o período de inauguração da escola, com apenas uma diferença no que aconteceu na prática:

A inauguração do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio acontecerá no primeiro semestre letivo de 2008, com a abertura concomitante de 2 turmas de 5ª. série do nível fundamental e 2 turmas da 1ª. série do nível médio, às quais se oferecerá a formação básica dentro dos parâmetros do método politécnico. (2007, p.4)

Ao invés de 2 (duas) turmas de 1º ano do Ensino Médio, a escola começou com uma. Toda a proposta pedagógica da escola, bem como suas intenções de ação e funcionamento na cidade de Cabo Frio vinham sendo elaboradas desde 2005⁸ com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio a fim de que se tornasse viável a criação de um projeto tão complexo como o que apresentava a proposta do Instituto Politécnico da UFRJ na cidade. Em suma, a parceria estabelecida entre a UFRJ, pelo Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, e a Prefeitura de Cabo Frio, previa que a parte pedagógica seria responsabilidade da equipe de professores que representavam os interesses da UFRJ e o pagamento desses professores feitos pela prefeitura de Cabo Frio, em regime de contrato temporário, com dedicação semanal de quarenta horas⁵.

A escola oferecia no seu programa a formação nos cursos técnicos de Produção Audiovisual, Química e Cultura Marítima, com especialização ou em Mergulho, ou em Construção Naval ou em Pesca, de acordo com a escolha dos próprios alunos. Essa escolha era feita no 2º ano de curso, uma vez que no 1º ano, buscava-se proporcionar ao estudante a vivência de cada um dos três cursos técnicos para que pudesse fazer sua escolha baseado em alguma experiência, esperando, enfim, que essa escolha fosse consciente por parte do estudante.

Como já havia sido iniciado o ano letivo, o processo seletivo de entrada na escola nesse primeiro ano foi diferente dos que viriam a ser nos anos seguintes, a escola disponibilizou 10 (dez) vagas para 3 (três) escolas em bairros distintos na cidade: 10 (dez) vagas para o Colégio Municipal Rui Barbosa, escola que fica localizada no centro da cidade de Cabo Frio, 10 (dez)

⁵ Cf. MACIEL, Cosme. Educação Integral em Tempo Integral: concepção e prática no Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Cabo Frio/RJ. (Dissertação). UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Educação: Rio de Janeiro. 2014. P.67.

vagas para o Colégio Municipal Prof.^a Elza Maria Santa Rosa, localizado no bairro Jardim Esperança e 10 (dez) vagas para o Centro Educacional Municipal Marli Capp, localizada no 2º distrito de Cabo Frio, em Unamar. Como veremos à frente, essa seleção não estava em consonância com a proposta político pedagógica da escola, ainda mais que a seleção desses 10 (dez) foi feita de acordo com os critérios das direções de cada escola:

Portanto, as formas utilizadas pelas escolas para selecionar os alunos variaram naquele ano, mas é sabido pela convivência com estes alunos que a maioria delas utilizou a análise do histórico escolar, selecionando os alunos com maiores médias nas disciplinas do ano anterior (2007). Ou seja, a primeira turma do IP foi composta, basicamente, pelos melhores alunos da região nas formas elementares de avaliação (SILVA, 2014, p.59).

O objetivo da escola visava atender famílias da classe trabalhadora, com renda baixa, alunos com dificuldades de aprendizagem, em suma, os alunos menos privilegiados da rede de ensino de Cabo Frio. Ainda que a primeira turma tenha sido composta pelos “melhores alunos da região”, a estratégia adotada nesse momento permitiu que os alunos entrassem em contato com realidades diferentes. Essas escolas eram completamente afastadas uma das outras, em bairros com realidades quase opostas e que recebiam atenção diferenciada da Secretaria Municipal de Educação, permitindo uma experiência positiva para os objetivos propostos pelo programa da escola. Nos anos seguintes a inscrição foi feita mediante sorteio.

Em regime de tempo integral, os alunos do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio terão a oportunidade de vivenciar uma rotina pedagógica que prescinde das limitações estabelecidas nos domínios específicos das diferentes disciplinas, uma vez que optamos por referências mais amplas, de forma a favorecer o intercâmbio e a complementaridade entre os saberes. Ao invés de ceder ao apelo de familiaridade de tais domínios, as atividades pedagógicas do Colégio Politécnico buscam congregiar 5 áreas do conhecimento, a saber: PCSA – Práticas de Comunicação Social e Artes; PDAT – Práticas Desportivas Aquáticas e Terrestres; CA – Ciências do Ambiente; RS – Relações Sociais; e CNTEC – Construção Naval e Outras Tecnologias (COSTA, 2007, p.7).

A partir do ano de 2010, a área de Ciências do Ambiente passou a integrar a área de CNTEC, mudando seu nome para Ciências da Natureza e outras Tecnologias. Ficando assim quatro áreas.

Mas, antes de adentrar na estrutura da proposta pedagógica e dos conceitos que a norteiam, é necessário compreender em que sentido as parcerias foram constituídas e o que ambas as partes esperavam dessa proposta. Faz parte da compreensão do IPUFRJ, enquanto instituição de ensino, compreender a que programas a escola estava ligado à Universidade e como se iniciou essa relação próxima entre a cidade de Cabo Frio e a UFRJ.

2.2 Dos Antecedentes

2.2.1 O Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e o Festival UFRJ-Mar

De acordo com o levantamento feito pelo Prof.º Me. Cosme Maciel e pela Prof.ª Ma. Maria Gabriella Silva sobre os antecedentes do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, a criação do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar é o momento no qual se concretizam os interesses da Universidade em atuar mais ativamente na região costeira do estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 1980, quando as primeiras pesquisas foram realizadas por professores e pesquisadores da UFRJ em lagoas costeiras do Norte Fluminense, a Universidade vinha investindo em um processo de interiorização das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. As pesquisas que durante os anos alcançaram outros municípios do Norte Fluminense, bem como a Região dos Lagos e do Sul do Estado do Rio de Janeiro, avaliavam pontos em comum nas linhas históricas dos municípios que levavam a um mesmo padrão de insuficiências:

[...] a insistência em modelos pedagógicos e de gestão da educação pública tão ineficientes quanto desestimulantes, seja no que diz respeito à valorização da atuação dos profissionais do setor ou à capacidade de atrair e promover a permanência dos alunos no sistema escolar até pelo menos o fim do ciclo básico; a falta de planejamento urbano e a inabilidade para o desenvolvimento de políticas públicas que persigam a auto sustentação das economias municipais; o descaso com a preservação do meio ambiente, notadamente no que diz respeito à qualidade das águas; **o progressivo abandono de práticas econômicas tradicionais, dentre as quais se destacam aquelas que se apensam à herança cultural da pesca artesanal;** [...] e ainda, nalguns casos, a brusca erupção dos recursos provenientes da indústria petrolífera, cujos danos se manifestam em face da ausência de mecanismos capazes de consumir sua aplicação de maneira apropriada (grifo nosso).

Tendo em vista essas questões, em 2002, motivado em “criar grupos interdisciplinares com o objetivo de promover uma articulação horizontal em torno de grandes objetos de trabalho acadêmico” (NIDES, 2009, p.10), o então Reitor, Professor Carlos Lessa, promoveu, sob a coordenação do professor Fernando Amorim, o encontro “Baías e Ambientes Costeiros do Rio de Janeiro”. Das discussões promovidas nesse encontro, saíram a aprovação da criação do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e do Festival UFRJ-Mar, sendo objetivo do primeiro “o de promover uma articulação dos pesquisadores e professores que trabalham com o mar como objeto de ensino e pesquisa” e do segundo, um evento de extensão regular, amplo o bastante para divulgar a proposta de atuação interdisciplinar; “que favorecesse a divulgação do trabalho da UFRJ em áreas e regiões onde a instituição estivesse ausente ou pouco presente; e que, ao

mesmo tempo, oferecesse à universidade a oportunidade de conhecer melhor tais áreas e regiões”(NIDES, 2009. p.11) a fim de promover ações que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social desses municípios.

Analisando a conjuntura política e econômica dos municípios costeiros de Ilha Grande, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Macaé (que receberam maior atenção e participação mais ativa desses programas criados em 2002), Maciel entende que as instituições de ensino não estão alheias às mudanças sofridas pelo modelo de desenvolvimento econômico assumido por esses municípios, modelos esses “de base neoliberal [...] marcados que foram pela reestruturação produtiva, privatização dos setores básicos de serviços [...] e acumulação da riqueza produzida socialmente, nas mãos de uma pequena parcela da sociedade” (MACIEL, 2014. p. 59.). Por sua vez, essas instituições de ensino “podem responder de forma passiva e reprodutora ao que é hegemônico e, conseqüentemente, educar para o consenso.”. Essas preocupações, presentes nos pontos destacados, referentes aos padrões de insuficiências identificados nos municípios abarcados pelos programas de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mobilizaram e motivaram ações mais profundas no campo da Educação.

Nesse sentido, o Festival UFRJ-Mar foi o grande instrumento de estreitamento da relação entre os municípios que recebiam o evento e a Universidade. Por meio desse contato, foi possível encontrar aberturas para serem criadas ações permanentes nesses espaços, visando a alcançar principalmente deficiências nas áreas relativas à Educação. A estrutura do Festival permitiu com facilidade essa ponte de contato entre a produção de conhecimento acadêmico na universidade e a realidade das escolas públicas dos municípios:

Historicamente o Festival estrutura-se através da proposição de oficinas e ações culturais por alunos da graduação e pós-graduação com orientação de professores, por professores e por funcionários da UFRJ. Essas oficinas são divididas nas áreas temáticas: Educação Física e Desportos, Ciência e Tecnologia, Vida e Meio Ambiente, Saúde e Bem Estar, e Letras e Artes (AMORIM, 2011, p. 38).

Em 2004, nasceu o Colégio Municipal de Pescadores, como “outra intervenção pedagógica oriunda deste núcleo, em resposta à solicitação da Prefeitura Municipal de Macaé – RJ diante da necessidade de combater a crescente evasão escolar no município” (SILVA, 2014. p.55). A estrutura e organização da proposta pedagógica do Colégio de Pescadores viriam ser o embrião do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio.



Prof. Fernando Amorim em atividade no IPUFRJ e alunos em atividades no Festival UFRJ-mar.
Acervo: LABIME/IPUFRJ

2.2.2 O Colégio Municipal de Pescadores

O projeto de criação do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé coadunava com os objetivos do Festival realizado em 2002, contemplava em sua proposta todos os pontos citados anteriormente sobre o padrão de insuficiências observadas pelas pesquisas feitas pela Universidade, conjugando, dessa maneira, “a necessidade de integração dos professores e pesquisadores da UFRJ com a oportunidade de afirmar externamente a capacidade da universidade de aliar-se aos poderes públicos no enfrentamento de alguns dos mais sérios entraves sociais do país” (NIDES, 2009, p.11).

O principal problema eram os altos índices de evasão escolar no segundo segmento do ensino fundamental, uma realidade conhecida pelo sistema público de ensino em todo o país. Essa escola foi a primeira experiência do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar com uma proposta de instituição de ensino que, a fim de enfrentar um cenário de desvalorização da educação, pobreza e decadência de um dos principais meios de subsistência da população local que é a pesca artesanal, buscou trabalhar por meio de relações mais estreitas as questões sobre trabalho e educação nessa fase de formação escolar.

A proposta do Colégio de Pescadores consistia em um curso que atendesse aos alunos do 6º ao 9º ano do segundo segmento do Ensino Fundamental, em tempo integral, onde parte

do tempo trabalhariam com as disciplinas tradicionais do currículo oficial ministradas pelos professores da Prefeitura de Macaé e, na outra parte, ministrados por professores da Universidade, trabalhariam “um conjunto de disciplinas e conteúdos que excedesse substancialmente o que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais, tais como: Aquicultura, Construção Naval, Ecologia, Navegação, Natação, Remo, Marinharia e Organização do Trabalho.” (NIDES, 2009, p.12)

Esse modelo oferecia a vantagem adicional de constituir-se como um pretexto para a conjunção de esforços no sentido de preservar a atividade da pesca artesanal em Macaé, propiciando ao aluno da rede municipal de ensino um currículo que promove a consciência ecológica e que tem como perspectiva a valorização do ser humano e do meio em que vive, a um só tempo em que prepara e antecipa os princípios de qualificação necessários para seu ingresso no mundo do trabalho (NIDES, 2009, p.12).

A organização adotada pela escola encontrou um desafio ao buscar articular as disciplinas do currículo tradicional no formato da grade curricular oficial com as disciplinas oferecidas pelo curso que buscavam ir além dessa organização de conhecimento. Não se tem informações suficientes para afirmar se houve ou não uma integração, mas é visto na documentação do Instituto Politécnico da UFRJ uma referência a essa questão. De acordo com as observações de Maciel, existe uma contradição entre o modelo de desenvolvimento econômico que Macaé assumiu, baseado na exploração de petróleo, gerando uma série de impactos negativos ao ambiente marinho que culminaram no enfraquecimento da pesca artesanal; e sua abertura a financiar uma escola que visava ao resgate e valorização da atividade pesqueira local. Não se sabe ao certo por quais motivos a parceria entre o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e a Prefeitura Municipal de Macaé se encerrou em 2009, mas a partir das observações feitas é possível ter em vista divergências político-ideológicas como um dos elementos que teria levado ao fim as atividades do colégio (MACIEL, 2014, p.62-63).

2.3. Da Proposta e das Parcerias do IPUFRJ em Cabo Frio

Diversos programas de curso técnico integrado ao Ensino Médio vêm sendo implementado no Brasil nas últimas décadas, principalmente a partir de 2002, com a gestão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mas como observa Costa no documento de consolidação da proposta pedagógica do IPUFRJ, ainda é um grande desafio para os educadores uma educação para o trabalho:

No mais das vezes, deparamos com concepções que se limitam ao treinamento de habilidades motoras para o exercício de funções específicas na produção, desconsiderando o percurso intelectual que laborou a

sistematização de tais ou quais habilidades como prática profissional; ou, caminho inverso, com modelos em que o aluno é instado a devotar uma espécie de fé cega na possibilidade de aplicação futura de uma massa amorfa de informações, que ele precisa acumular como num relicário, à espera de que o milagre do conhecimento se faça (COSTA, 2007, p.6).

A partir da experiência vivida no Colégio Municipal de Pescadores em Macaé onde, pela primeira vez, o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar articulou os referenciais do campo de Trabalho e Educação num projeto político pedagógico, pôde, a partir dessa primeira experiência, amadurecer a proposta do IPUFRJ em cima dos erros e acertos conquistados e, por isso, procuraram um caminho diferente dos apresentados pelas iniciativas governamentais e também do que já haviam experimentado. A primeira observação era a de criar um currículo único, sem cometer o mesmo erro de oferecer atividades de acordo com o currículo tradicional durante um período do dia e no outro, atividades “complementares”. Dessa forma, o IPUFRJ construiu uma nova proposta, com uma metodologia de trabalho de inspiração tutorial e politécnica, privilegiando a autonomia intelectual dos alunos nas atividades e tendo a prática como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Das discussões iniciadas em 2005 (vale ressaltar: o primeiro ano que a cidade de Cabo Frio sediou o Festival UFRJ-Mar) entre o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, representado pelo Professor Fernando Amorim, e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, representada pela Professora Laura Barreto, então subsecretária de Educação, a parceria entre ambas as instituições tinha em vista:

[...] a implantação de projetos como a criação de um novo colégio de pescadores, nos moldes do que o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar coordena no município de Macaé; a implantação de centros de formação e qualificação profissional nas áreas da indústria náutica, da pesca e da aquicultura; a criação de cursos de qualificação e de atualização voltados para os professores da rede pública de ensino; e o desenvolvimento de outras atividades pedagógicas voltadas para o turismo e a preservação do meio ambiente (COSTA, 2007, p.5).

Ou seja, diferentemente do que se propôs a parceria entre a Prefeitura Municipal de Macaé e o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, a parceria com o município de Cabo Frio ofereceu um campo de atuação pra além da criação de uma instituição de ensino. O que se vê de novo entre a parceria da Prefeitura de Cabo Frio e o Núcleo foi a expansão do foco de atuação para além do Ensino Fundamental e do terreno delimitado pela pesca artesanal profissional e a indústria náutica. Na unidade de Cabo Frio:

[...] sem prejuízo do vínculo com a cultura marítima, passamos a abranger os níveis fundamental e médio, estendendo nossa atuação também à orientação profissional em outras áreas — como a produção audiovisual e a química —, cuja definição se verificou em função das indicações, por parte da equipe da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, a respeito dos investimentos considerados de maior valor estratégico para o desenvolvimento da região (NIDES, 2009, p.16).

Para a realização das atividades, a Prefeitura de Cabo Frio cedeu à UFRJ uma área com cerca de 6.000 m², vizinha ao Parque Municipal Walter Bessa Teixeira – Dormitório das Garças, que sediaria, além de outras propostas, a unidade de Cabo Frio dos Institutos Politécnicos da UFRJ²⁸. Mas, enquanto não ficava pronto o prédio prometido, iniciava-se em 2008 o movimento de “ciganos” do IPUFRJ, começando, como dito anteriormente, na Escola Estadual Municipalizada Teixeira e Souza. A cada ano a escola se deslocava para um prédio diferente, ora cedido pela Prefeitura, ora cedido pelo Estado, ora por instituições privadas, ora por instituições federais. Enfim, esse “movimento de ciganos” quer dizer a fase em que a escola não teve uma “casa”, seu próprio prédio construído, e de acordo com a instabilidade das parcerias teve que se adaptar as condições materiais de cada momento.

Não cabe, neste momento, analisar profundamente as diversas mudanças ocorridas durante os anos até 2010, que é o ano com que trabalharemos nos capítulos seguintes, mas algumas considerações são necessárias, ainda que feitas de forma generalizada.

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar é que inúmeros problemas foram enfrentados durante o ano de 2008 na escola do município que acolheu o IPUFRJ, por questões relacionadas à diferença gritante entre as práticas educativas: eram duas escolas completamente diferentes funcionando no mesmo espaço. Em 2009, firmou-se uma parceria com o Governo do estado do Rio de Janeiro também e as turmas foram realocadas num novo espaço cedido pelo Estado no Colégio Estadual Praia do Siqueira, no bairro Praia do Siqueira em Cabo Frio.

A mudança proporcionou aos alunos maior liberdade, pois no período de funcionamento do IP Cabo Frio (turno da manhã e turno da tarde – tempo integral), não havia alunos do ensino regular sob a responsabilidade do Estado. Isso só acontecia no turno da noite, quando ainda restavam algumas turmas da EJA, mantidas por essa instância federada (MACIEL, 2014, p.69).



Alunos em atividade externa no pátio da Escola Estadual Praia do Siqueira.
Acervo: LABIME/IPUFRJ.

O segundo ponto do qual não poderíamos deixar de falar é a criação do NIDES – Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social, em 2009, órgão vinculado diretamente ao Centro de Tecnologia da UFRJ que congregava, entre diversos programas, o Programa de Formação de Professores da Educação Básica em Áreas Rurais do Estado do Rio de Janeiro, do qual o Programa de Institutos Politécnicos da UFRJ passará a fazer parte.

Como Maciel apresenta, o NIDES foi o caminho para a institucionalização, dentro da UFRJ do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. “Isso significaria a possibilidade de obtenção de verba própria para manutenção e desenvolvimento dos projetos, ou seja, mais autonomia administrativa. Entretanto, a aprovação institucional do NIDES só ocorreu no início de 2013” (MACIEL, 2014, p.70).

O problema de institucionalização do IPUFRJ em Cabo Frio foi um impasse na realização das atividades da escola ao longo dos anos. Em 2010, por motivos não muito claros, houve a ruptura entre a parceria do estado com o Instituto Politécnico e a escola se mudou novamente. Dessa vez, os alunos do Ensino Fundamental foram alocados numa casa alugada no bairro Braga, em Cabo Frio e os alunos do Ensino Médio no Instituto Federal Fluminense em Arraial do Cabo. Em 2011, a nova parceria não demorou muito para ser desfeita e novamente as turmas foram realocadas, além da casa do Braga como único espaço fixo:

Buscaram-se diversas alternativas: aulas nas praças públicas, na praia, em espaços de cultura. Algumas vezes utilizaram-se as dependências de instituições privadas, como a Universidade Estácio de Sá e, de uma maneira

mais oficial, a Universidade Veiga de Maciel, que abrigou os alunos do ensino médio durante todo segundo semestre de 2011, no turno da tarde (MACIEL, 2014, p.72.).

Em 2012, pela luta e insistência dos professores e responsáveis pelo Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio frente ao CONSUNI⁶ da UFRJ, levantou-se rapidamente o prédio provisório do IPUFRJ para que as atividades escolares pudessem ter continuidade. Também nesse ano, se formaram as primeiras turmas do Ensino Médio nos seus respectivos cursos técnicos:

Este fato também foi um marco na trajetória da escola por vários fatores: por serem os primeiros alunos formados dentro de um modelo de escola politécnico diferenciado, tendo em vista as peculiaridades da escola; por legitimar a formação construída na escola, vista com desconfiança pelos pais, a princípio, por se tratar de um modelo diferente e muitas vezes não compreendido com clareza; e por representar novos horizontes aos alunos que permaneciam na escola, pois agora tinham uma referência concreta do que aconteceria ao permanecerem até o fim na escola (MACIEL, 2014, p.77).



Construção do Prédio do IPUFRJ.
Acervo: LABIME/IPUFRJ)

Contudo, ainda não seria a partir desses eventos que o Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio encontraria as condições físicas e administrativas necessárias para seguir com sua

⁶ Conselho Universitário.

proposta pedagógica. Com o fim da parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio no final do ano de 2011, o Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e, em seguida, institucionalizado em 2013, o NIDES, passou a custear sozinho as atividades da escola.

Eis a identidade do IPUFRJ em Cabo Frio. Não se pode esquecer-la ao discutir os conceitos que nortearam a sua proposta pedagógica: politecnia, interdisciplinaridade, trabalho como princípio educativo e teoria histórico-cultural da atividade são escolhas refletidas por meio de experiências concretas, marcadas pela realidade dos espaços e do tempo em que foram vividas. Estão diretamente ligados a ideais de educação, de escola, de formação escolar, de mundo e de ser humano de cada agente que idealizou essa escola.

Num primeiro plano, vimos quais são as questões sociais que mobilizam a relação entre os conceitos norteadores dessa prática. Procuramos expor como a proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio se constituiu como fruto de uma série de experiências que buscavam responder a problemas encontrados na realidade de diversas cidades do litoral do estado do Rio de Janeiro, problemas esses que vão ao encontro à realidade de muitas escolas nesse país.



Alunos na passeata no Dia Nacional da Luta pela Educação.
Acervo: LABIME/IPUFRJ.



Alunos em frente ao prédio construído no terreno cedido pela Prefeitura de Cabo Frio para o IPUFRJ. Acervo Prof.º Paulo Maia

2.4 Politecnia e Formação Omnilateral

Em seu trabalho, Maria Gabriella Silva argumenta que “a possibilidade mais avançada atualmente no campo educacional, que caminha na busca por mudanças estruturais da nossa sociedade, é a luta pelo currículo integrado no ensino médio, orientado pelos princípios da politecnia.” (SILVA. 2014. p.43). Baseada em Frigotto; Ciavatta; Ramos (2012), Silva defende a escolha do conceito de Politecnia para a proposta de Formação Humana que o IPUFRJ em Cabo Frio visava oferecer:

A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 45).

A formação humana visada pelo projeto pedagógico do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, buscou na concepção marxista de politecnia a base da sua argumentação, de

forma que, todas as metodologias de ensino articuladas na proposta, buscavam oferecer aos estudantes uma educação politécnica de acordo com as interpretações de Marx sobre uma formação humana, no desenvolvimento pleno das habilidades do indivíduo. Entendo que é importante destacar nesse momento que, apesar da escola estar centrada numa perspectiva de educação marxista, ela não é financiada e nem está ligada às questões do cenário político, não levanta bandeira de partidos da esquerda e nem tem a intenção de formar sujeitos para uma “revolução do proletariado”.

Baseada nas minhas experiências na escola, posso afirmar que não houve um “ensino doutrinador”, pois durante os anos em que estudei no IPUFRJ, os professores nos perguntaram muitas vezes o que nós entendíamos por Politecnicidade e na maioria das vezes, nós, estudantes, respondíamos: “o uso de várias técnicas para resolver um problema”; “uma escola de vários cursos técnicos”; “vários conhecimentos relacionados a uma técnica”; mas o significado a partir de Marx nós conhecemos por meio das experiências e do processo de formação no qual estávamos inseridos. Obviamente, e nenhum professor de nenhuma escola pode fugir de algum tipo de posicionamento frente à realidade social em que atua, não é possível a neutralidade política durante suas aulas, uma vez que esse professor enquanto sujeito que é, é formado subjetivamente por ela. Segundo Paulo Freire,

(...) a existência de objetos, conteúdo a serem ensinados e aprendidos, envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política.”. (2013, p.68).

Esclarecidos sobre a abordagem da ação político-pedagógica do Instituto Politécnico, Maciel, Porto e Silva (2011, p.2) contribuem com nossas reflexões sobre em que sentido a proposta pedagógica da escola se apropria do conceito de Politecnicidade:

Dentre os pressupostos teóricos de Marx, o trabalho como princípio educativo, a politecnicidade e a formação omnilateral do homem, se constituem como fundamentais para entender suas contribuições para a educação num contexto crítico-dialético. A politecnicidade está diretamente relacionada à categoria trabalho enquanto princípio educativo. O autor lançou mão dessa concepção no século XIX visando pôr fim na dicotomia trabalho manual e intelectual, que intensificam o sistema de produção capitalista e que tornam o trabalhador alienado.

Dessa maneira, um conceito indispensável para compreender a configuração da proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio é o de trabalho, tanto no sentido das relações de trabalho no sistema capitalista de produção quanto na compreensão de trabalho como princípio

educativo geral, onde se dá o entendimento da realidade. De acordo com Demerval Saviani, o trabalho é o que caracteriza a realidade humana; é por meio dele que o homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência, diferente dos animais que têm sua existência garantida pela natureza: “Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la” (SAVIANI, 2003, p.133). Interpretando as relações sociais por meio do materialismo histórico e dialético, para o autor, como também para a proposta pedagógica do IPUFRJ, as formas pelas quais os homens existem e se organizam em sociedade está determinada conforme o modo de produção, portanto o modo como o ser humano trabalha.

O que o modo de produção capitalista faz é alargar a distância entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo o conhecimento produto do trabalho humano. Saviani argumenta que a ciência, na sociedade capitalista, incorporada ao trabalho produtivo, converte-se em meio de produção e sendo a classe dominante dona dos meios de produção, precisava transformar o conhecimento em propriedade privada:

No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. Desse modo, a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada (SAVIANI, 2003, p.137).

Nesse sentido, “a noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”. Ou seja, a educação politécnica se articula a uma perspectiva política e ideológica que tem como horizonte a superação da sociedade de classes e, para tanto, objetiva uma formação omnilateral do indivíduo:

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

Tendo em vista os diversos vícios nos processos de desenvolvimento econômico e social identificados nas pesquisas feitas nas cidades impactadas pela exploração de petróleo e

pelo turismo, o Programa de Institutos Politécnicos da UFRJ apostou na formação omnilateral como uma resposta aos graves e grandes índices de evasão escolar no Ensino Médio. Proporcionando aos estudantes não somente um curso técnico que o treinasse suficientemente para estar apto a ocupar cargos de nível técnico nas plataformas da Petrobrás, por exemplo, sua proposta visava a fomentar os potenciais cognitivos em todas as áreas de desenvolvimento humano do indivíduo:

Move-nos, portanto, a certeza de que teoria e prática não são dimensões estanques. E é essa certeza que nos leva a perceber a criação do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio como um esforço de construção de um modelo educacional inovador, com o qual se torna possível cuidar ao mesmo tempo da formação do cidadão e do trabalhador — de sorte que o conceito de cidadania se construa, desde as primeiras experiências do aluno com o ambiente escolar, a partir do estímulo a que lide antecipadamente com algumas das questões que lhe serão impostas pela rotina de trabalho, diante das quais ele terá de se posicionar tanto individual quanto coletivamente; e assim, ponte entre o que se põe a realizar e as teorias capazes de explicar sua realização, o aluno sublinha sinais de pertencimento a tradições socioculturais e teco-científicas que dependem também dele para que se perpetuem ou se renovem (COSTA, 2007, p.6).

2.4.1 Pedagogia de Projetos, Interdisciplinaridade, Teoria Histórico-Cultural

Dessa maneira, para tornar possível a relação proposta entre teoria e prática, a proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio buscou como metodologia de ensino a Pedagogia de Projetos, a Interdisciplinaridade e a Teoria Histórico-Cultural da Atividade. A proposta consistiu que, em regime de tempo integral, os alunos tivessem a oportunidade de vivenciar “uma rotina pedagógica que prescinde das limitações estabelecidas nos domínios específicos das diferentes disciplinas, uma vez que optamos por referências mais amplas, de forma a favorecer o intercâmbio e a complementaridade entre os saberes” (COSTA, 2007, p.7). Essas teorias foram desenvolvidas então, por meio de 5 (cinco) áreas de conhecimento: PCSA – Práticas de Comunicação Social e Artes; PDAT – Práticas Desportivas Aquáticas e Terrestres; CA – Ciências do Ambiente; RS – Relações Sociais; e CNTEC – Construção Naval e Outras Tecnologias.

Tais atividades dividem-se entre a sala de aula, a participação em oficinas multidisciplinares e multisseriadas, e o desenvolvimento de projetos que, assim como se dá com as oficinas, nascem do esforço por integrar os domínios de tais ou quais disciplinas e os limites específicos desta ou daquela série naquelas áreas mencionadas acima. Com tal disposição, recusamos o aprisionamento das grades curriculares — que, a bem da verdade, dificultam lidar com a complexidade do mundo do trabalho tanto quanto com o crescente adensamento dos currículos tradicionais. (COSTA, 2007, p.07)

No que tem a contribuir a interdisciplinaridade à proposta pedagógica do IPUFRJ, o trabalho de Fazenda (1979) e Yared (2009) contribuem com suas reflexões esclarecendo em que sentido estamos pensando essa interdisciplinaridade como metodologia de ensino. Como destaca Fazenda, alguns autores distinguem o conceito em multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, mas é sobre o conceito de interdisciplinaridade que se constrói a proposta do IP. Como interação existente entre duas ou mais disciplinas, “essa interação pode ir da simples comunicação de ideias à integração mútua dos conceitos diretores da epistemologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes ao ensino e a pesquisa.” (FAZENDA, 1979, p.27). Nesse sentido, compreende que o sujeito no processo de ensino-aprendizagem é plenamente ativo, protagonista e para que haja a concretização teórica e prática do trabalho interdisciplinar é necessário o reconhecimento sempre mais aberto dos valores e da esfera da alteridade e de sua transcendência, nesse sentido, muito contribui a Teoria Histórico-Cultural da Atividade.

A Teoria Histórico-Cultural da Atividade, desenvolvida a partir dos trabalhos dos pensadores soviéticos Vygotsky, Leontiev e Davydov, se baseia no materialismo histórico e dialético, partindo da realidade objetiva para entender o processo de desenvolvimento humano. Dessa maneira, compreende que a partir de processos externos e internos se dá a apropriação do conhecimento, ou seja, por meio da interação social e mediante interiorização dos signos por parte do indivíduo.

No caso da atividade de aprendizagem, é o aluno que realiza as ações para alcançar determinadas transformações em sua personalidade, como consequência dessa atividade, para assimilar um dado conteúdo, para formar novas atitudes, valores, formas de comportamento, etc. Toda ação (como a atividade é subjetivo) pertence ao sujeito e sempre intervém como atividade de uma personalidade determinada (NUÑEZ, 2009, p. 73).

Essa “atividade de aprendizagem” de que fala Nuñez encontra forma e formato na apropriação do conceito de Pedagogia de Projetos pela Proposta Pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio. De acordo com Maciel (2014, p.110), os elementos apresentados para sua compreensão são poucos e o projeto pedagógico do Instituto Politécnico não se embasou em um teórico especificamente para desenvolver o conceito junto com os demais. Para tanto, o autor cita a compreensão feita por ele, Porto e Silva, sobre a definição dada pelos autores do Projeto Político-Pedagógico da escola a esse conceito:

A pedagogia de projetos auxilia na proposta pedagógica do Instituto na medida em que se constitui o caminho pelo qual o aluno vai percorrer para construção de um produto socialmente útil. [...] O percurso da construção do

objeto é traçado pelo aluno, a partir de suas demandas, que surgem durante o processo de elaboração desse produto. Ou seja, a partir de algumas problematizações sobre o tema do projeto proposto pelos professores, os educandos percebem a necessidade de se apropriarem de novos conceitos que servirão de base para a conclusão do projeto (MACIEL, PORTO, SILVA, 2011, p. 03).

É possível ir além quando pensamos o trabalho como princípio educativo nessa proposta. No caso da proposta pedagógica do IPUFRJ em Cabo Frio, entendemos que esse conceito de Pedagogia de Projetos diz mais respeito à proposta de trabalho como princípio educativo e a educação de inspiração tutorial que a escola busca oferecer, do que as demais teorias elaboradas e discutidas na academia sobre o que seria uma Pedagogia de Projetos. Reforçando essa proposta, trago considerações de Bemvindo, Maciel e Turrini sobre o papel do trabalho na formação dos estudantes e como isso se materializava no cotidiano escolar:

Toda parte pedagógica acontece a partir do desenvolvimento de algum projeto. Os projetos tinham como finalidade a produção de algo socialmente útil. Neste processo, de acordo com as demandas do que se pretende construir, os estudantes desenvolviam atividades práticas e teóricas, tendo em vista a apropriação de conhecimentos inerentes ao objeto em construção. (BEMVINDO; MACIEL; TURRINI, 2013, p.14.)

Discutir sobre os aspectos de cada um desses conceitos de forma mais aprofundada será um trabalho para outro momento. A discussão principal que gira em torno desses conceitos é a escolha metodológica feita pelo Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio a fim de proporcionar uma formação humana omnilateral ao indivíduo. Importa, principalmente, compreender, quais os conceitos que norteiam essa proposta alternativa de educação na qual se dão as atividades no Instituto Politécnico e que foram escolhas feitas a partir de problemas históricos encontrados na realidade de diversas cidades do estado do Rio de Janeiro e, podemos dizer também, realidade de muitas outras pelo país a fora.

2.5 Enfrentamentos do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ

A escola, portanto, tem por função social formar o indivíduo para o mundo do trabalho, ou seja, formar o ser social. O problema está no que o homem fez do trabalho e no que o trabalho fez do mundo, nesse sentido trazemos alguns aspectos da discussão do campo do Trabalho e Educação. Conforme em “Educação Básica: uma tragédia anunciada?”, organizado por Lúcia Maria Neves e André Martins, o advento da divisão social do trabalho trouxe importantes inflexões na constituição do trabalho e do homem:

Enquanto o trabalho simples se caracteriza por sua natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que “todo homem comum, sem educação

especial, possui em seu organismo” (MARX, 1988, P.51), o trabalho complexo, ou qualificado, ao contrário, se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo capacidades e comportamentos específicos de quem irá realizá-lo. (MARTINS; NEVES, 2015, p.25)

Conforme destaca o trabalho citado, a divisão promovida pelo sistema capitalista de produção entre trabalho intelectual e trabalho manual não tem a ver com divisão de aspectos mentais e físicos, “a divisão importante é aquela entre os que produzem ou aplicam conhecimento científico e tecnológico [...] e aqueles cuja relação com o sistema de produção é calculada, padronizada e especificada previamente pelo capital.” (MARTINS; NEVES, 2015, p.25). A relação entre quem manda e quem obedece, mais do que estar relacionada ao ser dono ou não dos meios de produção, na sociedade de classes está relacionada com o “tipo” de conhecimento que o indivíduo tem para oferecer. Manda quem detém domínio sobre o trabalho culto, intelectual, científico e obedece quem sabe executar tarefas. De acordo com Martins e Neves, “a escola dividida em níveis e modalidades expressa a forma de organização do conhecimento, a existência da divisão social e técnica do trabalho baseada na variação do próprio trabalho e na especificidade da produção da vida em formações sociais que se ocidentalizam.” (2015. p.29)

Desse modo, à medida que, ao longo dos séculos, o sistema capitalista vem se transformando e se adaptando às suas próprias contradições, também a concepção de escola se ressignifica. Se é na escola que o ser humano aprende a ser social, na sociedade capitalista o ser humano aprende os valores necessários para (sobre)viver no mundo onde o capital é o centro. O que se torna importante destacar e que não se pode confundir quando numa sociedade de valores capitalistas é que, a formação para o trabalho, “do ponto de vista ontológico-social, confunde-se com a formação do próprio homem” (MARTINS; NEVES. 2015. p. 27), quando, na prática, ela pode reduzi-lo em sua humanidade. Segundo Aparecida Tiradentes:

Como prática social, a educação é inexoravelmente política [...] “Despolitizá-la”, reduzindo-a a atividade meramente “técnica”, portanto, é repolitizá-la em favor da manutenção da hegemonia, sob a aparência de neutralidade, eficiência, eficácia, silenciando e desqualificando os significados da educação como prática política transformadora e de formação humana no sentido mais pleno. A ideologia produtivista do mercado confina o processo ensino-aprendizagem e a educação nos limites tecnocráticos da “pedagogia dos resultados”, validando como qualidade aquela substancializada nos indicadores de desempenho orientados por parâmetros do mercado, controlados heteronomamente. (TIRADENTES, 2012, p.08)

Em sua obra “Pedagogia de Mercado: Neoliberalismo, Trabalho e Educação no Século XXI”, Aparecida Tiradentes traz uma questão importante para situarmos esse trabalho e compreendermos, em que sentido, o Instituto Politécnico da UFRJ de Cabo Frio tanto

incomoda. Um dos pontos centrais no trabalho de Tiradentes consiste na discussão acerca da existência de um processo de mercantilização da educação, não somente no que diz respeito à oferta, ou como ela diz, na “distribuição da mercadoria-educação”, mas no próprio processo de produção pedagógica, nos seus “fundamentos da ação educativa, seus sentidos, significados e princípios”. Sua crítica a esse processo é que, além de despolitizar a educação, descaracterizar sua identidade, a Pedagogia de Mercado submete a educação à lógica de produção capitalista onde o aluno é entendido como a mercadoria a ser consumida pelos senhores do mercado, é força de trabalho em potencial. Força de trabalho que deve ser educada para ser de qualidade e atender as exigências do mercado, ignorando-se a humanidade do indivíduo, seu direito ao desenvolvimento pleno, a exploração livre (e a valorização) dos seus potenciais cognitivos, visando a uma formação omnilateral e não unilateral.

Essa é a forte correnteza do sistema educacional brasileiro que pensa o Ensino Médio como produtor de mão de obra (barata) para a demanda do mercado de trabalho (simples), no que diz respeito ao ensino para as camadas populares. O Brasil não tem mercado de produção tecnológica de ponta, ele não produz ciência, ele compra ciência, esse é o seu lugar na divisão internacional do trabalho na moda do mundo globalizado, e os projetos educacionais são um reflexo dessa relação entre formação escolar e desenvolvimento econômico. O conceito de dualidade escolar problematiza esses modelos e projetos de educação da sociedade de classes que visa à manutenção das desigualdades sociais:

É possível pensar sobre a dualidade escolar a partir de duas modalidades: a quantitativa e a qualitativa. Pode-se dizer que o modelo de educação de uma sociedade é quantitativamente dualista quando a distância entre as duas classes fundamentais se dá na forma do acesso, ou seja, quando classe trabalhadora não tem ingresso na escola. A modalidade qualitativa diz respeito às sociedades onde convivem dois modelos básicos de educação escolar: um orientado para a formação geral e outro para a profissionalização. O primeiro, reservado às elites, cultiva o desenvolvimento do espírito científico e filosófico, valoriza a dimensão intelectual. O segundo, voltado às camadas populares, orienta-se para a inserção precoce no trabalho produtivo e denota caráter instrumental, superficial, aligeirado, sem aprofundamento intelectual, filosófico ou científico. (TIRADENTES, 2012, p.19)

A aluna citada no início desse trabalho não estava errada sobre as conclusões tiradas a respeito das “ETEC’s, ET’s e TEC’s”, porque para a demanda de mercado no Brasil, setornou interessante que as camadas populares tivessem acesso a um nível de especialização maior, uma vez que esse trabalho se transformou e passou a exigir mão de obra qualificada para suas atuais demandas. A classe trabalhadora passou a fazer do Ensino Médio Técnico uma forma de

“mudar de vida” investindo na sua formação, uma vez que essas escolas se tornaram mais acessíveis, mas parando aí o seu nível de formação. E comparado a escola de ensino médio público que oferece formação geral, qual ensino médio técnico não vai ser melhor? Entre aprender nada e aprender alguma coisa, a população e as empresas preferem que se aprenda, ao menos, alguma coisa.

Aquela aluna sentia-se mesmo um passo à frente dos alunos que estudavam na escola pública de Ensino Médio que ficava do outro lado da rua, na “caminhada rumo ao sucesso profissional”. Sobre isso, Vânia Motta, em “Ideologia do Capital Social”, explica como o sistema e seus mecanismos de função hegemônica, “incorporando à ideologia do capital humano elementos da Teoria do Capital Social, teve ação um processo de fragmentação da classe trabalhadora” (MOTTA, 2012, p.238). De acordo com a autora, a partir de meados do século XX, “a educação é tida como uma das variáveis do desenvolvimento e um instrumento privilegiado para a mobilidade social”, apresentando uma sociedade que oferece trabalho para mão de obra qualificada, basta investir nessa qualificação. Com a virada do milênio, a promessa de um mercado de trabalho coloca em crise a Teoria do Capital Humano e no contexto de mundialização do capitalismo, de intensificação da pobreza em escala mundial, é atribuída à Educação a função de “gerar capital social para a consolidação de uma sociedade solidária às camadas mais pobres da população, compondo as orientações de estabilização política para o desenvolvimento sustentável” (MOTTA, 2012, p.285).

De acordo com Motta, essa, a Teoria do Capital Social, relaciona-se com a Teoria do Capital Humano, uma vez que se aposta na ideia de que “investir em pessoas, na capacitação de uma força de trabalho mais competitiva, resulta na melhoria das condições de trabalho e no aumento da produtividade, o que conseqüentemente vai refletir na melhoria da qualidade de vida” (MOTTA, 2012, p.285), reduzindo os conflitos sociais e a força política das demandas da classe trabalhadora. Os conflitos apresentados pela menina citada nesse trabalho representam, de certo, o conflito de parte da população no país. Ela entendia que as escolas técnicas tinham como público alvo as camadas populares e enquanto parte desse público, ela entendia que o ensino técnico era uma forma de estar à frente dos milhões de outros que vinham atrás. Essa menina também representa a mim e aos estudantes do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio quando decidimos ingressar na escola, foram os cursos técnicos oferecidos que nos convenceram de que valia a pena investir nosso tempo e nossos esforços nessa formação. O que mudou em nós, o que descobrimos sobre nós depois que entramos fez da formação técnica no IPUFRJ um impulso para ingressar na Universidade pública e são esses resultados que

incomodam, porque grande parte dos alunos que tem se formado na escola não saem direto para o mercado de trabalho, mas correm atrás de bolsas, de auxílios, de oportunidades para estudar em uma Universidade Federal.⁷

Ainda sobre esse ponto e para encaminhar nossas considerações finais, Roberto Leher, no balanço que faz dos 25 anos de Educação Pública no Brasil, afirma que:

A elevação da escolaridade formal e os programas de formação profissional que proliferam nas periferias, muitos em parceria com entidades privadas vinculadas às corporações, podem ser um requisito para garantir que o trabalhador tenha certas disposições disciplinares e determinada sociabilidade, mas não conhecimentos sobre os fundamentos do trabalho. A delegação de estratégicas tarefas educacionais aos representantes diretos do capital almeja difundir na massa trabalhadora a pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005). A expropriação do conhecimento dos trabalhadores é vista, antes, como positividade, pois é condição para a manutenção do grau de exploração do trabalho existente no país. (LEHER, p.70)

Nesse sentido, o IPUFRJ de Cabo Frio insistiu em ser uma escola pública, de nível médio, profissionalizante que visava à formação plena do indivíduo numa sociedade de classes, o que não foi fácil ao longo dos seus oito anos de história, mas também não foi impossível.

2.6 O processo de institucionalização do IPUFRJ: limites e contradições para sua concretização

Em 2011, o convênio entre a UFRJ e as secretarias foi rompido de forma unilateral pelos governos Estadual e Municipal. A partir de então a escola passou a enfrentar uma série de graves problemas, e a comunidade acadêmica passou a se mobilizar, junto ao Conselho Universitário, em busca de uma solução institucional pela manutenção do Instituto. Durante aquele ano, até mesmo as bolsas recebidas pelos professores passaram a ser pagas com atraso, chegando ao ponto de acumularem cinco meses sem serem repassadas. Naquele momento houve uma grande mobilização dos docentes para pressionar por uma solução institucional. O então reitor Aloísio Teixeira, assumiu o compromisso de manter a escola através de um Programa de Extensão, formalizado em somente 2012, durante a reitoria do professor Carlos Levi.

O programa de extensão em questão formalizou o curso de formação dos docentes, que já vinha sendo desenvolvido. A partir daquele momento, todos os docentes passaram a ser efetivamente matriculados no curso de extensão conhecido como “Programa de Qualificação

⁷ De acordo com análise abordada em: SILVA, M. Gabriella. A Formação de Trabalhadores de Nível Médio na Perspectiva da Politecnia: a contribuição da proposta pedagógica do Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2014.

de Professores em Educação e Trabalho”. A partir dessa formalização, todos os professores do Instituto Politécnico passaram a ter o status de “residentes-docentes”, numa equiparação funcional aos médicos-residentes, que atuam em atividades de formação de caráter prático e, para isso, recebem bolsas. Essa solução foi entendida como provisória, até que uma solução institucional definitiva fosse acordada dentro da estrutura da Universidade.

Apesar do compromisso da reitoria, a partir de meados de 2014 os repasses de recursos se tornaram irregulares, por conta dos contingenciamentos de recursos feitos pelo Ministério da Educação. Com isso, os docentes voltam a conviver com constantes atrasos nos pagamentos. Ainda assim, o ano letivo é concluído com relativa normalidade.

A situação agrava-se no início de 2015, com o acúmulo dos atrasos nos pagamentos das bolsas. O então reitor, Carlos Levi, garante o repasse de recursos para a quitação dos pagamentos até o mês de abril, deixando um passivo para a reitoria subsequente, que assumiu em julho desse mesmo ano. Nesse momento há uma série de mobilizações dos estudantes e professores visando a regularização dos pagamentos. Não houve a interrupção das atividades letivas, no entanto, a precarização obrigou a diminuição da carga de trabalho dos docentes, que passaram a se revezar com o intuito de manter o funcionamento da escola.

Diante da dificuldade de prosseguir com a institucionalização do Instituto Politécnico, a coordenação do NIDES passou a buscar, desde 2012, possibilidades para resolver a questão. Uma alternativa que se mostrou viável foi a elaboração de um convênio com o Instituto Federal Fluminense para a criação de um Centro de Referência de Formação de Professores para o ensino profissional que teria o Instituto Politécnico como o laboratório da formação prática de docentes. Esse convênio garantiria também a incorporação administrativa do Instituto Politécnico ao IFF, que passaria ser responsável também por parte do repasse de recursos, compartilhando a gestão acadêmica com a UFRJ. A proposta foi prontamente aceita pelo reitor do IFF, Luiz Augusto Caldas, um militante histórico em defesa da educação politécnica.

Um primeiro convênio de cooperação acadêmica entre UFRJ e IFF foi firmado já em 2012, e previa, inicialmente, atividades de formação docente conjunta. A primeira ação desse convênio resultou no I Encontro de Educação Tecnológica Federal da Região dos Lagos, que contou com a participação e organização dos campi Arraial do Cabo do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Cabo Frio do IFF, além do Instituto Politécnico da UFRJ, realizado em dezembro de 2013.

Além disso, houve uma série de discussões com o intuito do Instituto Federal Fluminense, credenciar os cursos técnicos do IPUFRJ, fato que ocorreu em abril de 2015, com

a aprovação pelo Conselho Superior da instituição da certificação definitiva de todos os estudantes formados pelo Instituto Politécnico.

Diante dessas novas perspectivas de institucionalização, durante a campanha eleitoral para a reitoria da UFRJ, em 2015, estudantes e docentes buscaram as três chapas que concorriam no pleito para tentar garantir apoio ao processo de institucionalização definitivo do Instituto Politécnico. No primeiro debate entre os postulantes ao cargo de reitor da universidade, um grupo de docentes questionou os representantes das chapas sobre o apoio ao processo de institucionalização do IPUFRJ. Apenas uma das chapas, a da professora Denise Pires, declarou apoio incondicional à regularização definitiva. Os dois outros concorrentes alegaram que a falta de institucionalidade invalidava a existência do projeto do Instituto Politécnico, sendo que a professora Angela Rocha dos Santos declarou que não apoiaria a institucionalização da escola e o professor Roberto Leher, apesar de condenar a forma como a escola teria sido criada, prometeu buscar soluções para a questão. O professor Leher, vencedor das eleições, naquela ocasião declarou:

Eu compartilho do projeto pedagógico do Instituto Politécnico. Eu entendo que o trabalho tem uma dimensão simbólica que deve ser resgatada. Portanto, a formação mediada pelo trabalho é o que nos humaniza enquanto processo metabólico com a natureza e com a sociedade. No entanto, o Instituto Politécnico não foi criado de uma forma republicana. Eu insisto nesse ponto. Ele não foi autorizado por colegiado algum. Ele não existe na estrutura formal da UFRJ. Como pode existir um Instituto que se quer tem existência legal? Estávamos falando agora em respeito às decisões do colegiado, ora, como é possível instituir um Instituto sem passar pelos órgãos colegiados de modo que ele pudesse compor a estrutura da Universidade? Então é esse debate que nós vamos fazer com o Instituto Politécnico: discutir a legalidade e a institucionalidade dessa unidade. Não podemos nos esquecer que esse Instituto, objetivamente, foi criado de uma maneira descuidada sob o ponto de vista da instituição.

A posição dos professores Roberto Leher e Angela Rocha dos Santos demonstrou um desconhecimento do processo de lutas empreendido por uma série de educadores, estudantes e da comunidade de Cabo Frio pela institucionalização do Instituto Politécnico. Ambos se ativeram a argumentos burocratas e legalistas e ignoraram por completo a longa história de luta e resistência desse coletivo para implementar a proposta da escola na Região dos Lagos. Ao assumir a reitoria, em julho de 2015, o professor Roberto Leher abandona o compromisso de “discutir a legalidade e a institucionalidade” do IPUFRJ e comunica a suspensão dos pagamentos das bolsas dos residentes-docentes. O argumento é que o Programa de Qualificação de Professores em Educação e Trabalho, registrado como programa de extensão, não poderia

oferecer bolsas de residência. Essa posição praticamente inviabilizou a continuidade das atividades do Instituto Politécnico, já que gerou uma enorme insegurança entre os professores que passaram a não mais ter certeza dos seus pagamentos.

Assim sendo, a reitoria recomendou ao NIDES a regularização de um novo programa de residência, que justificasse jurídica e burocraticamente o pagamento das bolsas. No entanto, essa posição foi catastrófica para o andamento das atividades, já que o novo programa deveria passar por um longo processo de formalização que demandaria a aprovação em diversas instâncias da universidade. Criou-se um vácuo institucional. O que seria feito até a aprovação do novo programa? Essa questão passa a mover uma série de mobilizações para pressionar a reitoria a encontrar uma alternativa provisória para o funcionamento da escola. Os estudantes que já haviam promovido um grande ato em defesa do Instituto Politécnico da UFRJ, no dia 26 de março de 2015, durante o Dia Nacional de Luta pela Educação, passam a se unir a professores e técnicos-administrativos para tentar resolver a questão.

Além do ato, uma série de ações foram feitas junto a diversas instâncias da sociedade civil, entre elas o Ministério Público Federal, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), e que recebeu o apoio de intelectuais e trabalhadores da educação de todo o país, de sindicatos, do movimento estudantil organizado e de parlamentares combativos de diversos partidos. Esse apoio foi expresso através de um manifesto em apoio ao Instituto Politécnico e de notas de apoio divulgadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), da Associação de Docentes da UFRJ (AdUFRJ), do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (AERJ), dos coletivos estudantis RUA (Juventude Anticapitalista) e Correnteza. Além disso, foi realizada na Alerj, no dia 28 de outubro de 2015, uma audiência pública em defesa do IPUFRJ, na qual se pretendia negociar possíveis soluções para a institucionalização da escola; no entanto, a reitoria da UFRJ não mandou representante.

Toda essa mobilização e manifestação incontestável de apoio ao Instituto Politécnico da UFRJ não foi capaz de sensibilizar a reitoria, que não atendeu aos inúmeros pedidos de reunião para debater o tema. A questão só foi colocada em debate durante as sessões do Conselho Universitário, onde, através da solicitação dos conselheiros, o tema foi colocado em debate. Nessas sessões, houve uma série de mobilizações, nas quais estiveram presente um número grande de professores e estudantes do IPUFRJ. Somente na sessão do Conselho Universitário do dia 22 de outubro de 2015, o reitor se posicionou formalmente sobre a questão:

Primeiro encaminhamento que nós fizemos, em relação a situação do ‘chamado’ Instituto Politécnico, foi retomar a decisão do Conselho Universitário que indicava a possibilidade do convênio com o Instituto Federal. E por nós termos apreço, acordo, concordância com o projeto de educação politécnica, nós entramos em contato com o reitor, que é o professor Luiz Augusto Caldas, que veio à UFRJ conversar conosco, para que os estudantes que estão hoje no quarto ano sejam certificados, ganhem o diploma do Instituto Federal, porque assim eles terão agora um registro formal da sua escolaridade. [...] Em relação aos estudantes que estão hoje no primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, nós estamos trabalhando com o Instituto Federal para que esses estudantes possam ser transferidos para o Instituto Federal, articulados pelo polo de Pádua, de modo que eles passem a ter registros formais, passem a ter um histórico escola legal, e nós estamos propondo ao Instituto Federal Fluminense um convênio com a UFRJ, para que a UFRJ faça o trabalho de apoio pedagógico na perspectiva da politécnica. Gostaria de grifar: defenderemos e viabilizaremos a perspectiva da educação onmilateral da politécnica. Mas vamos ampliar a perspectiva de politécnica articulando agora um setor para fazer toda a parte de estágio de docência, etc. com o Colégio de Aplicação, Faculdade de Educação, com os centros, particularmente a área de cultura, artes, etc. para que os estudantes que estarão agora articulados e apensados - vinculados melhor dizendo – ao IFF em Pádua possam ter uma formação de natureza politécnica, onnilateral, na área de cultura, artes, ciências e tecnologia com o trabalho da UFRJ. É este o encaminhamento geral que nós estamos propondo, agora já com a formalização do trabalho com o IFF, nós poderemos ir a Cabo Frio conversar com os estudantes, conversar com os que aturam na docência, com as famílias, para que possamos apresentar e discutir qual é o encaminhamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro em relação ao Politécnico.

O reitor Roberto Leher, acompanhado do chefe de gabinete Agnaldo Fernandes e da pró-reitoria de extensão Maria Malta, esteve no Instituto Politécnico mais de um mês depois da declaração, no dia 25 de novembro de 2015, em uma reunião que contou com a participação massiva de estudantes, professores, técnicos-administrativos, pais e responsáveis. Da reunião, foi formulado um acordo com cinco pontos que viabilizariam o processo de institucionalização da escola. O ponto mais importante, que se refere a continuidade imediata das atividades do IPUFRJ, foi a aceitação, por parte da reitoria, da proposta feita pela comunidade da escola para o pagamento dos professores: o reitor aceitou formular, junto ao Ministério Público Federal, um Termo de Ajuste de Conduta que respaldaria legalmente a regularização dos pagamentos dos residentes-docentes. Os outros pontos referem-se ao acompanhamento do processo de regularização da certificação dos estudantes pelo IFF, o convênio com a mesma instituição, a legalização do terreno onde está sediado o Politécnico, e a tramitação do Programa de Residência em Docência que viabilizará a formação dos professores e o pagamento das bolsas a partir de 2016.

O grupo de professores e coordenadores do Instituto Politécnico da UFRJ comprometeu a retomar as atividades da escola assim que o primeiro repasse para o pagamento das bolsas fosse efetivado. Foi proposto um calendário de reposição de aulas – que estavam suspensas desde agosto – que deveria ser implementado entre janeiro e abril de 2016. Somente em março desse ano de 2016 foram realizados os pagamentos e os estudantes puderam concluir as atividades do ano letivo de 2015, porém, conforme deixa claro o Magnífico Reitor Prof. Roberto Leher, em reunião do CONSUNI, o pagamento das bolsas em atraso e a retomada das atividades acadêmicas, “tinham em vista a transição do Instituto Politécnico da UFRJ para o Instituto Federal Fluminense” (ATA, 25/02/2016, P.10).

Em seguida foi feita a transição dos alunos do IPUFRJ para o Instituto Federal Fluminense e a certificação dos alunos já formados pela escola. A UFRJ ficou responsável por oferecer o complemento da carga horária curricular aos alunos que estão cursando o quarto ano nos seus respectivos cursos técnicos, oferecendo laboratórios, biblioteca e restaurante universitário. Aos alunos do 2º e 3º ano, foi aberta a possibilidade de se inscreverem em quaisquer dos cursos das doze unidades do IFF. De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão, os alunos preferiram a unidade de Cabo Frio, e, portanto, seria desenvolvido um plano de trabalho especial para cada estudante, “considerando a necessidade de flexibilidade curricular, com um currículo especial para esses estudantes para que eles concluam a sua formação de ensino médio nos mesmos quatro anos.” (ATA, 28/07/2016, P.12).

Entendemos que a Universidade sofreu fortes impactos com a crise política e econômica que tomou o país nesse ano de 2016, cortes orçamentários e a perda de apoio político no Ministério da Educação levaram, não, somente, a decisão de encerrar as atividades no Instituto Politécnico, mas demonstraram o que a atual reitoria da UFRJ entende por resistência. Optar pela transição dos alunos e o encerramento do projeto pedagógico resolvia o problema de responsabilidade da Universidade para com a vida escolar daqueles alunos, e só. Na fala do aluno Caio Barbosa, representante do Grêmio Estudantil do Instituto Politécnico da UFRJ, está expresso o posicionamento dos alunos:

Pegar os mais de sessenta alunos do Instituto Politécnico e transferir para o IFF vai causar tumulto no IFF, os estudantes vão ter salas superlotadas, vamos ter esse prejuízo, fora a metodologia porque queremos estudar com uma metodologia politécnica, queremos ter esse avanço na nossa educação. Ir para o Instituto Federal, que tem uma educação realmente muito boa, mas não é uma educação politécnica, isso vai ser um retrocesso para nós, vai ser um retrocesso para cada estudante, vai ser um retrocesso para a comunidade do Estado Rio de Janeiro inteiro e para a população da Região dos Lagos que se beneficiavam com o projeto. (ATA, 28/07/2016, p.9)

Cabe ressaltar que com o longo período de paralisação das atividades do Instituto Politécnico, um grande número de alunos deixou a escola e se matricularam em outras redes de ensino, como a rede estadual que também viria a ter suas atividades paralisadas pela greve deste ano. Não ficou ainda esclarecido como a reitoria da UFRJ pretende dar continuidade ao projeto pedagógico de formação omnilateral no Instituto Federal Fluminense, o que nos leva a concluir que somente a transferência dos alunos, a certificação e o suporte de infraestrutura para a formação nos cursos técnicos do Instituto Politécnico ficaram garantidos. Também não encontramos registrado nas atas do Conselho Universitário nenhuma menção ou decisão democrática com participação dos conselheiros quanto ao desfecho das atividades acadêmicas no Instituto Politécnico, sendo a participação do conselho tão reivindicada pelo reitor da UFRJ quanto a criação e institucionalização do Politécnico. Tentamos entrar em contato com o Prof. Roberto Leher e com a assessoria da reitoria da UFRJ para mais informações, porém não obtivemos respostas.

CAPÍTULO III - “Professor Politécnico”: a trajetória do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio segundo os seus professores.

Existe algo de muito curioso sobre as experiências vividas no IPUFRJ que é a caracterização do sujeito, seja aluno ou professor, como “politécnico”. Expressões exclamativas como “isso é muito politécnico!” ou “aluno politécnico”, ultrapassaram a ideia de referência ao local onde aconteceu ou viveu para se tornar um adjetivo, conforme a regra gramatical: que serve para modificar um substantivo, acrescentando-lhe uma qualidade, uma extensão ou uma qualidade àquilo que se nomeia. “Politécnico”, nesse caso, não é um conceito, mas quer dizer sobre o modo de ser e de se fazer conforme no IPUFRJ. Um dos objetivos desse capítulo é elucidar como os processos pelo qual a trajetória e o processo de construção do IPUFRJ tornaram os professores que passaram por lá “professores politécnicos”. Centralmente, o que será apresentado a seguir pretende inserir os professores em lugar de protagonismo na história produzida sobre a escola, destacando que, seus idealizadores tiveram papel fundamental no seu significado, mas que foi a ação docente que efetivou e concretizou a possibilidade de uma formação humana inspirada pelo conceito de Educação Politécnica.

A pesquisa com os professores foi feita por meio de Questionário online, na plataforma do Google Formulários, da Google. Os professores receberam o link do questionário via e-mail ou rede sociais e responderam individualmente perguntas abertas e fechadas. Somente as perguntas fechadas eram obrigatórias (que se não fossem respondidas não seria possível finalizar o questionário, portanto, não seria enviado e as informações contabilizadas na minha conta na plataforma), as questões abertas ficaram a critério do professor que quisesse contribuir com mais detalhes, esclarecimentos e/ou posicionamentos específicos. Como o quadro de professores ao longo dos anos de funcionamento do IPUFRJ é grande para o tempo hábil de elaboração dessa pesquisa, decidimos pedir a participação somente dos professores que estiveram diretamente envolvidos com a elaboração do projeto político-pedagógico, com coordenação de área de conhecimento, coordenação de curso técnico e coordenação pedagógica. Esses professores foram identificados por meio dos dados coletados na pesquisa de campo feita no período de elaboração da minha monografia, em 2014 e 2015, e por meio de entrevistas e conversas informais com o Prof. Cosme Maciel e a Prof. Marcela Freire, já mencionados em outros momentos desse trabalho.

Foram um total de 12 (doze) professores convidados para colaborar com a pesquisa, não sendo possível entrar em contato com 2 (dois) deles. Então, o material aqui apresentado foi construído a partir da participação de 10 (dez) professores envolvidos diretamente e efetivamente na consolidação do IPUFRJ como instituição de ensino. O material bruto estará disponível no Apêndice. O questionário contém 24 (vinte e quatro) questões no total.

Essa ferramenta foi escolhida conforme os critérios de pesquisa da História Oral a fim de acessar os relatos do público em questão, permitindo a sistematização das ideias e a construção da História tendo a memória como fonte principal. Os dados foram trabalhados em análises quanti-qualitativas, tendo sido transformados em gráficos e tabelas para uma análise interpretativa que os qualifique.

3.1. Caracterização dos docentes que participaram da pesquisa

A primeira necessidade que a pesquisa colocava era a de saber se os conhecimentos prévios que tínhamos e as informações que adquiriríamos por meio do questionário estavam relacionadas ao tempo de atuação e ao período em que esse professor esteve na escola. Nesse sentido alcançamos parcialmente a realidade do IPUFRJ em dois momentos essenciais na trajetória do IPUFRJ: do ano de 2008 a 2011, quando a escola ainda não tinha sede própria e dependia das suas parcerias para ter um local adequado para as atividades escolares e do ano de 2012 a 2016, quando a luta pela institucionalização dentro da UFRJ segue sem a liderança do Professor Fernando Amorim, que faleceu em 2012, porém a escola passou a funcionar no prédio construído provisoriamente no terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio em 2007. Conforme tabela a seguir:

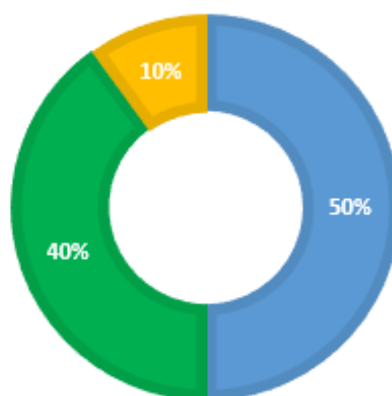
Professor	Ano de ingresso	Ano de saída
Professor 1	2008	2011
Professor 2	2008	2011
Professor 3	2009	2011
Professor 4	2010	2016
Professor 5	2008	2011
Professor 6	2008	2010
Professor 7	-	-

Professor 8	2010	2016
Professor 9	2008	2013
Professor 10	2011	2016

Conforme veremos adiante, as informações sobre o período e o tempo total de atuação vão explicar muito sobre o sentido e significado das respostas, principalmente, sobre a idealização da escola e sobre o posicionamento dos professores com relação as parcerias feitas. Além disso, a contraposição dos dados confirmou algumas hipóteses iniciais, como a de que o Prof. Fernando Amorim foi essencial a nível político, mas que a nível pedagógico é determinante a atuação dos professores Luís Costa e José Cubero. Outra coisa esclarecida por esses dados é que o período de atuação tem muito mais influência sobre a experiência dos professores do que o tempo total em que atuaram na escola. Essa informação é de suma relevância porque confirma que o falecimento do Professor Fernando Amorim e o encerramento da parceria com a Prefeitura afetaram as possibilidades de continuidade e legalização das atividades do IPUFRJ. Sobre o tempo de atuação dos professores que participaram da pesquisa:

TEMPO DE ATUAÇÃO

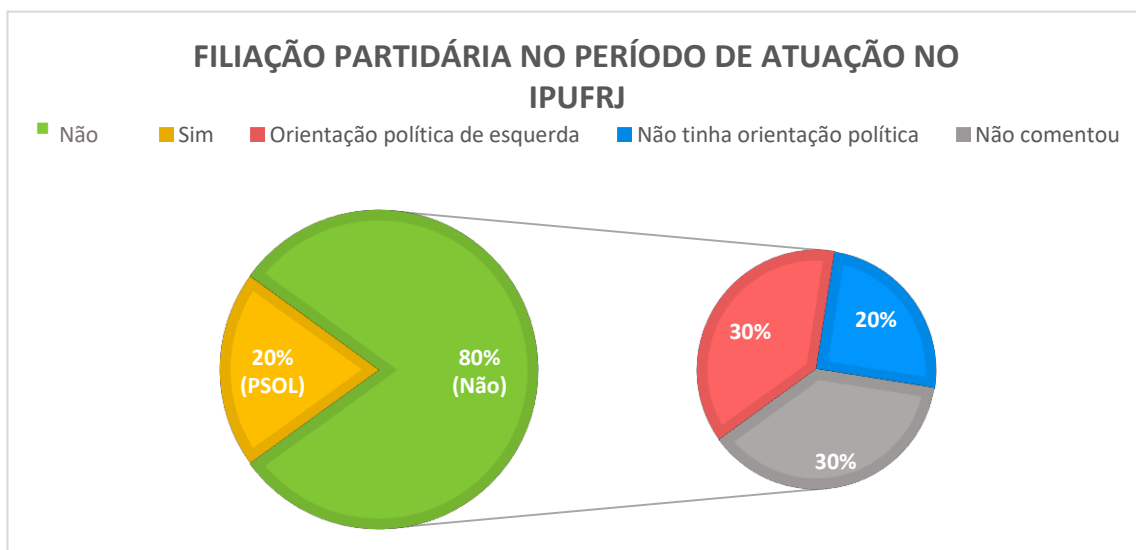
■ 2 a 3 anos ■ 5 a 6 anos ■ Não Respondeu



É importante destacar que esses professores dedicaram 2 a 6 anos das suas vidas para um projeto que exigia dedicação exclusiva e que, além de não ter verba suficiente para pagar um salário equivalente ao nível de dedicação e exigência que a escola precisava, pagava com atrasos e últimos anos de funcionamento, com muitos meses de atraso. Foi, sem dúvida, um esforço coletivo para tornar concreto um ideal comum a todos eles. E nesse sentido, outra hipótese que se confirmou por meio do questionário é a de que a grande maioria dos professores

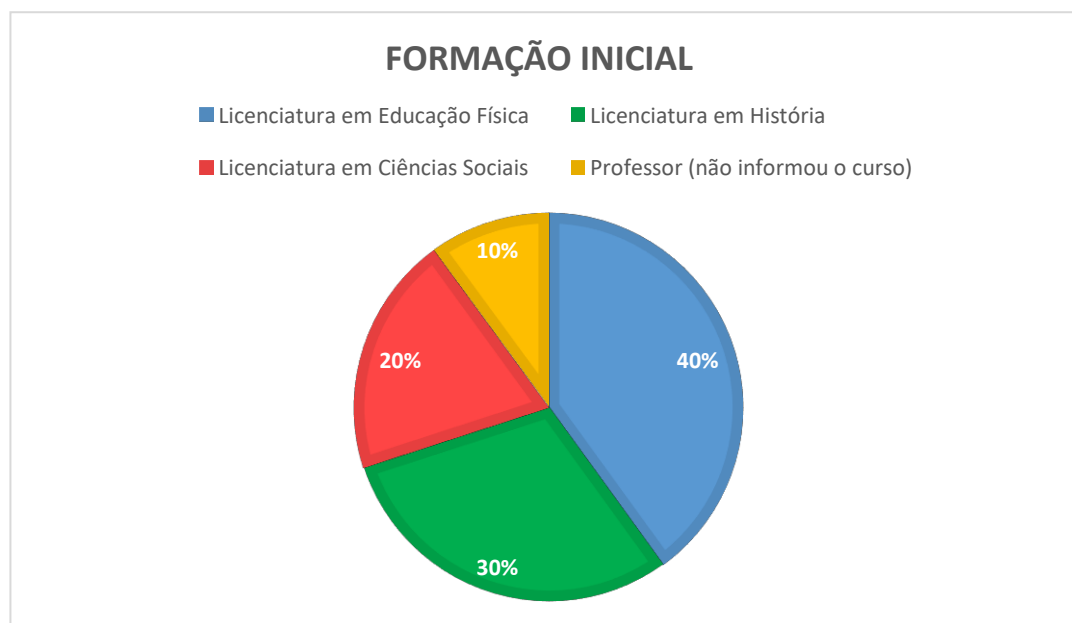
não eram filiados a partidos políticos. Como ex-aluna da escola, eu sabia que, em nenhum momento dos anos que estive lá, foi levantada a bandeira por algum partido, sem nenhuma forma de doutrinação marxista ou comunista, mas era preciso confirmar isso por meio da pesquisa. Conforme o gráfico a seguir, apenas 2 (dois) dos professores era filiados a partidos políticos, ambos do PSOL. No questionário, abri a possibilidade do professor comentar sobre sua orientação política quando atuava na escola e dos 80% de professores que não eram filiados a nenhum partido político, 30% declarou de esquerda, 30% não comentou e 20% declarou não ter, na época, nenhuma orientação política clara.

Essas informações nos permitem inferir que o que mais chamou a atenção da maioria dos professores foi a proposta metodológica da escola, a pedagogia de projetos, interdisciplinaridade, em um curso de formação profissional oferecido pela UFRJ; para alguns, o caráter político da proposta pedagógica só ficou claro a medida em que as formações iam acontecendo. Algumas entrevistas realizadas ao longo dos anos em que estive trabalhando com a história do IPUFRJ apontavam para esse sentido, mas nos faltava mais subsídios para inferir que, a proposta de formação politécnica, conforme o conceito marxista de Educação Politécnica, foi um processo ligado a formação continuada dos professores e que, inicialmente, planejavam as atividades e os projetos sem ter total clareza que estavam construindo um caminho pedagógico que os conduzisse no sentido de uma formação omnilateral do indivíduo que rompesse com a lógica dualista do sistema educacional brasileiro.



Quanto a formação inicial desses professores, algumas informações são curiosas pois dos 10 (dez) professores envolvidos diretamente em cargos de coordenação e elaboração do PPP, 40% são da área de Educação Física e 50% da área de Ciências Humanas (Ciências Sociais e História). Considerando as dissertações de Mestrado e a Tese de Doutorado já produzidos por

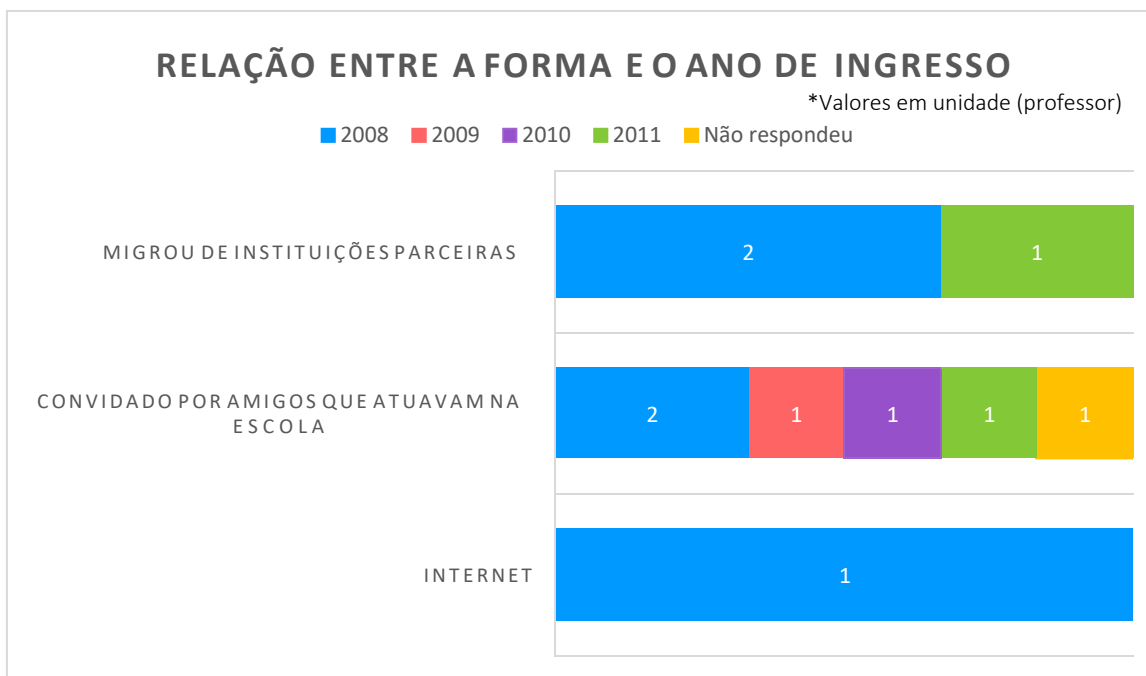
ex-professores da escola e que teve acesso ao longo desses anos de pesquisa, de um total de 9 (nove) produções, 3 (três) foram feitas por professores formados em Educação Física e 5 (cinco) na área de Ciências Humanas, apenas 1 (um) na área de linguagens. No âmbito dessa pesquisa, a participação de professores formados em cursos da área de exatas e ciências da natureza é inexistente, porém, considerando outras ferramentas de coleta de dados utilizados ao longo dos anos de pesquisa, consideramos que a participação desses professores em áreas de coordenação e elaboração do PPP foi muito pouca.



Isso pode explicar, em parte, porque alguns projetos que tive acesso no período da pesquisa para a Monografia⁸ revelavam certo protagonismo das áreas de Ciências Humanas e Linguagens, também, segundo a fala de diversos alunos que tive contato na pesquisa de campo em 2014 e 2015, além da minha vivência como ex-aluna, havia uma grande preocupação com a formação na área de exatas e ciências da natureza, nos projetos era considerado uma grande defasagem nessas áreas, motivo de muitas críticas e reclamações. Claramente faltam-nos mais dados para poder confirmar essa hipótese, mas posso afirmar que haviam grandes problemas em torno de questões curriculares no atendimento de conteúdos básicos dessas áreas, isso foi relatado por professores em algumas pesquisas publicadas e nas entrevistas. A escola ainda estava em processo de amadurecimento sobre essa questão e não teve tempo nem as condições necessárias para corrigir falhas e superar limitações.

⁸ Cf. PAULA, Laís S. de. Aprendizagem Histórica no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio: um diálogo sobre concepções e expectativas de formação humana. Monografia (Licenciatura em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de História. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ/ICHS, 2015

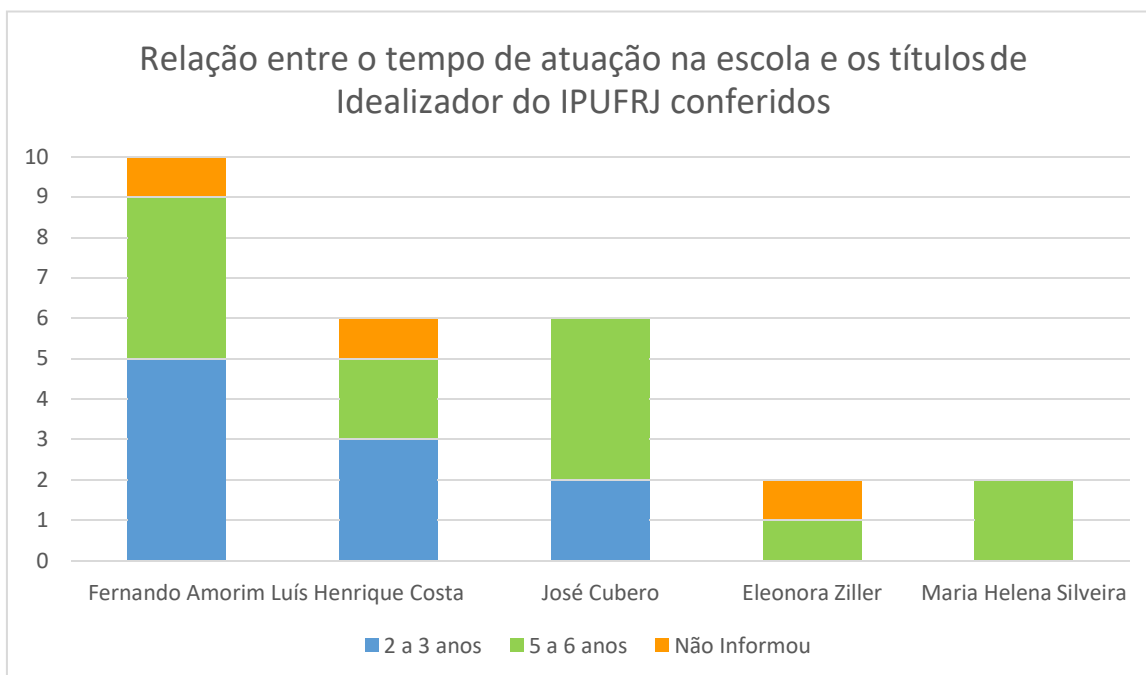
Finalizando essa seção, é importante esclarecer ainda a forma de ingresso desses professores na escola. A escala a seguir busca elucidar como os professores tomavam conhecimento das vagas disponíveis e do processo seletivo que ocorria antes do ano letivo:



Apesar das informações sobre as vagas e o processo seletivo estarem disponíveis todos os anos no site da escola e do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-mar, a grande maioria dos professores só chegou a eles por meio do contato que tinham com professores que já atuavam na escola. Havia a possibilidade também de professores da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, caso tivessem interesse, serem cedidos para o IPUFRJ ou também professores que atuavam em outros projetos da Extensão Universitária da UFRJ serem transferidos para a escola de Cabo Frio.

3.2 Sobre os idealizadores do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O nome do Professor Fernando Amorim aparece em todos os trabalhos desenvolvidos sobre o IPUFRJ como o grande representante e liderança do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. Porém minhas memórias como ex-aluna me induziam a questionar até que ponto o Prof. Fernando era o grande responsável pela elaboração da proposta da escola. É inegável a centralidade da sua atuação para que a escola existisse a partir da Extensão Universitária da UFRJ e sua militância incansável por esse projeto até os últimos dias de sua vida, porém alguns outros nomes merecem ser colocados em seu devido lugar quando o assunto é a idealização do IPUFRJ. A escala a seguir elucidada algumas análises:



Todos os 10 (dez) professores que responderam ao questionário mencionaram o nome do Prof. Fernando como idealizador da escola, 6 (seis) deles mencionaram também o nome de Luís Henrique Costa e José Cubero, 2 (dois) mencionaram ainda o nome da Professora Eleonora Ziller, professora da Faculdade de Letras da UFRJ e que tem um histórico na Extensão Universitária, e da Professora Maria Helena Silveira, que escreveu alguns artigos em parceria com o Prof. Luís e com o Prof. Fernando sobre o IPUFRJ e que também atuava na Extensão Universitária. Os professores com mais de 3 anos de atuação na escola viveram o ano de falecimento do Prof. Fernando e também do Prof. Luís Costa, que parece ter tido maior atuação na escola até o ano de 2011.

É importante esclarecer nesse momento que, na estrutura do questionário, havia uma questão inicial aberta para que os professores dissessem os nomes das pessoas a quem eles conferiam o título de idealizador do IPUFRJ. Em seguida, a partir das informações prévias que tínhamos, foram feitas uma série de perguntas fechadas sobre o sentido e significado da participação do Prof. Fernando, do Prof. Luís e do Prof. Cubero, nomes que sempre estão presentes em documentos da escola e trabalhos desenvolvidos por ex-professores. As seções foram separadas para que não houvesse nenhuma forma de influência sobre a primeira pergunta que era aberta. Ao final dessa seção, havia espaço ainda para considerações.

Conforme a pesquisa feita pelo Prof. Vitor Bemvindo, em sua tese de Doutorado já mencionada nesse trabalho, esse grupo de professores vêm atuando, desde a década de 1980, por meio da Extensão Universitária “a fim de buscar formas de articulação entre a universidade e o ensino básico, em especial à educação científica e tecnológica”. (BEMVINDO, 2016,

P.202). A professora Eleonora Camenietzki, quando no período de funcionamento do IPUFRJ estava lotada na Faculdade de Letras da UFRJ, participou de projetos ainda como monitora e depois técnica-administrativa na comunidade da Maré, na década de 80. Posteriormente, conforme o texto de Bemvindo, a coordenação dos projetos educacionais da UFRJ ficou a cargo da professora Maria Helena Silveira, que foi professora da UFRJ, “sendo inicialmente do Departamento de Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras, e, mais tarde, transferiu-se para a Escola Politécnica, do Centro de Tecnologia, onde passou a se dedicar ao ensino das engenharias”. (BEMVINDO, 2016, p. 207). A parceria com o Prof. Fernando Amorim começa no desenvolvimento do projeto da Maré, quando ele desempenhava a função de sub-reitor de Patrimônio e Finanças, na gestão do reitor Horácio Macedo:

A parceria entre os dois fez com que houvesse um aprofundamento nas questões de educação e trabalho na trajetória dos dois professores, que desenvolveram estudos conjuntos sobre a obra de Lev Vigotski e a concepção socialista de educação politécnica. Em um dos trabalhos de Amorim, em que ele analisa a importância da categoria experimentação na formação de engenheiros, ele tributa à experiência da Maré a influência em um dos seus trabalhos.
(BEMVINDO, 2016, p. 207)

Nas palavras do Prof. Bemvindo, “Fernando Amorim era um engenheiro naval com grandes preocupações com a educação”. Segundo sua pesquisa, Fernando “dedicou-se com empenho em pensar novas formas de ensinar pois sentia que a formação dos seus alunos em engenharia era muito limitada” (Ibidem, p.208). Era um comunista, militante, até o fim de sua vida, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Anos depois a Prof. Maria Helena Silveira passa a se dedicar aos estudos sobre recursos audiovisuais na educação, passando a atuar no Grupo de Educação e Multimídia, GEM, projeto da extensão universitária, criado em 2003, que mais tarde seria um grande parceiro do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. Maria Helena Silveira é quem integra o professor José Cubero Allende ao grupo de extensionistas que mais tarde comporiam o NIDES. Conforme Bemvindo, que em sua atuação como professor do IPUFRJ esteve em diálogo constante e de forma mais próxima com ele:

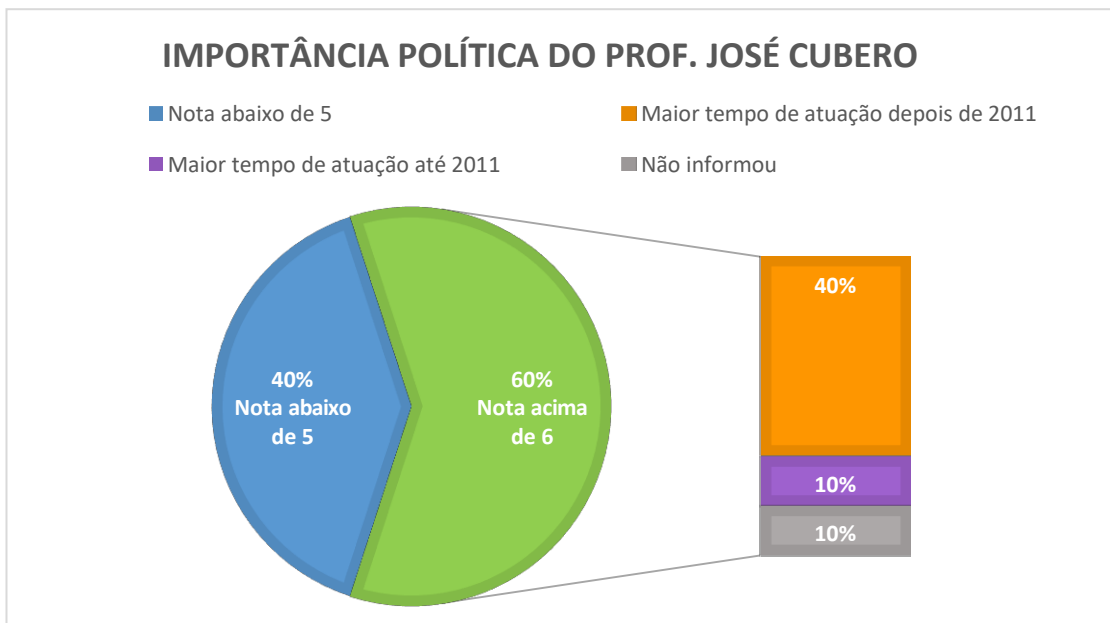
Cubero traz para as ações do GEM elemento de suas experiências desenvolvidas em vários países da América Latina. As práticas de uso de recursos audiovisuais aplicadas ao ensino, amplamente difundidas em Cuba, pelo menos desde os anos 1970, estão entre as muitas contribuições do professor Cubero, não só para o GEM, mas para todas as experiências de cunho educativo do grupo que viria a formar o NIDES. Tanto o Colégio de Pescadores como o Instituto Politécnico contaram com a colaboração de José Cubero como um dos coordenadores pedagógicos. (BEMVINDO, 2016, p.212)

A pesquisa carece de mais informações sobre o envolvimento do Prof. Luíz Henrique Costa, porém, seu nome aparece com destaque, junto ao do Professor Fernando, em muitas das falas no questionário aplicado para o desenvolvimento desse trabalho. Alguns dados colaboram para a confirmação de uma hipótese inicial de que o Prof. Luíz, conforme dito anteriormente, esteve atuando mais à frente da orientação sobre o IPUFRJ na primeira fase da escola, um dos professores que participaram da pesquisa, afirmou que: “em relação ao Prof. Luíz Costa, não tive a oportunidade de conhecê-lo. Portanto minha avaliação é superficial.”. Esse professor atuou na escola do ano de 2011 a 2016, o período que consideramos ser a segunda fase, o que explica essa avaliação superficial sobre o Prof. Luíz. Outra fala também traz um elemento essencial para a análise:

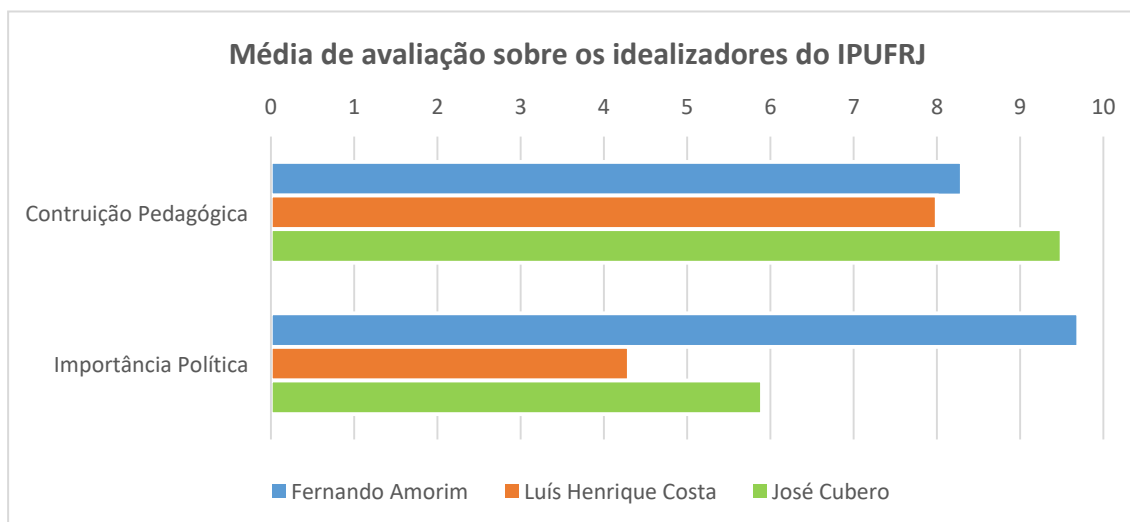
“Penso que o peso dos nomes supracitados, em relação aos aspectos político e pedagógico são relativos ao período de maior ou menor atuação na rotina da escola. Mas, de fato os três foram muito importantes no que tange ao aspecto pedagógico. Em relação ao político, não vejo muita relevância na atuação do professor Cubero. O Luís, foi o grande articulador a nível local (município e estado). O professor Fernando, fundamental nas questões internas a UFRJ.” [grifo nosso]

Sobre a figura do Prof. Luíz Costa, o relato explica ainda que ele foi o grande articulador entre a Universidade, representada pela Extensão, e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e a escola do Estado que cedeu seu espaço durante um ano para as atividades do IPUFRJ. Uma outra fala que aparece nos questionários reconhece o papel preponderante do Prof. Luíz e do Prof. Cubero na parte pedagógica ao longo da trajetória da escola, assim ele atribui: “A parte pedagógica, ao Luis e ao Cubero. A parte política, ao Fernando”.

Porém, em contraposição, existem falas de professores que atuaram no IPUFRJ depois de 2011, cuja avaliação feita considera uma maior importância política no que diz respeito a atuação do Prof. José Cubero. Conforme o gráfico a seguir, 60% dos professores deram uma nota acima de 6 (seis) para o nível de relevância política do Cubero, desses, 40% atuaram na escola depois de 2011.



Após essa primeira fase da escola, os nomes do Prof. Cubero, da Prof. Eleonora e da Prof. Maria Helena ganham destaque no quesito idealização e orientação das atividades no IPUFRJ. O que precisa ficar claro sobre a idealização da escola é que ela possui dimensões e dentro dessas dimensões outros sujeitos aparecem como grandes protagonistas nessa luta pela concretização da proposta. Visualizemos a escala a seguir:

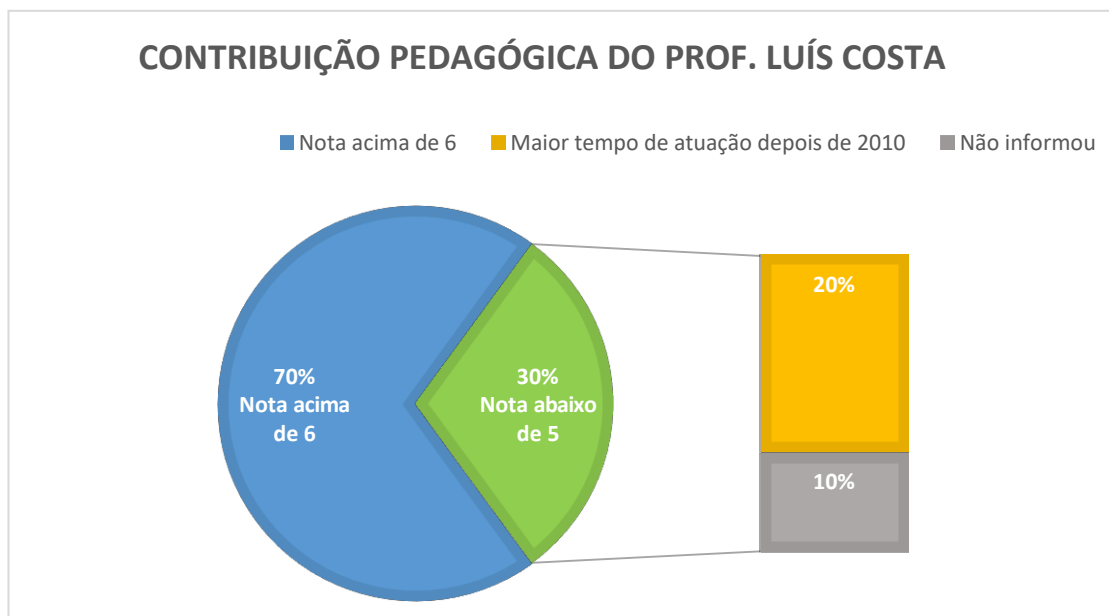


Essa escala foi construída a partir das respostas dadas a questões fechadas onde o professor deveria avaliar a contribuição pedagógica e a importância política de cada um dos 3 (três) nomes considerados idealizadores do IPUFRJ, sendo 0 (zero) totalmente irrelevante e 10 (dez) totalmente relevante. De acordo com a média feita a partir das respostas objetivas, é possível observar que o Prof. Luís e o Prof. Fernando possuem praticamente a mesma pontuação de relevância no que diz respeito a contribuição pedagógica, porém, o nome que possui grande

peso na avaliação dos professores nesse quesito é o do Prof. José Cubero. A fala de um professor explica que:

“Cubero acumulou experiências pedagógicas por toda a América Latina antes de se radicar no Brasil e ajudar a construir a proposta do IP[UFRJ]. Fernando tinha um longo caminho com projetos universitários na UFRJ, desde a Maré na década de 80. Isso sem contar com seu conhecimento acerca da administração da Universidade.”
[grifo nosso]

Ainda sobre a avaliação quase semelhante entre o Prof. Fernando e o Prof. Luís no que tange a relevância pedagógica, outra amostra confirma que o período de atuação na escola influencia muito essa questão, porém, o que fica evidente é que, mesmo após seu falecimento, a importância política do Prof. Fernando Amorim para as atividades do IPUFRJ era tão determinante que seu nome concentra e representa toda a luta e resistência pelo reconhecimento da escola na UFRJ. De acordo com o gráfico a seguir, mesmo sendo preponderante na primeira fase do IPUFRJ, o nome do Prof. Luís Henrique perde peso na avaliação dos professores que atuaram na escola após o ano de 2011, principalmente no que diz respeito a sua contribuição pedagógica. Porém, vindo a falecer logo depois do Prof. Fernando, sua atuação foi essencial nos dois aspectos.



No que diz respeito ao Prof. Fernando Amorim, sua trajetória pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua participação nos projetos de Extensão e sua experiência em coordenações de projetos são sempre destaque na fala dos professores, destacando sempre a importância política do Fernando para a institucionalização do IPUFRJ, principalmente, quando as parcerias já sinalizavam grande fragilidade. Um outro professor considera que:

“A importância política do Fernando é inegável. No entanto, eu diria que ele fez a coisa certa, mas o processo foi equivocados. Ele julgava que não conseguiria fazer de outra maneira, e em partes eu concordo, tanto que a escola foi fechada, mas ele confiou demais na autonomia da universidade e quando percebeu que as coisas não funcionavam assim, a escola já era fato consumado. E também contou com o fato da escola já ser fato consumado para sua legitimação, o que não aconteceu da forma planejada. Na verdade ele não tinha apoio político suficiente.”

Essa ideia de que eles contavam que quando a escola fosse fato consumado ela seria legalizada dentro dos parâmetros da UFRJ vai muito de encontro ao que eu ouvia quando era aluna da escola, principalmente por ter sido aluna da primeira turma. O que mais escutávamos dos professores e também do Prof. Luís e do Prof. Fernando em reuniões com os pais era que quando a escola formasse a primeira turma, toda a parte burocrática se desenrolaria (a grande aflição de todos era com relação a certificação dos cursos técnicos). Infelizmente, como já vimos em outros momentos desse trabalho, a escola ser fato consumado realmente não teve o peso necessário para que se resolvesse a legalização do IPUFRJ.

Após o falecimento do Prof. Fernando Amorim, sua esposa, a Prof. Eleonora Ziller assume mais diretamente a luta pela legalização dentro da Universidade, ela também, como já relato anteriormente, tem vasta experiência em projetos da Extensão Universitária e foi uma das militantes para que a Faculdade de Letras apoiasse o Instituto Politécnico dentro da UFRJ e, de fato, esse apoio foi concreto.

3.3. Construção do Projeto Político Pedagógico

Temos visto a importância do Prof. Fernando Amorim, do Prof. Luís Costa e do Prof. José Cubero para a idealização da proposta pedagógica do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. Mas o Projeto Político Pedagógico não foi elaborado somente com ideias e concepções dos idealizadores da escola, mas também não teve a contribuição concreta e efetiva da comunidade escolar, o que é uma grande contradição tendo em vista os princípios norteadores da escola.

Conforme a fala de um professor no questionário:

O PPP foi construído de forma emergencial, visto a necessidade de justificar a existência da escola e legitimar o trabalho desenvolvido na mesma, junto a UFRJ. Neste sentido, não contamos com uma metodologia que desse conta da participação de representantes de todos os integrantes da comunidade escolar. O documento contou com a condução de alguns professores mais ativos, em relação ao estudo dos

conceitos basilares do trabalho no IPUFRJ. Também foi utilizado como referência PPPs de outras instituições escolares que, de alguma forma possuíam em sua trajetória alguma proximidade política e ideológica com o IP. Ex. Escola Joaquim Venâncio da Fiocruz e Escola da Ponte, em Portugal.

Todos os anos de existência do IPUFRJ foram complicados na sua organização e estrutura, não era claro para nenhum dos professores qual era o lugar do IPUFRJ dentro da UFRJ e isso aparece em diversas falas, tanto nas entrevistas quanto nos questionários. De fato, faltou estabilidade política para a construção de um Projeto Político Pedagógico conforme os valores acreditados na proposta. Outra professora reflete no seguinte sentido: “A construção do PPP foi um processo muito complicado, que foi interrompida por diversas vezes, a cada novo problema que surgia. Fizemos o nosso melhor, da maneira mais democrática possível, mas não foi suficiente”.

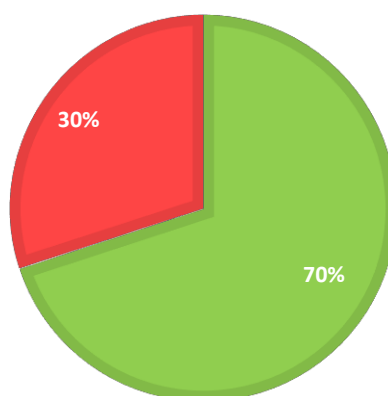
Acreditamos que o que foi suficiente foi a iniciativa de construir algo novo, baseado em pouquíssimas experiências concretas de instituições que consolidaram um método educacional que rompesse com a lógica de formação escolar tradicional, empreendida por sistemas conservadores. A Escola Joaquim Venâncio, é, sem dúvida, uma forte referência para os professores que participaram na elaboração do documento. Sobre esse processo, um outro professor esclarece no seguinte sentido:

Inicialmente, o PPP foi escrito pelos idealizadores da proposta. E este documento foi usado durante os primeiros anos de escola. Somente em 2010/2011 (não me lembro ao certo) que os professores envolvidos na coordenação pedagógica tiveram a oportunidade de reconstruir este documento. Construção esta que considerou o documento original e agregou novos conceitos, além de acrescentar sobre a estrutura e funcionamento da escola com o passar dos anos. Usamos como referência forte, o PPP da Escola Politécnica da Fiocruz, RJ.

Um panorama geral das respostas obtidas pelo questionário demonstra que, 70% dos professores, admitem que o PPP foi construído de forma parcialmente coletiva e nas falas obtidas pelas questões abertas, é evidente o reconhecimento de que esse foi um ponto problemático no que diz respeito a construção de uma escola que privilegiasse a história local na formação dos alunos e valorizasse a cultura e o protagonismo da comunidade nas atividades escolares. Conforme o gráfico abaixo:

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do IPUFRJ



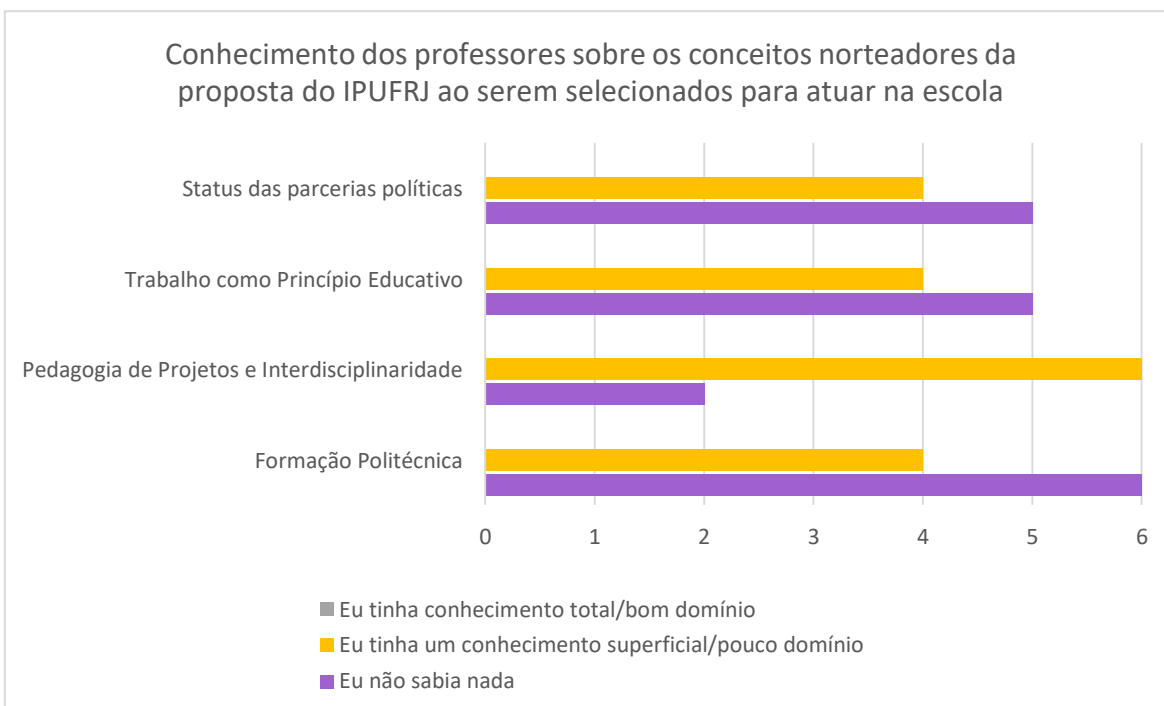
Esses 30% que não consideram a existência de um PPP, 10% saiu da escola antes da finalização desse processo de construção de um documento oficial nomeado como Projeto Político Pedagógico, outro 10% não respondeu quanto ao período de atuação na escola e o outro 10% , atuou até 2016 porém nos ajuda a compreender sua resposta na questão aberta que se seguiu sobre a construção do PPP: “Dificuldades de organização de documentos dessa natureza, fragmentado, e de pouca discussão com a comunidade no sentido de poder ter sido revisitado em outros momentos da história da escola.” Nesse sentido, o professor considera que, de acordo com a proposta de um documento como o PPP, é essencial e fundamental, a participação da comunidade escolar, de forma que, sem essa, o documento não pode ser caracterizado como tal. Ainda que reconheça os processos incertos pelos quais a escola se deu, o professor ou professora entende que o documento poderia ter sido revisitado em outros momentos da história da escola.

Ainda assim, é importante destacar o esforço empreendido pelos professores em produzir um PPP o mais condizente possível com o que acreditavam e faziam na prática do cotidiano escolar. Outro ponto, muito caro para esse trabalho, a ser destacado, é o protagonismo dos professores na elaboração do que seria a base e que estabeleceria os pilares da proposta educacional do IPUFRJ. Apesar da história e da orientação dada pelos idealizadores da escola, os professores manifestaram na construção do documento o que de fato viviam dessa idealização e o que, de fato, eram suas expectativas sobre a educação politécnica tida como norte. Conforme a fala de um professor:

A construção do PPP do IPUFRJ foi uma exigência do processo de regulamentação da escola. Na época, a coordenação apresentou a demanda a ser cumprida. **A partir daí os professores assumiram coletivamente essa demanda, reunindo-se diariamente durante uma semana para discutir os elementos fundamentais das práticas do IP. Depois de diversos debates coletivos entre os professores, delimitaram-se os princípios pedagógicos fundamentais da escola e daí se deu a produção de um texto coletivo.** A coordenação não aprovou de imediato o documento, pois classificou-o como "panfletário". Desejavam um documento mais aberto e sem tanta definições políticas. **Ainda assim, os professores mantiveram o texto original e aquele foi o documento que efetivamente ficou referenciado entre todos como o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio.** [grifo nosso]

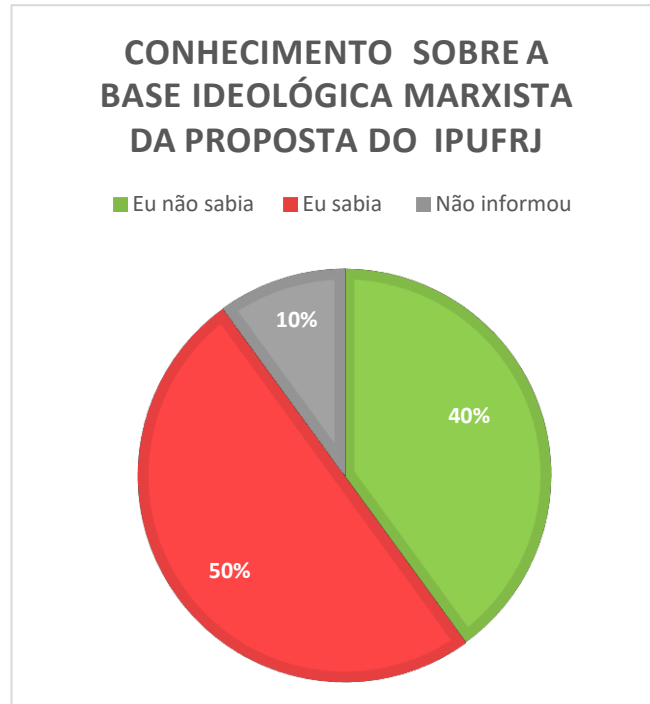
Portanto, houve um compromisso de reflexão e construção de conhecimento coletivo acerca da proposta do IPUFRJ por parte dos professores envolvidos na elaboração do texto oficial. O que não pode ficar perdido ou esquecido é que houveram discussões, reflexões e ponderações sobre os “elementos fundamentais das práticas do IP[UFRJ]”, contrapostos aos elementos fundamentais do material estudado por esses professores ao longo da sua atuação na escola. O que os professores produziram consideram as experiências práticas e estudos teóricos dos idealizadores da escola, consideram as leituras, experiências e formação docente inicial e continuidade de cada professor, somados a grande novidade que é o cotidiano escolar do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio até o ano de 2011, quando elaborado o Projeto Político Pedagógico. A esse ponto, diversas reuniões pedagógicas, conselhos de classe, projetos, reuniões de área, culminâncias, conselhos universitários, acordos políticos entre diversas outras maneiras pelas quais a escola aconteceu, já compunham a reflexão e ação docente dos professores que concretizaram um pouco de tudo isso no PPP.

Retomo, novamente, a preocupação central desse trabalho, localizar na trajetória do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio a participação e a perspectiva dos professores sobre a história da escola que ajudaram a dar vida. Porém, é importante deixar claro que a formação docente no sentido de reflexões e discussões sobre o conceito de Educação Politécnica só aconteceu, concretamente, no âmbito da sua prática quando atuante na escola. Sobre isso, perguntamos aos professores sobre os conhecimentos prévios que tinham sobre os conceitos norteadores do PPP. Conforme tabela a seguir:



Sobre a orientação pelos estudos marxistas de educação, pelo menos 60% dos professores não tinham nenhum conhecimento sobre os conceitos de formação politécnica e trabalho como princípio educativo, 40% tinham conhecimento superficial. Lembrando que esses questionários foram respondidos por professores que estiveram envolvidos diretamente com coordenações e elaboração do PPP. Apenas no que sugere a pedagogia de projetos e o conceito de interdisciplinaridade, o índice de professores que tinham um conhecimento superficial ou pouco domínio sobre o assunto, foi maior. Nesse sentido, inferimos que esses professores se tornaram “politécnicos” a medida que pensavam e faziam seu trabalho em meio a todos os conflitos e sucessos dos projetos desenvolvidos. Os professores do IPUFRJ descobriram o sentido da educação politécnica a medida que lutavam por esse ideal, eles não tinham certeza das ferramentas utilizadas para isso, mas estavam dispostos a desconstruir sua formação inicial em prol do “sonho politécnico”. A medida que amadureciam o caminho mais seguro para alcançar esse horizonte em comum, repensavam os passos já dados, reelaboravam o percurso, traçavam novas possibilidades. E o que seria isso se não politecnicia?

Sobre o conhecimento acerca da base ideológica do conceito de Educação Politécnica, 50% dos professores reconheceram ter conhecimento da orientação marxista, outros 40% discerniram ao longo do processo.



Não há dúvidas do quão longo seria o caminho a ser percorrido para concretizar as condições necessárias para uma formação nos moldes propostos pelos pensadores marxistas no campo da educação, conforme a fala de um professor:

no entanto, hoje acredito que naquele momento tínhamos conhecimentos e discussões muito iniciais/superficiais sobre os fundamentos da escola. Penso que só fui de fato ter uma clareza e um amadurecimento maior sobre os fundamentos da proposta do IP quando saí e fui estudar mais profundamente no mestrado.

Certamente, o movimento mais seguro é o que propõe Lev Vigotski: ação – reflexão – ação. Foi isso o que fizeram. E ao fazê-lo, ressignificaram a literatura brasileira sobre educação politécnica e formados politeticamente, deram novo sentido a pesquisa e a luta.

3.4. Sobre as Parcerias estabelecidas

Por fim, cabem ainda algumas considerações acerca das parcerias estabelecidas para o funcionamento do IPUFRJ ao longo da sua trajetória. Era absolutamente claro, para todos os envolvidos nas atividades diretivas e coordenativas da escola, o caráter instável e nebuloso das parcerias com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, com a Secretaria Estadual de Educação com o Instituto Federal Fluminense.

O problema começava na relação sempre confusa e incerta com a própria Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas exatas palavras de um dos professores: “pra mim, nunca foi

clara a situação política e organizacional do IP na UFRJ. Tudo sempre pareceu complicado e obscuro quando se tratava da relação do IP com a estrutura da UFRJ.”

Outro diz ainda:

Não poderia ter uma resposta exata [sobre o lugar que o IPUFRJ ocupava dentro da Universidade]. Em diferentes momentos tivemos vinculados a diferentes coisas. Sempre confuso, com arranjos políticos muito distantes da base da escola. Mas era claro esse entrave, mesmo que os detalhes nem tanto. Sabíamos de falta de "institucionalidade" e até mesmo de "legalidade" de alguns processos. Mas **o processo histórico de resistência do projeto mostrava essas fraquezas institucionais.**

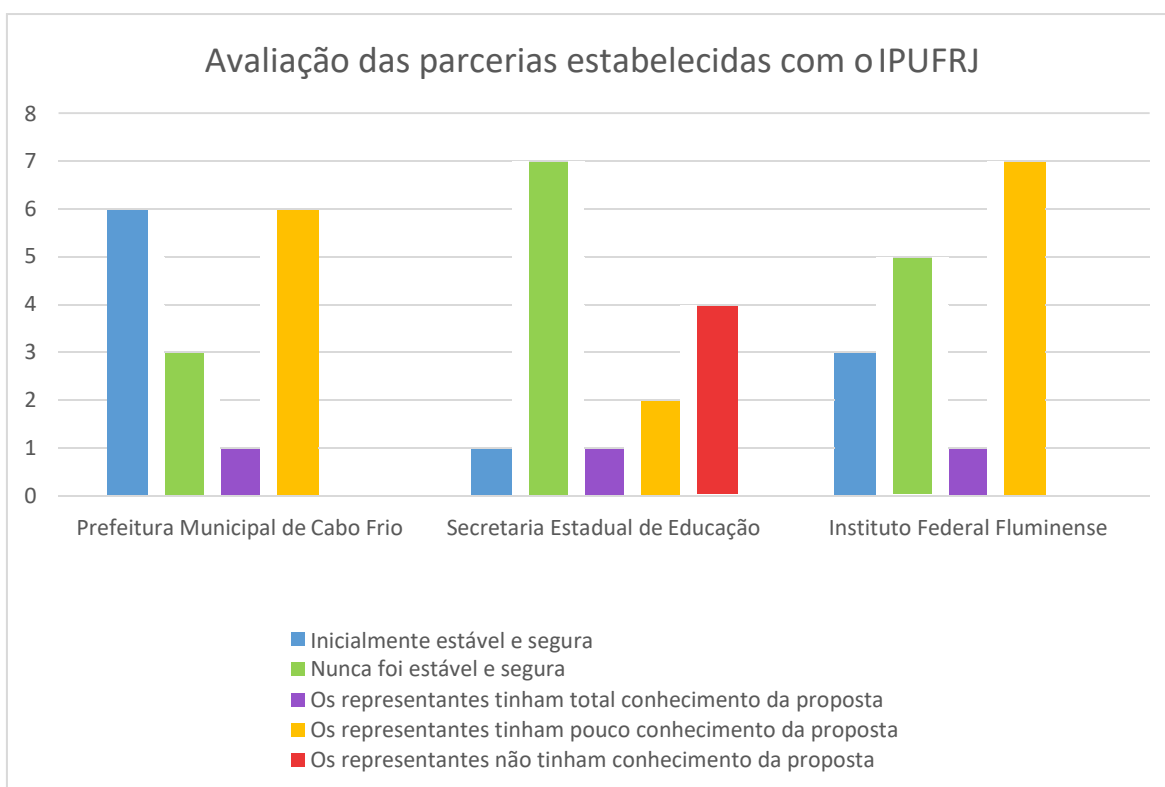
Não podemos desconsiderar que a fraqueza institucional da escola sempre foi uma realidade para seus professores. Acreditavam no potencial do que estavam fazendo, mas não sabiam como essa prática se legalizaria institucionalmente. Confiavam, acima de tudo, no caráter inovador da proposta e no que representavam, para eles, os idealizadores dessa proposta.

Algumas falas marcam um dos conflitos que existiam dentro da Universidade sobre a proposta empreendida pelo Instituto Politécnico:

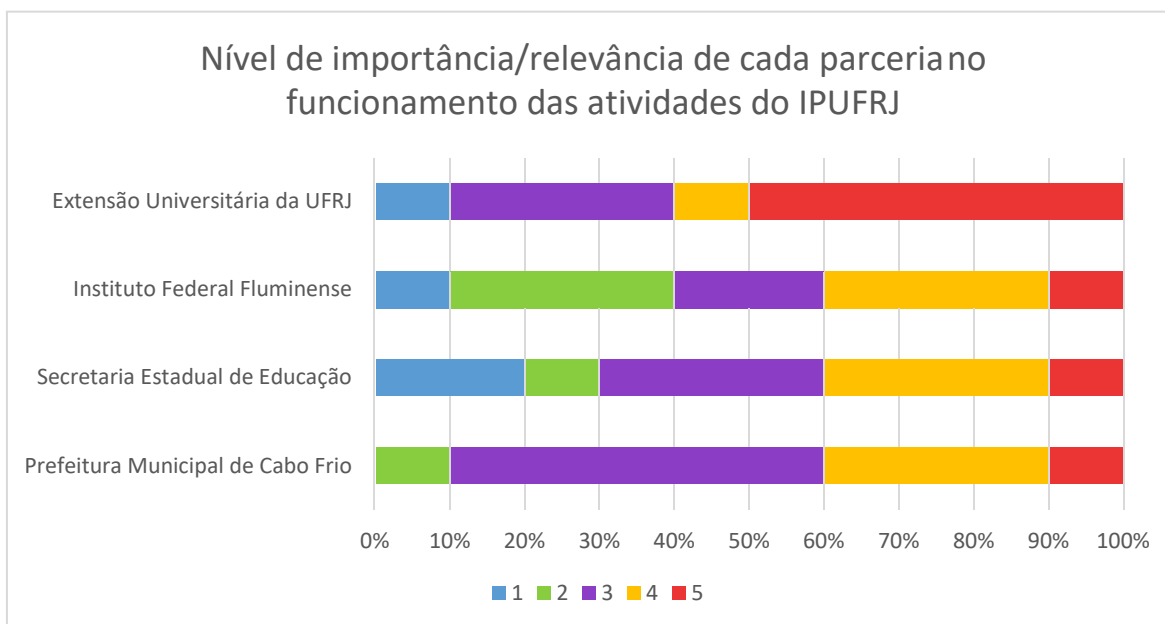
Não dava para sabermos de fato, o lugar da escola no contexto mais amplo da UFRJ. Tínhamos consciência de que havia muitas divergências e resistência, em relação a existência e manutenção da mesma, por parte de diferentes setores na Universidade. **Uma delas: a Faculdade de Educação.**

Outro ainda: “entendia que, para a Universidade, éramos apenas mais um projeto de extensão” e, no mesmo sentido, dito por outro professor: “para mim o IP[UFRJ] nasceu como projeto de extensão do Programa UFRJMar e morreu como Programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social”. É importante ressaltar, portanto, que a proposta de educação desenvolvida no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio nunca foi uma proposta da Faculdade de Educação da UFRJ, apesar de ser composta por professores que pesquisam e defendem a concepção marxista de Educação Politécnica. O que foi desenvolvido pelo IPUFRJ foi possível pelo papel e força da Extensão Universitária no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dos anos de 2008 a 2016. É uma realidade no contexto educacional brasileiro que pessoas tenham muito mais força e encontrem muito mais condições de realizar projetos inovadores, do que instituições públicas, até mesmo no âmbito das universidades federais, com todo o seu renome científico.

Conforme a tabela abaixo, 60% dos professores entendiam que a parceria com a Prefeitura de Cabo Frio era inicialmente estável e segura e 30% entendiam que ela nunca foi estável e segura; no que diz respeito ao conhecimento dos representantes da Prefeitura sobre a proposta do IPFRUJ, 60% entende que eles tinham pouco conhecimento da proposta. Com relação a Secretaria Estadual de Educação, 70% dos professores entendiam que essa nunca foi uma parceria estável e segura e esse dado vai muito de encontro com as poucas informações que as pesquisas feitas sobre o IPUFRJ tem sobre o caráter dessa parceria, que foi muito curta e se restringia ao espaço de funcionamento das atividades escolares.



Com relação ao IFF, parece haver pouco esclarecimento também sobre o nível de estabilidade e segurança na parceria estabelecida. Porém, diferentemente do que ocorreu com o Estado, os representantes do IFF pareciam ter, conforme as respostas dos professores, um conhecimento considerável sobre a proposta do IPUFRJ. Sobre a importância ou relevância de cada parceria no funcionamento das atividades do IPUFRJ, fica, evidente, a papel preponderante da Extensão Universitárias para que a escola fosse possível. As avaliações foram feitas considerando 1 (um) pouco relevante/importante e 5 (cinco) totalmente relevante/importante. No que diz respeito a Extensão, 90% atribuiu nota maior do que 3 (três). Para as demais, 60% atribuiu nota menor que 3 (três).



Conforme podemos inferir a partir dos dados demonstrados, todas as parcerias tiveram seu papel e função para o funcionamento da Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, porém, o que deu sentido ao estabelecimento de cada uma delas foi a força política que o Prof. Fernando Amorim, principalmente, tinha, como representante da UFRJ na região dos lagos e norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Ainda sobre o lugar da UFRJ na trajetória institucional do IPUFRJ, explica um dos professores:

Havia um apoio institucional da UFRJ, porém havia bastante informalidade nesse apoio. Os reitores sempre declararam apoio, porém jamais houve um esforço efetivo para a regularização formal do projeto. Havia bastante irregularidade na disponibilidade de recursos, o que ocasionava atrasos nos pagamentos das bolsas. Porém, sempre houve algum apoio (apesar de sempre insuficiente). No período final, apesar das dificuldades de repasse de recursos, houve a regulamentação formal dos vínculos através do curso de extensão e a matrícula dos docentes, o que reforça a vinculação oficial.

Nos últimos anos da escola, apesar de todos os entraves dentro da Universidade, o curso de extensão e a matrícula dos docentes foi regulamentada, apesar de não terem sido mantidos. Ainda é mais possível para a Universidade produzir e valorizar a produção do conhecimento científico, mas, é extremamente difícil, a concretude do conhecimento produzido na vida prática da sociedade. Em pleno acordo com a opinião esboçada por um professor no questionário, sobre o lugar do IPUFRJ na UFRJ:

De clandestinidade. Me parece que a universidade era contrária a existência do instituto. Entretanto, o momento político favoreceu a existência do IPUFRJ. Assim que o panorama político mudou a universidade foi fechando as portas pro projeto. **A universidade ainda é um local excludente, não democrático e aristocrático, pra qual**

uma escola no interior que atende com qualidade os filhos dos trabalhadores e paga uma bolsa razoável aos professores é sinônimo de ameaça. [grifo nosso]

Ameaça porque sugere possibilidade de superação, de transformação e escancara que muito do poder exercido por uns se sustenta na ignorância de outros tantos, e é só por isso que permanece de pé. Se uma escola tão pequena como IPUFRJ conseguiu produzir tanto conhecimento, embasado na prática, provando em apenas 8 (oito) anos de funcionamento que é possível formar uma classe trabalhadora capaz de superar a subordinação e a hierarquização, inclusive do conhecimento e dos saberes, imagina o que ela seria capaz se houvesse um espaço legal para ela na lógica do sistema?

O que mudou desde que as parcerias foram encerradas? O que mudou desde que as atividades da escola foram encerradas? Da mesma forma, é preciso continuar a politecnar como fizeram os idealizadores, professores, alunos, funcionários e colaboradores do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio, mesmo sem ter certeza dos próximos passos, sem perder de vista o ideal e inflamados pela certeza de que já foi possível. O convite permanece: “Ei politécnicos, vamos politecnar por aí?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conforme mencionado anteriormente, fica então estabelecida uma nova parceria entre o IFF e a UFRJ, mais especificamente e de forma superficial, para a constituição em Cabo Frio de um Centro de Referência em Politécnica, de acordo com o Prof. Roberto Leher: “com a intenção de nuclear as atividades e a reflexão sobre o futuro da politécnica, dado que essa tradição teórica não está presente no Instituto Federal Fluminense no campus de Cabo Frio”. (ATA, 28/07/2016) Além da intenção, da qual a literatura sobre Trabalho e Educação está cheia, ainda não vimos na prática nenhum plano, programa ou projeto que indique o que realmente é essa proposta, o que sabemos é que um dos pouquíssimos projetos político pedagógico pautados na formação politécnica, no trabalho como princípio educativo, foi fechado. Espera-se, por parte da atual reitoria da UFRJ e do IFF, que, dessa maneira, seja “desenvolvido o ensino politécnico que nós tantos defendemos”.

O ano de 2016 não poupou a relação complexa entre o IPUFRJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a nova conjuntura política e econômica contribuiu de sobremaneira para o encerramento definitivo das atividades na escola. Instabilidade política, crise econômica, a “onda conservadora”, cortes orçamentários na Educação e as reformas – trágicas – propostas para o Ensino Médio, era o motivo que faltava para determinar a impossibilidade da UFRJ em dar continuidade ao Instituto Politécnico. Concordamos com as palavras do representante do Grêmio Estudantil, Caio Barbosa, quando afirma no CONSUNI:

Desde o governo Dilma já se cortava verba da educação, tinha corte de verbas bilionárias na educação e complicava a conjuntura nacional, trazendo retrocesso para a educação e, hoje, com um governo golpista que está colocado em nosso País, a conjuntura está cada vez pior para os trabalhadores, para os estudantes, a universidade está com uma dívida milionária, porém a solução para a crise que estamos vivendo, a saída para isso não é fechar uma escola. A saída para estarmos construindo um país melhor e uma educação de qualidade, para barrarmos o retrocesso que o governo vem impondo aos trabalhadores, que vem impondo para o povo, não é fechando o Instituto Politécnico. [grifo nosso] (ATA CONSUNI, 28/07/2016, P.8)

Junto a essa reflexão, podemos também pensar: o problema é quanto custa ou o quanto se paga? O problema é o quanto custa para a Universidade o Instituto Politécnico ou o quanto de verba a Universidade tem recebido do Governo Federal? O problema são os trâmites burocráticos para a institucionalização do Instituto Politécnico ou o fato de que temos que

adaptar a proposta pedagógica da escola para que ela seja institucionalizada? O problema é quantos estão dispostos a sentar e escrever sobre formação politécnica ou quantos estão dispostos a lutar e resistir por um projeto concreto?

Em suma, podemos afirmar que, ao analisarmos a trajetória do IPUFRJ numa perspectiva histórica, percebemos que o mesmo corresponde às relações políticas estabelecidas entre as diversas esferas do poder público. O processo de desenvolvimento da escola mostra avanços e retrocessos que, vistos em sua totalidade nos permitem perceber as múltiplas determinações que corroboram para a existência dessa instituição escolar.

O fato de propor um modelo diferenciado de ensino pode ser o motivo de tantos embates quanto ao retardamento de sua institucionalização. As pesquisas no campo da história das instituições nos mostram como experiências consideradas inovadoras foram rechaçadas pelos órgãos de poder, em momentos históricos diversos, no Brasil e no mundo, principalmente as que se alinhavam aos movimentos da esquerda política. Neste sentido, inferimos: seria este o caso do IP Cabo Frio? A proposta pedagógica desenvolvida neste espaço, de alguma forma representa ameaça ao status quo, e por isso, tem sido posta numa condição subalterna?

O Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio foi mais uma tentativa de renovação da lógica educacional brasileira. Ele nunca compôs o sistema, mas tinha pretensões de reestruturá-lo a partir dos referenciais da formação omnilateral do indivíduo.

Já repeti diversas vezes nesse trabalho que se trata da formação omnilateral do indivíduo, mas para o Politécnico, quem é esse indivíduo? E vou além, para o IPUFRJ quem é o sistema educacional brasileiro? Quando falamos de formação profissional, quem é o trabalhador para um e quem é o trabalhador para o outro?

Bom, mas afinal de contas, quem é o IPUFRJ? Uma das dimensões dessa resposta está impossível de ser alcançada agora que as atividades da escola foram encerradas, mas podemos conhecê-la ainda de três maneiras: 1º, pelos documentos oficiais que embasaram as atividades e o seu funcionamento; 2º, pela produção científica elaborada por ex-professores no formato de Dissertações de Mestrado e Tese de Doutorado; 3º pela memória reflexiva dos que já compuseram a extinta comunidade escolar do IPUFRJ.

Todas as dissertações e teses produzidas até esse momento compreendem e explicam a escola a partir dos documentos oficiais e, em alguns casos, os recursos analíticos tem como objetivo trabalhar os ex-alunos do Politécnico. Não obstante, todos esses trabalhos foram escritos, pensados, refletidos e elaborados por ex-professores da escola, sem exceções. Logo poderemos identificar e discutir, a partir dos trabalhos já desenvolvidos, a figura do aluno, que

é o “indivíduo” na conceituação “formação omnilateral do”. Mas quem é esse professor que forma omnilateralmente ou que não é capaz de alcançar esse objetivo enquanto profissional da educação? Quem é esse professor que escreve e pesquisa sobre a escola que trabalhou? É o mesmo que deu aulas?

Desde 2008, podemos observar esse movimento de ação-reflexão-ação no bojo das relações da instituição, como vimos ao longo desse trabalho, o projeto da escola nunca esteve pronto e mesmo quando estava construído no papel, estava ao mesmo tempo se reconstruindo no cotidiano. Mesmo quando não conseguia sua legalização dentro do sistema, estava institucionalizado nas ações do seu dia a dia.

Diversos estudos apontam que houve, de fato, um movimento na prática docente e discente de formação omnilateral, no sentido almejado pelos documentos da escola. Muitas falhas foram cometidas ao longo dos anos nesse processo, deixando buracos na formação escolar de muitos alunos. Não há dúvidas de que a forma de fazer politécnica precisava ainda de muita reflexão e muitos ajustes, mas também não há dúvidas de que eles estavam no caminho certo. E é sobre isso que esse trabalho quis falar, sobre como eles estavam dando passos no caminho certo sem ter certeza do caminho.

Os professores do IPUFRJ foram formados em universidades comuns, em cursos cuja grade curricular segue o padrão de formação docente estabelecido no país. Como qualquer outro professor desse país, eram frutos de um sistema educacional pautado na lógica neoliberal de formação de trabalhadores. Aqueles filiados a partidos ou movimentos políticos da esquerda tinham um pouco mais de empatia com a proposta da escola de filosofia marxista. Os fundadores e idealizadores da escola, esses sim, tinham décadas de experiência prática e teórica com as questões educacionais debatidas por políticos, filósofos, pesquisadores e educadores de tendência marxista. Foram eles que escreveram os documentos oficiais do IPUFRJ mas não foram eles os sujeitos que conjugaram o “formar” indivíduos omnilateralmente.

Se não foram eles, como foi possível uma formação politécnica protagonizada por sujeitos que sabiam pouco sobre o que isso significava e muito menos, como se fazia pra isso acontecer? Os documentos não se tratavam de “receitas de bolo” e o Brasil nunca foi um país cuja lógica absorveria facilmente ideais socialistas sobre educação, principalmente, sobre formação de trabalhadores.

Ao longo dos anos de funcionamento da escola surgiram as expressões: “professor politécnico”, “aluno politécnico”, “politecnar”. Jamais utilizadas antes para se referir aos indivíduos que pertencem a uma instituição como essa ou ao que esses indivíduos fazem e

como fazem. Antes de seguir para qualquer lugar, precisamos entender o que isso significa e porque não deixou de significar com o fechamento do IPUFRJ.

Podemos concluir, considerando o que a experiência do IPUFRJ nos faz perceber, que não são apenas com propostas de educação em regime de tempo integral e organização do currículo por áreas de conhecimento, como tem sido a tendência do Ministério da Educação, que construiremos um sistema educacional que proporcione realmente uma formação plena. Apropriando-me das ideias de Meszáros, não se pode fazer correções e remendos num sistema de ensino que funciona a partir da lógica do capital e esperar que ele resolva os problemas de desigualdade social, pobreza, analfabetismo, índices de evasão no ensino médio e na graduação, baixa qualificação profissional e outros. Se nos faltam experiências, esse trabalho pretende trazer por meio do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio/RJ, elementos para pensarmos um ensino médio capaz de romper com a lógica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Fernando; COSTA, Luiz Henrique; MATSUNAGA, Priscila. **Da Proposta Politécnica e o Programa de Institutos Politécnicos**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar UFRJ Mar, 2008. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/24373532/instpolitecnicos>. Acesso em 15 de março de 2015.
- _____. Fernando; COSTA, Luiz Henrique; VENTIM, Marcella; PEREIRA, Nathália. **Programa de Qualificação de Professores em Educação para o Trabalho**. In: Revista Extensão na UFRJ. Pró-Reitoria de Extensão. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- _____. Fernando; SILVEIRA, Maria Helena. **Uma Escola, Um Sonho, Uma Realidade**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar UFRJ Mar, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/24373540/Uma-Escola-Um-Sonho>
- BEMVINDO, Vitor; MACIEL, Cosme; TURRINI, Júlia. **Formação Humana no Instituto Politécnico da UFRJ: o trabalho como princípio educativo a partir da pedagogia de projetos**. Revista Trabalho Necessário. Ano 11. Nº 16. 2013.
- _____. **Por uma História da Educação Politécnica: Concepções, Experiências e Perspectivas** (Tese). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: Niterói, 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Renata; MACIEL, Cosme; PIRES, Bianca. **A Inserção da História na Área de Relações Sociais no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio**. Congresso Internacional de Pedagogia: Havana. 2011.
- BRASIL. Comissão de Educação, Cultura e Desporto. **Relatório projeto de LDB**. Deputado Jorge Hage. Brasília, 28 jun. 1990.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 1.258/88**. Deputado Octávio Elísio. In: Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao nº 175, 25 jan. 1991.
- _____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso. Brasília, DF, 1996.
- _____. **Decreto Nº 2.208** de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1997.
- _____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- _____. **Projeto de lei nº 6.840** de 2013. Brasília, 2013.
- _____. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set 2016. Seção 1, p. 1.
- _____. **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Exposição de Motivos. Brasília, DF: Câmara dos deputados.
- _____. SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55**, de 2016 – PEC do teto dos gastos públicos. Brasília, DF, 2016.

- BRASIL, **Lei nº 13.145**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- CATANI, Denise. **A memória como questão no campo da produção educacional**: uma reflexão. História da educação. ASPHE.4. RS. 1998.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CIAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, Politecnicia e Educação Omnilateral**: Por que lutamos? In: Trabalho & Educação. Belo Horizonte: UFMG, v.23, n.1, 2014.
- COSTA, L. **Proposta de Consolidação do Programa Pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio**: uma parceria entre a UFRJ e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2007.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994. 14ª.Ed.2012.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola. 1979
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998,
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. Campinas: Editora Cortez, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEHER, Roberto. **25 anos de Educação Pública**: notas para um balanço do período. Revista Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS.
- MACIEL, Cosme. **Educação Integral em Tempo Integral**: concepção e prática no Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio De Janeiro – Cabo Frio/RJ. (Dissertação). UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Educação: Rio de Janeiro. 2014
- MACIEL, C.; PORTO, C; SILVA, M. G. **Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro**: Uma Proposta de Construção de Educação pelo e para o Trabalho. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. n. 5, 2011, Florianópolis. UFSC, 2011.
- MACHADO, Lucília. **Politecnicia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989.
- MARTINS, André; NEVES, Lúcia Maria (Orgs). **Educação Básica**: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.
- MESZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do Capital** – Atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: Editora UERJ/FAPERJ. 2012.
- NIDES - Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Social. **Programa de Formação de Professores em Áreas Rurais do Estado do Rio de Janeiro**. 2009.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Proj.História. São Paulo: dez.1993.
- PAULA, Laís Santos de. **Aprendizagem Histórica no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio**: um diálogo sobre concepções e expectativas de formação humana. Monografia

- (Licenciatura em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de História. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ/ICHS, 2015
- POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. 1989.
- RODRIGUES, José. **A educação politécnica no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1984.
- SANTOS, Aparecida Tiradentes dos. **Pedagogia de Mercado: Neoliberalismo, Trabalho e Educação no Século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.
- SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politecnia**. Revista: Trabalho, Educação e Saúde. 1. 2003.
- _____. Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SILVA, M. Gabriella. **A Formação de Trabalhadores de Nível Médio na Perspectiva da Politecnia: a contribuição da proposta pedagógica do Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Dissertação)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2014.
- TURRINI, Jullia. **Memória do Trabalho e da Educação: imagens do trabalho e a narrativa de resistência no Instituto Politécnico da UFRJ**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, 2015.
- YARED, Ivone. **Prática Educativa Interdisciplinar: limites e possibilidades da reverberação de um sonho**. (Tese). PUC, Doutorado em Educação. São Paulo. 2009.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIOS - "Professor Politécnico": como foi isso?

24 questões por questionário (total de 10)

- Resp.:1 (Enviada: 20/09/2017 23:40)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 - 2011

2008 - 2011

Qual era sua formação quando professor do IP?

Licenciatura plena em Educação Física - UFRRJ

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Convidada pela Secretaria de Educação de Cabo Frio, da qual era concursada.

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

-

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim, Luís Costa e José Cubero

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

-

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

A construção do PPP foi um esforço coletivo dos professores do IP, onde tentamos sistematizar num documento o que achávamos que era fundamental para embasar e explicar a proposta da escola. No entanto, hoje acredito que naquele momento tínhamos conhecimentos e discussões muito iniciais/superficiais sobre os fundamentos da escola. Penso que só fui de fato ter uma clareza e um amadurecimento maior sobre os fundamentos da proposta do IP quando saí e fui estudar mais profundamente no mestrado.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?
Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.
Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Pra mim, nunca foi clara a situação política e organizacional do IP na UFRJ. Tudo sempre pareceu complicado e obscuro quando se tratava da relação do IP com a estrutura da UFRJ.

• Resp.: 2 (Enviada: 21/09/2017 23:45)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2008 - 2011

Qual era sua formação quando professor do IP?

Licenciatura em História

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Não participei de processo seletivo. Atuava como professor do município de Cabo Frio/RJ, na unidade escolar onde iniciou os trabalhos do IPUFRJ. Na ocasião, necessitaram de professores para suprir algumas disciplinas, como tinha disponibilidade acabei sendo integrado.

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Na ocasião, não tinha isso muito claro. Apesar de uma formação mais conservadora, estive aberto a conhecer outras perspectivas.

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10



Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

Penso que o peso dos nomes supracitados, em relação aos aspectos político e pedagógico são relativos ao período de maior ou menor atuação na rotina da escola. Mas, de fato os três foram muito importantes no que tange ao aspecto pedagógico. Em relação ao político, não vejo muita relevância na atuação do professor Cubero. O Luís, foi o grande articulador a nível local (município e estado). O professor Fernando, fundamental nas questões internas a UFRJ.

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

O PPP foi construído de forma emergencial, visto a necessidade de justificar a existência da escola e legitimar o trabalho desenvolvido na mesma, junto a UFRJ. Neste sentido, não contamos com uma metodologia que desse conta da participação de representantes de todos os integrantes da comunidade escolar. O documento contou com a condução de alguns professores mais ativos, em relação ao estudo dos conceitos basilares do trabalho no IPUFRJ. também foi utilizado como referência, PPPs de outras instituições escolares que, de alguma forma possuíam em sua trajetória alguma proximidade político e ideológica com o IP. Ex. Escola Joaquim Venâncio da Fiocruz e Escola da Ponte, em Portugal.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?
 Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.
 Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Não dava para sabermos de fato, o lugar da escola no contexto mais amplo da UFRJ. Tínhamos consciência de que havia muitas divergências e resistência, em relação a existência e manutenção da mesma, por parte de diferentes setores na Universidade. Uma delas: a Faculdade de Educação.

- Resp.: 3 (Enviada: 24/09/2017 23:44)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2009-2011

Qual era sua formação quando professor do IP?

Professora de História, fazendo a pós graduação em Ensino de História

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Uma amiga me indicou

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Sempre tive orientações de esquerda

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

A parte pedagógica, ao Luis e ao Cubero. A parte política, ao Fernando.

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

A importância política do Fernando é inegável. No entanto, eu diria que ele fez a coisa certa, mas o processo foi equivocado. Ele julgava que não conseguiria fazer de outra maneira, e em partes eu concordo, tanto que a escola foi fechada, mas ele confiou demais na autonomia da universidade e quando percebeu que as coisas não funcionavam assim, a escola já era fato consumado. E também contou com o fato da escola já ser fato consumado para sua legitimação, o que não aconteceu da forma planejada. Na verdade ele não tinha apoio político suficiente.

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

A construção do PPP foi um processo muito complicado, que foi interrompida por diversas vezes, a cada novo problema que surgia. Fizemos o nosso melhor, da maneira mais democrática possível, mas não foi suficiente

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5



Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?
Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.
Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Entendia que, para a Universidade, éramos apenas mais um projeto de extensão. Quando eu perguntava as pessoas, ninguém sabia do que se tratava, nem mesmo em Cabo Frio.

- Resp.: 4 (Enviada: 27/09/2017 14:19)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2010-2016

Qual era sua formação quando professor do IP?

Licenciatura Plena em Educação Física/UFRJ Mestrado em Educação / UFRJ

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Fiz estágio na Escola Municipal de Pescadores de Macaé, experiência anterior ao IP.

Quando me formei, me tornei professora da EMPM. Mais tarde coordenei a área de Natação e Navegação. Quando a EMPM findou o convênio com o UFRJMar, fui para Paraty,

trabalhar com o TECNAVAL, que também fazia parte do programa UFRJMar. Ia esporadicamente em Cabo Frio, atuar no IP. em 2012 fui transferida de vez para o Instituto. Você era filiada á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Não sou filiada, mas já me identificava com as bandeiras de esquerda.

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim, José Cubero, Eleonora Ziller, Henrique Costa e Maria Helena Silveira
Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

Cubero acumulou experiências pedagógicas por toda a América Latina antes de se radicar no Brasil e ajudar a construir a proposta do IP. Fernando tinha um longo caminho com projetos universitários na UFRJ, desde a Maré na década de 80. Isso sem contar com seu conhecimento acerca da administração da Universidade.

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

O PPP foi sendo alterado ao longo dos anos com base no projeto proposto pelos idealizadores antes da sua existência.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.
 Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?
 Para mim o IP nasceu como projeto de extensão do Programa UFRJMar e morreu como Programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social.

- Resp.: 5 Enviada: 29/09/2017 19:11

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2008-2011

Qual era sua formação quando professor do IP?

Educação física

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Fiz o primeiro Processo seletivo na UFRJ. Descobri pela internet

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

PSOL

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim e Luis Costa

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

-

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

Inicialmente, o PPP foi escrito pelos idealizadores da proposta. E este documento foi usado durante os primeiros anos de escola. Somente em 2010/2011 (não me lembro ao certo) que os professores envolvidos na coordenação pedagógica tiveram a oportunidade de reconstruir este documento. Construção esta que considerou o documento original e agregou novos conceitos, além de acrescentar sobre a estrutura e funcionamento da escola com o passar dos anos. Usamos como referencia forte, o PPP da Escola Politecnica da Fiocruz, RJ.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

O IP tinha pouco espaço na Universidade. Uma parceria instável, tensa e de muita resistência.

- Resp.: 6 (Enviada: 01/10/2017 08:55)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2008-2010

Qual era sua formação quando professor do IP?

Licenciatura plena em Educação Física

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Fui convidada por amigos

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Não.

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

-

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

-

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Ao meu ver o projeto do IP era pouco conhecido.

- Resp.: 7 (Enviada: 01/10/2017 13:56)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

-

Qual era sua formação quando professor do IP?

Professor

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Fiz um processo seletivo para professor. Soube da vaga através de uma pessoa que trabalhava na escola de Macaé.

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Sim. Não era exatamente um comunista, entretanto lutava contra as políticas neoliberais.

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim, Eleonora Miller, Luís Henrique da Costa

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

Jamais foram claros quanto a uma orientação teórica para os professores. Utilizávamos politécnica, pedagogia de projetos, prática de relatórios diários, entretanto, mergulhados em uma espécie de prática pela prática. Sem leitura de textos para discordar ou concordar. Sem maiores estímulos para intercâmbios de ideias com outras instituições.

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

Durante o período em estive no instituto, não houve construção de PPP.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

De clandestinidade. Me parece que a universidade era contrária a existência do instituto. Entretanto, o momento político favoreceu a existência do ipufrj. Assim que o panorama político mudou a universidade foi fechando as portas pro projeto. A universidade ainda é um local excludente, não democrático e aristocrático, pra qual uma escola no interior que atende com qualidade os filhos dos trabalhadores e paga uma bolsa razoável aos professores é sinônimo de ameaça.

- Resp.: 8 (Enviada: 02/10/2017 11:46)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011
2010-2016

Qual era sua formação quando professor do IP?

Graduação em História (UFF), Mestrado História (UERJ)

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Convidado

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

PSOL, me filiei apenas em 2012

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim, Maria Helena Silveira, José Cubero

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

-

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

A construção do PPP do IPUFRJ foi uma exigência do processo de regulamentação da escola. Na época, a coordenação apresentou a demanda a ser cumprida. A partir daí os professores assumiram coletivamente essa demanda, reunindo-se diariamente durante uma semana para discutir os elementos fundamentais das práticas do IP. Depois de diversos debates coletivos entre os professores, delimitaram-se os princípios pedagógicos fundamentais da escola e daí se deu a produção de um texto coletivo. A coordenação não aprovou de imediato o documento, pois classificou-o como "panfletário". Desejavam um documento mais aberto e sem tanta definições políticas. Ainda assim, os professores mantiveram o texto original e aquele foi o documento que efetivamente ficou referenciado entre todos como o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.
 Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Havia um apoio institucional da UFRJ, porém havia bastante informalidade nesse apoio. Os reitores sempre declararam apoio, porém jamais houve um esforço efetivo para a regularização formal do projeto. Havia bastante irregularidade na disponibilidade de recursos, o que ocasionava atrasos nos pagamentos das bolsas. Porém, sempre houve algum apoio (apesar de sempre insuficiente). No período final, apesar das dificuldades de repasse de recursos, houve a regulamentação formal dos vínculos através do curso de extensão e a matrícula dos docentes, o que reforça a vinculação oficial.

- Resp.: 9 (Enviada: 20/10/2017 09:05)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2008-2013

Qual era sua formação quando professor do IP?

Graduada em Sociologia, fiz especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica em Ensino de Sociologia e concluí meu mestrado em Sociologia

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Amigos e internet

Você era filiado á algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?
Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorin, José Cubero, Luiz Henrique

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

-

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

-

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

O lugar nunca foi estável, muitas foram as força dentro da própria universidade que lutaram para que o IPUFRJ fechasse.

- Resp.: 10 (Enviada: 23/10/2017 15:00)

Em que período atuou como professor do IPUFRJ?

Ex.: 2009 – 2011

2011-2016

Qual era sua formação quando professor do IP?

Licenciatura em Ciências Sociais e Mestre em Educação

Como você chegou ao processo seletivo de professores? Foi convidado? Descobriu pela internet?

Uma amiga professora do IPUFRJ me informou sobre a abertura do processo seletivo. Você era filiado a algum partido político na época em que atuava como professor do IP?

Sim

Não

Se sim, qual partido? Se não, você reconhecia algum tipo de orientação política?

Se preferir, não precisa dizer, pule para a próxima questão.

-

Idealização do IPUFRJ

A que pessoas você confere o título de "idealizador do IPUFRJ"?

Fernando Amorim e Jose Cubero

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Numa escala de 0 a 10, sendo 0 "irrelevante" e 10 "totalmente relevante", como você avalia a contribuição pedagógica do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Fernando Amorim para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Luís Costa para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Seguindo a mesma escala, como você avalia a importância política do Prof. Cubero para o IPUFRJ?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Você gostaria de dizer alguma coisa a mais sobre as pessoas envolvidas no processo de idealização do IPUFRJ?

Em relação ao Prof. Luis Costa, não tive a oportunidade de conhece-lo. portanto minha avaliação é superficial.

Projeto Político Pedagógico

Como você avalia seu conhecimento sobre a proposta da escola na época da seleção de professores?

Marque a afirmação que corresponde a sua experiência. Você pode marcar quantas afirmações quiser.

- Eu não sabia nada sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um conhecimento superficial sobre Formação Politécnica
- Eu tinha um bom domínio dos estudos sobre Formação Politécnica
- Eu não sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu sabia que a escola tinha uma base ideológica marxista
- Eu não sabia nada sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu tinha algum conhecimento sobre Pedagogia de Projetos e Interdisciplinaridade
- Eu não sabia nada sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha pouco conhecimento sobre as parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu tinha total conhecimento sobre o status das parcerias políticas sobre as quais foram firmadas o funcionamento da escola
- Eu não sabia nada sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu sabia pouco sobre a concepção de Trabalho como Princípio Educativo
- Eu tinha um bom domínio sobre os estudos de Trabalho como Princípio Educativo

Como você avalia o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

- O PPP foi construído coletivamente junto com a comunidade escolar (pais, alunos, professores, administração, coordenação)
- O PPP foi construído parcialmente de forma coletiva, somente com a participação de professores, coordenadores e colaboradores
- O PPP foi imposto pelos idealizadores do IPUFRJ
- Eu não considero a existência de um PPP do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio

O que você considera importante ressaltar sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ?

Dificuldades de organização de documentos dessa natureza, fragmentado, e de pouca discussão com a comunidade no sentido de poder ter sido revisitado em outros momentos da história da escola.

Sobre as parcerias

As questões organizadas em forma de escala querem levar em consideração o momento no qual a instância passou a compor o quadro de parcerias do IPUFRJ.

Como você avalia a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes da Prefeitura tinha total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura não tinha nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes da Prefeitura tinha pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Numa escala de 0 a 5, sendo 0 "desnecessário" e 5 "totalmente necessário", como você avalia a participação da Prefeitura no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Seguindo a mesma escala, como você avalia a participação do Estado do Rio de Janeiro no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

Utilizando ainda a mesma escala, como você avalia a participação do IF de Arraial do Cabo no funcionamento do IP?

0 1 2 3 4 5

E a participação dos projetos da extensão da UFRJ aos quais o IP era ligado?

0 1 2 3 4 5

Como você avalia a parceria estabelecida com o Estado do Rio de Janeiro?

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os integrantes do Estado responsáveis pela parceria tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

A mesma questão, agora para o IF de Arraial do Cabo.

Marque a afirmação que corresponde ao que você viu dessa relação.

- Inicialmente ela era estável e segura.
- A parceria nunca foi estável e segura
- Os representantes do IF tinham total conhecimento da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF não tinham nenhuma noção da proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ
- Os representantes do IF tinham pouco conhecimento sobre a proposta de formação oferecida pelo IPUFRJ

Por último, como você entendia, quando professor do IP, o lugar do IPUFRJ dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro?

Não poderia ter uma resposta exata. em diferentes momentos tivemos vinculados a diferentes coisas. sempre confuso, com arranjos políticos muito distantes da base da escola. mas era claro esse entrave, mesmo que os detalhes nem tanto. Sabíamos de falta de "institucionalidade" e até mesmo de "legalidade" de alguns processos. Mas o processo histórico de resistência do projeto mostrava essas fraquezas institucionais.

ANEXOS

ANEXO 1



Alunos e alunas em aula de mergulho. Data indisponível. Acervo: LABIME/IPUFRJ.

ANEXO 2



Prof. Cubero em atividade com a turma de audiovisual. Data Indisponível. Acervo:
LABIME/IPUFRJ.

ANEXO 3



Alunos em “Teatro de Sal”. 2010. Acervo: LABIME/IPUFRJ

ANEXO 4



Prof. “Gaúcho” em atividade com os alunos. Acervo:LABIME/IPUFRJ

ANEXO 5



Alunos em atividade no IPUFRJ. Acervo: LABIME/IPUFRJ

ANEXO 6



Alunos em atividade no IPUFRJ. O “quintal” da escola. Acervo: LABIME/IPUFRJ)

ANEXO 7



Alunos em atividade no IPUFRJ. Data Indisponível. Acervo: LABIME/IPUFRJ.

ANEXO 8



Alunos em atividade na praia do Forte, Cabo Frio. Acervo: LABIME/IPUFRJ.